

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO

Associação Daud
Gantus Nasser



Prefeitura Municipal
de Paraguaçu
abril 2008 – exercício 2009



FOLHA DE ROSTO





APRESENTAÇÃO

O presente trabalho faz parte das atividades desenvolvidas pelo município de Paraguaçu/MG para registrar e proteger o seu patrimônio cultural, além de compor o conjunto de ações que garante os incentivos do ICMS Cultural, segundo a Lei 13.803/2000, a partir de análises do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IPHAN/MG).

Como resultado, tem-se uma coletânea de informações históricas, cartográficas, descritivas, iconográficas e fotográficas sobre o imóvel localizado na Praça João Eustáquio da Costa, nº201 - **ASSOCIAÇÃO DAUD GANTUS NASSER**. Todas as informações e documentos, contidos neste dossiê, justificam e orientam a preservação do bem com o devido respaldo legal.

O Tombamento do referido imóvel foi proposto visando completar a série de atos jurídico-administrativos e ações de acautelamento planejadas pela municipalidade para sua efetiva atuação na preservação do seu acervo cultural.

Este estudo é uma iniciativa da **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU**, representada pela Secretaria de Educação e Cultura, com o apoio do **CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PARAGUAÇU** e elaborado pela equipe técnica do grupo **MEMÓRIA ARQUITETURA LTDA**. Cópias deste Dossiê de Tombamento encontram-se disponíveis na sede do Conselho Municipal e no IEPHA/MG.







SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. O MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU	7
3. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	10
Paraguaçu: a formação do povoado e os primeiros moradores	10
Para falar e estar com Deus:	11
As Igrejas e a evolução eclesial	11
Sobre o desenvolvimento econômico	15
Sobre a evolução política	17
Evolução urbana e de serviços	19
Educação e Cultura	23
Na memória: O episódio da Escaramuça	28
4. HISTÓRICO DO BEM CULTURAL E CONTEXTUALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO	30
5. FONTES DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DOS HISTÓRICOS	45
6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM CULTURAL	48
Entorno e Situação	48
Descrição e análise detalhada	57
7. DELIMITAÇÃO, DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO	67
8. DELIMITAÇÃO, DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE ENTORNO DO TOMBAMENTO	69
9. FICHA DE INVENTÁRIO DO BEM CULTURAL	72
10. DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	82
11. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	91
12. LAUDO TÉCNICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO	94
13. DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO SOBRE O BEM TOMBADO E ENTORNO	105
14. PARECER TÉCNICO SOBRE O TOMBAMENTO	108
15. ANEXOS	110
CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO O TOMBAMENTO	111
PARECER DO CONSELHO SOBRE O TOMBAMENTO	113
CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO OS PERÍMETROS DE TOMBAMENTO E DE ENTORNO E AS DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO	115
CÓPIA DA NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO	117
CÓPIA DO RECIBO DA NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO	119
EDITAL DE TOMBAMENTO PROVISÓRIO	121
CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO O TOMBAMENTO DEFINITIVO	123
CÓPIA DO DECRETO DE TOMBAMENTO	125
CÓPIA DA INSCRIÇÃO NO LIVRO DE TOMBO MUNICIPAL	127
CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO	129
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131
17. EQUIPE TÉCNICA	134





1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural de uma localidade é um dos fatores responsáveis pela garantia da identidade de grupos e comunidades e sua preservação tem como objetivo resguardar a memória local, aflorando as lembranças de um passado identitário e significativo. É no espaço construído, representado pelo ambiente urbano, que se concentra grande parte deste patrimônio, revelando-se como um verdadeiro registro da história.

Na evolução histórica da cidade de Paraguaçu, a edificação, erguida no início do século XX, e que abriga a Associação Daud Gantus Nasser, está inserida na Praça João Eustáquio da Costa, um dos núcleos iniciais do crescimento do povoado. Trata-se de um bem cuja relevância abrange não somente do seu idealizador, a figura de fomentador do desenvolvimento sócio-econômico de Paraguaçu, José Camilo da Costa e de seu filho, Oswaldo Costa, mas também por ter sediado diferentes empreendimentos que retratam essas transformações ocorridas no município. Ademais sua importância é ratificada, e porque não, ampliada, por sua contextualização adquirida o se tornar a sede da Associação Nasser, na década de oitenta. Uma instituição filantrópica comprometida com o desenvolvimento de crianças carentes, assegurando assistência alimentar e educacional, e fornecendo embasamento para o desenvolvimento de suas potencialidades. Um espaço de inclusão social; de incentivo à cidadania.

Seu Dossiê de Tombamento foi realizado pela equipe da Prefeitura Municipal e por profissionais das áreas de arquitetura e história, que contaram com a colaboração da população paraguaçuense para sua elaboração. Os trabalhos foram iniciados com a visita ao município através da qual foi possível analisar o bem cultural em sua totalidade, registrando suas características arquitetônicas, tipológicas, paisagísticas, e históricas, além da relevância para os moradores e a relação urbanística com o entorno. Para o desenvolvimento do informe histórico foram consultados jornais, livros e publicações que traçam o perfil do imóvel desde a sua construção e sua intrínseca ligação com os acontecimentos culturais, econômicos e históricos de Paraguaçu, além de pesquisa oral realizada através de entrevistas. Após o levantamento de campo, iniciou-se a análise e digitalização do material reunido, transformados em documentação fotográfica, cartográfica e textual.

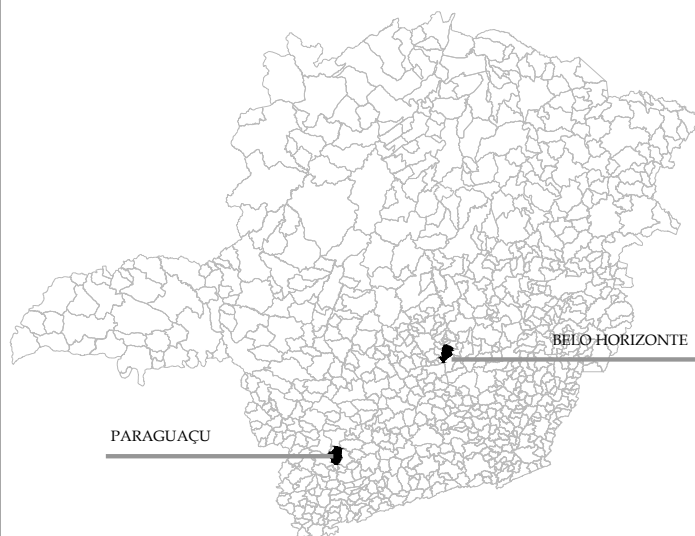
O documento foi submetido à análise do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Paraguaçu que emitiu seu parecer e aprovou a iniciativa em reunião oficial, reafirmando a atuação preservacionista da municipalidade.





2. O MUNICÍPIO DE PARAGUAÇU

O município de Paraguaçu está situado na Zona Sul de Minas Gerais e pertence à microrregião de Alfenas, formada por 12 municípios. Limita-se à leste com Elói Mendes; a nordeste com Cordislândia; a sul-sudoeste com Machado; a oeste com Alfenas; a noroeste com Fama; ao norte com Campos Gerais e a nordeste com Três Pontas. Está distante da capital mineira 351 km e de São Paulo 380km.



Localização em relação à capital mineira. Sem escala
FONTE: <http://www.ibge.gov.br/>



Localização do município de Paraguaçu. Sem escala
FONTE: Guia Quatro Rodas Estradas, 2001.

A área do município de Paraguaçu corresponde a 426 km² aproximadamente. A população residente no ano de 2005, de acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 20.473 habitantes. Em 2000, foram registrados 14.556 habitantes na área urbana e 4.387 na zona rural, totalizando 18.943 habitantes. As principais rodovias que servem o município são: BR-491, BR-369, BR-167 e MG-453. Paraguaçu não possui ramal ferroviário. O texto a seguir de Cristiano Prado explica a não existência de ferrovia no município:

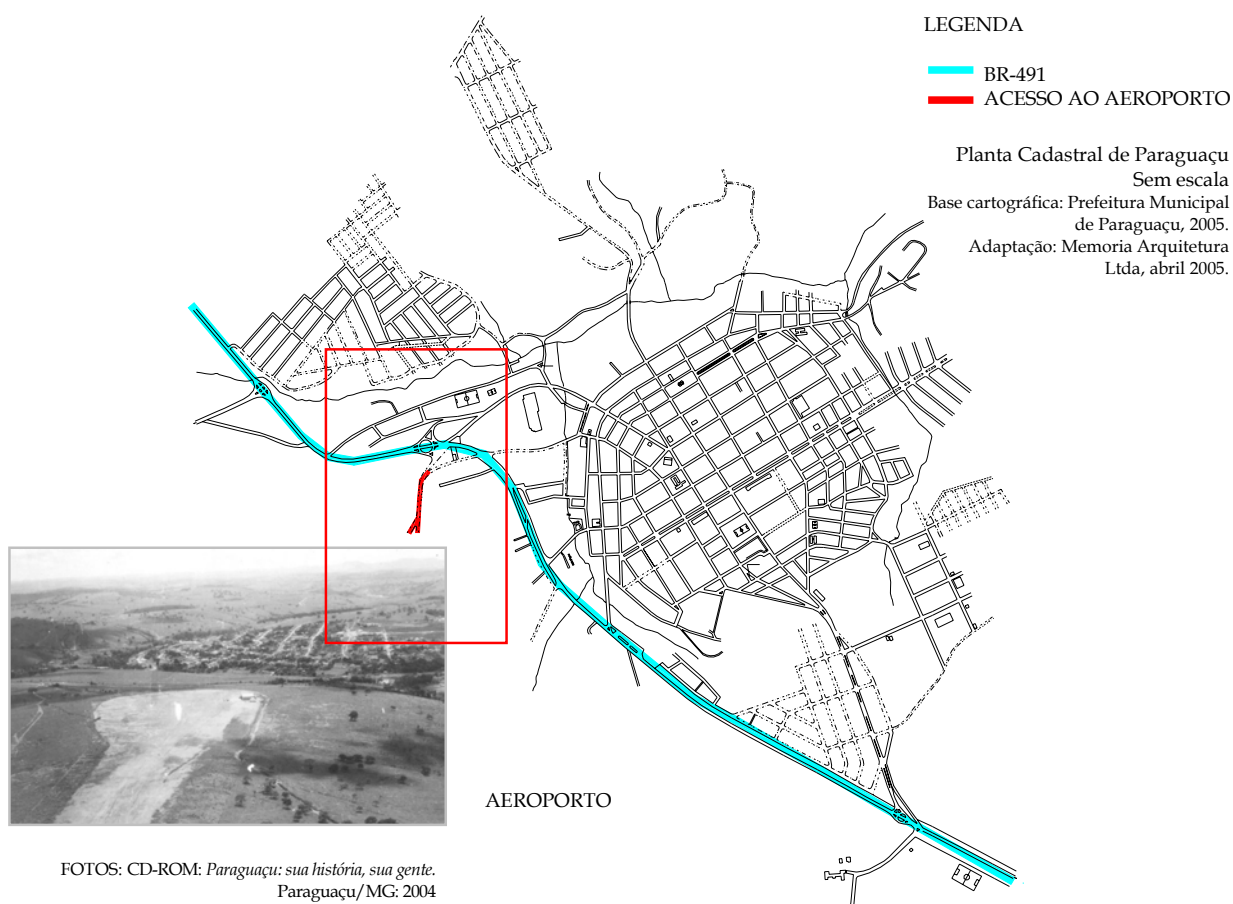
“Na década de 1920, quando Machado resolveu construir a sua estrada de ferro, julgou que o melhor traçado seria Pontalete - Paraguaçu - Machado. Além disso, Paraguaçu poderia subscrever parte do capital. Lendo agora a monografia sobre a história de Machado, vejo no trabalho de Antônio Westin, o seguinte: a Estrada de Ferro Machadense. Era o ano de 1923. Poucas vezes aconteceu algo semelhante em um município. O alcance da obra, há muito desejada pela população, montava em alguns milhares de contos de réis. Assim, aventava-se a princípio a idéia de ligar Machado a Pontalete, cujo ramal serviria também a Paraguaçu, baseando-se desse modo maior número de acionistas para a Empresa. No entanto os nobres representantes de Paraguaçu não quiseram concorrer, e Machado resolveu fazer a ligação Alfenas - Machado. O povo de Paraguaçu





precisa saber quem foi o paraguaçuense responsável por esse erro, que tanto nos prejudicou, e se tal recusa foi uma questão econômica ou política.”¹

Mesmo Paraguaçu não ter sido contemplada com a passagem da estrada de ferro, possui uma característica peculiar entre as demais cidades do seu porte na região. Possui um aeroporto, a 2,5 Km do centro da cidade, que representa uma importante passagem histórica para os paraguaçuenses, que será apresentada no item histórico do município no presente estudo. O Aeroporto Municipal de Paraguaçu conta com uma pista de cascalho de 1.175m de comprimento por 30m de largura. Embora esteja em bom estado de conservação não é utilizado atualmente, pois está sob interdição do Ministério da Aeronáutica desde 1996.



O Município de Paraguaçu está implantada em território com configuração aberta combinando sua topografia com planícies e campos descobertos e extensos. A maior parte de seu relevo é ondulado (60%), restando, em proporções iguais, áreas planas e montanhosas (20% pra cada). Está localizada a 825 metros de altitude, com o ponto mais alto localizado na Serra da Concórdia a 1067m e mínimo na represa de Furnas a 788m. Possui um clima ameno, com temperaturas variando de 2 °C (inverno) a 30 °C (verão), ficando a média anual em torno de

¹ FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente.* Paraguaçu/MG: 2004





21°C. Com o formato de uma península, o município é cercado pelos rios Sapucaí, Dourado, Machado, Ouvidor, Córrego do Rosário e a Represa de Furnas, pertencentes à Bacia Rio Grande.

As principais atividades econômicas do município são mantidas pela agropecuária e a indústria. Na agricultura, a principal fonte de renda é o café. Os demais produtos agrícolas do município são: arroz, feijão, milho, alho, laranja, batata e chás. Na pecuária, a produção leiteira é a mais significativa. Na indústria pode-se ressaltar o segmento têxtil, com fábricas de tecidos e linhas para coser, responsável pela maior arrecadação do município. Destacam-se ainda as confecções, indústria alimentícia - principalmente produtos utilizando o marolo (planta típica da região) como licores e doces-, laticínios, transformação de metais e massas acrílicas. O comércio é diversificado, abrangendo todos os setores.

Atualmente, as leis urbanas vigentes no município são a Lei Orgânica, o Código de Obras de 1973 e o Código Administrativo, de 77. Desde 2004, em parceria com a Fundação João Pinheiro, Paraguaçu tem desenvolvido seu Plano Diretor com previsão de implantação para o ano de 2006 ou 2007.

Paraguaçu faz parte da ALAGO (Associação dos Municípios do Lago de Furnas) e, juntamente com outros 23 municípios, da AMBASP (Associação dos Municípios da Micro Região do Baixo Sapucaí). A ALAGO é composta por 34 cidades banhadas pelo Lago de Furnas, onde são desenvolvidas variadas atividades náuticas e campestres. São inúmeras as cachoeiras, serras, fazendas com lavouras de café, produção de queijo, festas populares, proporcionando uma paisagem de grande beleza e de alta qualidade de vida.



Região banhada pelo Lago de Furnas
FONTE: <http://www.alago.alfenas.net/nova/index.asp/>



Municípios pertencentes à ALAGO
FONTE: <http://www.alago.alfenas.net/nova/index.asp/>





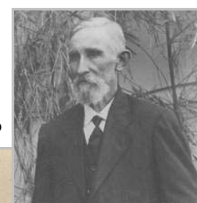
3. HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Paraguaçu: a formação do povoado e os primeiros moradores

Segundo historiadores e relatos orais que ainda ecoam entre a população paraguaçuense, é certo que os primeiros habitantes da região, onde hoje se encontra o município, foram os índios da tribo Mandibóias – que significa “cobra enrolada, ou seja, pronta para dar o bote” – da nação dos Cataguás, habitantes das margens dos rios Sapucaí e Dourado. Visto a acepção nomística da tribo, pode-se pensar o quão ariscos eram os referidos índios. Apesar de não serem antropófagos, eram conhecidos por seus atos de violência. O que está registrado nos relatos de Martim Corrêa de Sá ao percorrer as imediações, denominada Sertão de São Sebastião, já no final do século XVI juntamente com os estrangeiros Henry Baraway e Antony Kniwet..

Provavelmente, nos séculos XVII e XVIII, a referida região foi palco de passagens de bandeirantes oriundos de São Paulo em busca de áreas mineradoras ou mesmo em tentativas de encontrar minerais por essas terras, as quais passaram a ser domínio mineiro somente em 1749. Já em 1746, descobriu-se ouro em Santana do Sapucaí, ao sul de Paraguaçu. A partir de 1765, com a abertura do caminho que iria de Cabo Verde a Santana do Sapucaí, dá-se início à ocupação das terras vizinhas. Dentro do território de Santana do Sapucaí, na confluência dos rios Sapucaí e Dourado, florescia a localidade chamada Douradinho, com capela dedicada a São João Batista. A povoação, que posteriormente daria origem à cidade de Paraguaçu, inicia-se somente ao fim de século XVIII, num contexto de queda da produção aurífera e mineral no estado.

Por volta do ano de 1790, chegam os primeiros sesmeiros, com destaque para o nome de Manoel Ferreira Prado. Estes pioneiros vieram com grande número de escravos (ou os adquiriram após à chegada), além de familiares e agregados. Quanto aos inevitáveis atritos com os Mandibóias, esses ocorreram; o que provocou a retirada de parte dos índios para terras inóspitas e inabitáveis a oeste, onde hoje se localiza o Triângulo Mineiro. Nelson de Senna, em "*Terra Mineira*", conta como Lourenço Castanho, o Velho, expulsou os índios "Cataguás", do sul de Minas para o Triângulo Mineiro, pelos Rios Sapucaí e Grande². Alguns indígenas porém, permaneceram; integrando-se gradativamente à comunidade que se desenvolvia.



Manoel Ferreira do Prado



Fazenda Espírito Santo, em 1905.
FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*.
Paraguaçu/MG: 2004

² SENNA, Nelson de. *Terra Mineira*.





Outro sesmeiro presente entre os pioneiros foi Agostinho Fernando de Lima Barata, português imigrado para o Brasil no início do século XIX, que se instalou também em terras devolutas do sul da capitania de Minas Gerais, no lugar chamado naquela ocasião de Sertão de São Sebastião, pertencente à vila de Douradinho, correspondente às terras atuais de Paraguaçu. Alguns relatos apontam a denominação do arraial como Nossa Senhora do Carmo, padroeira da localidade décadas mais tarde.

Vale lembrar que a intenção de se destacar como “processo civilizatório” a chegada e a fixação de homens brancos pelo interior da colônia, tem por vista um parâmetro eurocêntrico, pois na verdade esse processo é acompanhado de violência por ambas as partes envolvidas nesses contatos étnicos. Uma vez que mesmo acompanhados, a longo prazo, por um processo de hibridismo, miscigenação e pluralismo cultural na composição da população e da sociedade, esses contatos não deixam de se fazer através de tensões e violência – física e simbólica, por todos os lados.

Ver-se-á relativo povoamento do arraial nos primeiros anos do século XVIII, em que a população mais pobre é seduzida pelas atividades agro-pastoris nas fazendas existentes. Essas atividades acabam por atrair parte da população nômade, livre e liberta,³ que vagava pelo estado à procura de melhores oportunidades de vida. O que é lembrado por Caio Prado Júnior⁴, principalmente após os anos e décadas seqüentes ao desaquecimento da economia mineradora, sendo a fixação de parte dessa população nas propriedades rurais da região, devido ao revigoramento da atividade agro-pastoril do Sul e da Zona da Mata Mineiros, mais próximas da capital da Coroa, o Rio de Janeiro, que demandava por abastecimento alimentício e de suprimentos pré-manufatureiros, principalmente após a transferência da Côrte Portuguesa para o Brasil.



Para falar e estar com Deus: As Igrejas e a evolução eclesiástica

Seguindo o rastro dessa expansão populacional ver-se algumas solicitações feitas pelos habitantes do arraial, como a construção de uma capela na localidade. Sem dúvida facilitaria a autonomia ante a freguesia de Douradinho para a realização de algumas práticas religiosas, tais como as missas, os batismos, os casamentos, para as quais os habitantes de Nossa Senhora do Carmo deveriam deslocar-se até aquela freguesia, de caminho longo e difícil. Decerto, parte dos deveres da população católica não era feita por padres, dada a longa distância até Douradinho (cerca de 40 quilômetros). É possível, que muitas uniões não tenham sido oficializadas pela Igreja Católica, além de batizados e primeiras comunhões tenham deixado de ser feitos. Ademais, a prática de ir à missa

³ A população liberta era formada por negros e pardos, que haviam conseguido a alforria e compunham uma parte intermediária entre a população livre e escrava. Nesse período era grande o número de libertos na província de Minas Gerais.

⁴ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.





com certa frequência poderá ter sido descartada nesses primeiros anos de existência do povoado. Sendo mais comum as práticas domésticas do catolicismo, como rezas, orações, novenas, jejuns, comemorações dos dias santos, etc., sem a mediação de autoridade legal da Igreja, a não ser em momentos esporádicos de visitação de um padre.

Assim, por volta do ano 1810 é erguida a primeira capela da localidade, com o esforço da população escrava e por iniciativa do sesmeiro Manoel Ferreira Prado, espécie de capitão-mor do local. Além deste, há de se destacar o empenho de outros moradores como os senhores João Gonçalves de Souza, Antônio Alves Neto e Bento Ferreira da Rocha, na disponibilização de mão-de-obra e materiais necessários ao levantamento daquela “modesta obra” de pau-a-pique. Junto à capela, dar-se início à construção do primeiro cemitério da localidade, que se fará seguindo as mesmas expectativas de autonomia religiosa da população do arraial frente a Douradinho. A capela foi dedicada à Nossa Senhora do Carmo, a quem Manoel Ferreira do Prado era devoto.

O episódio da construção de uma via de acesso da população que habitava a parte norte do povoado, dará subsídio para a segunda nomenclatura destinada a Paraguaçu – Carmo dos Tocos. Uma vez que ao abrirem essa via foi necessário a derrubada de grande parte de árvores da mata, o que acabou por produzir muitos tocos no local, só permitindo a passagem de pedestres, cavalos e mulas. Oscar Prado deixa-nos um comentário a respeito daquela situação:

“Está aí justificado o pedido feito pelo povo do norte a Manoel Ferreira do Prado para abrir uma passagem, acompanhando o Ribeirão do Carmo, por onde pudessem ter acesso à Capela e ao cemitério. O pedido foi atendido. Mas a picada demorou a ser destocada, obstruindo a passagem de veículos, só o permitindo para pedestres e cavaleiros. É deste trabalho inacabado, da falta de destocamento dessa via de comunicação que adveio a denominação do arraial de Carmo dos Tocos.”⁵

Com relação à capela, essa passou a fazer parte da freguesia de Douradinho, no termo de Campanha e, estranhamente, estando sob a Diocese de São Paulo, pela proximidade do arraial com aquele estado. Isso é confirmado pela provisão expedida pelo bispo de São Paulo, D. Matheus de Abreu Pereira, quando da elevação do arraial a curato em 1821. Mas há de se lembrar que essas confusões de comarcas e de dioceses eram comuns na época, sendo parte do processo de descentralização continuada da administração portuguesa – refletida na área judicial e política – e seguida também pela Igreja Católica. Somente em 1913, a paróquia passará a fazer parte da Diocese de Guaxupé, tendo ainda pertencido à campanha de Pouso Alegre antes desse período.

Para a construção da primeira igreja, a Diocese de São Paulo exigiu a marcação de terreno destinado à Igreja Católica, o que acabou por ocorrer imediatamente à exigência, visto a doação de terreno de 40 alqueires feito pelos

⁵ PRADO, Oscar F. *Carmo dos Tocos*. In: Mandibóias. 01/04/1981, p.191.





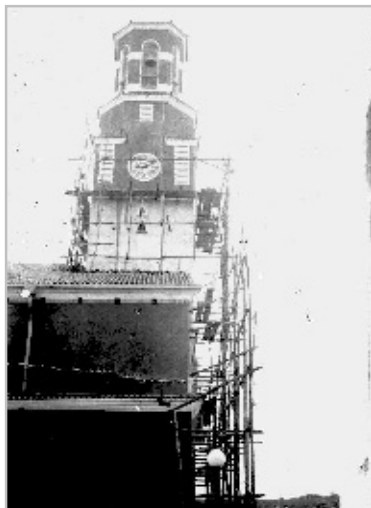
Antiga Matriz, demolida em 1922



Capela N. S. Aparecida, 1928



Construção da atual igreja matriz, 1908



Construção da atual igreja matriz, 1908

FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Paraguaçu/MG: 2004

moradores Amaro José do Vale e sua mulher, Maria Rosa de São José.⁶ O terreno doado estava junto ao ribeirão do Carmo e nas proximidades da Serra Matizada. A Igreja Católica reconheceu a igrejinha dedicada à Nossa Senhora do Carmo e ordenou a localidade como Curato de Nossa Senhora do Carmo da Escaramuça em 27 de julho de 1821, sendo delegado como primeiro vigário da localidade, o padre Luiz Gomes de Oliveira.

Em 15 de março de 1840, o curato de Nossa Senhora do Carmo da Escaramuça, 20 anos mais tarde depois da sua criação, por disposição da Lei Provincial n.º 168, passou a ser o Distrito do Carmo da Escaramuça, fazendo parte da Freguesia de Campanha. A partir de 29 de maio de 1848, foi instalada a Freguesia do Carmo da Escaramuça, abrigada pelo padre Luiz Pereira da Costa. A Paróquia veio meio século mais tarde, em 13 de Maio de 1894.

A primeira capela esteve de pé até os anos de 1840, quando foi demolida para dar início à construção da matriz de Nossa Senhora do Carmo, que deve ter sido inaugurada no meio da década, uma vez que abrigou em suas dependências as eleições municipais, a partir de 1847. Era um templo barroco com um campanário ao lado, retirado anos antes de sua demolição, em fins de 1922, deixando saudades nos habitantes da Vila Paraguassu, conforme o trecho abaixo:

"Esboroa-se e esborcina-se ao impulso dos instrumentos demolidores o velho templo de Paraguassu, cheio de recordações saudosas que rememoram toda uma epocha e ressuscitam um passado. Mais encantos teria, talvez, para quantos como nós, ali receberam no humilde templo do Senhor, as águas lustraes do batismo, ali fizeram a sua Primeira comunhão, ali balbuciaram as suas primeiras preces (...). Mas, tem dessas impiedades o progresso..."⁷

⁶ A lavratura definitiva da escritura foi realizada em 17 de outubro de 1825, cuja cópia foi arquivada na Cúria da Diocese de Guaxupé -MG.

⁷ Artigo retirado da Almanak de 1923, editado pela Pharmácia São Geraldo. In: A Velha Egreja. A VOZ, 30/08/2002. p. 02.





O local da construção provavelmente é o mesmo onde hoje se localiza a capela de Nossa Senhora Aparecida, em estilo gótico, cuja construção foi financiada pela família Dias e inaugurada em 1928, com o projeto do construtor Virgílio Borim. Quanto à segunda matriz destinada a Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade, o seu processo de construção iniciou-se no último quartel do século XIX, mas por falta de verbas a obra foi interrompida, só tendo reinício em 1908, quando da escolha da Comissão Construtora para o andamento da obra, composta pelos seguintes nomes: Alfredo Luiz do Prado, responsável pela gerência da construção da obra; Alfredo Leite, a quem coube o cargo de tesoureiro e a José Christiano do Prado, como procurador - secretário.

Alfredo Luiz do Prado contratou a construção com João Rissieri Rosa; trabalhos de carpintaria, com José Purifico Gonçalves; encarregado dos transportes, Pedro Palhão; oleiro, José Schiassi. Para auxiliar o construtor foi designado Luiz Mitidieri.

A suntuosa matriz foi inaugurada em 1916, estando a Paróquia na ocasião sob a administração do Padre Antônio Piccinini. O novo templo foi construído em estilo misto: na parte exterior, o barroco; na parte interna, o romano, com imponentes colunas. Nos anos 1940, a matriz recebeu a sua primeira reforma, projetada pelo arquiteto Bruno Graefflirger (ou Graeflinger), de Belo Horizonte, realizado em estilo colonial "Missões", modificando parcialmente o projeto inicial, mantendo o estilo romano internamente, com suas colunas mas aumentando a torre, que recebeu uma cruz e ainda fazendo mudanças no exterior. Em 1959, foi executada outra reforma, com a colocação dos vitrais, revestimento das paredes e piso com mosaicos e substituição das escadas de madeira por concreto. No fim dos anos 60 houve terceira reforma, onde foi feito o acabamento da escadaria e de toda a frente da igreja. Sendo essa a caracterização atual da matriz que, apesar das reformas sofridas, ainda conserva a originalidade dos seus traços iniciais.



FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Paraguaçu/MG: 2004

Há menção histórica sobre a construção de uma outra capela, destinada à Nossa Senhora do Rosário, acredita-se, no ano de 1874, segundo o Monitor Sul Mineiro daquele ano. Uma vez que a igreja era destinada ao culto de





escravos e libertos, negros ou pardos, para a devoção da santa de sua proteção, já que eram impedidos de compartilhar dos cultos católicos nas igrejas destinadas à população branca, é possível supormos que a construção da igreja foi iniciativa de negros moradores do Carmo da Escaramuça.

Há também de se relevar o aparecimento de mais uma capela, a de Santa Cruz, erguida para pagamento de promessa, por um morador, conhecido como Seu Francisco. Essa construção, demolida durante a década de 20, situava-se onde hoje está a atual Estação Rodoviária de Paraguaçu.

Sobre o desenvolvimento econômico

Quatro períodos marcam o desenvolvimento econômico de Paraguaçu, destacando as atividades que predominaram nesses períodos. No início da povoação, atenção especial para as atividades agro-pastoris, com relevância para a criação de gado bovino. Além de agricultura de subsistência, sendo a parte excedente, comercializada.

O Almanaque Sul Mineiro de 1874 nos relata a diversidade da produção da pequena Carmo da Escaramuça, naquele momento, distrito da Vila Formosa de Alfenas:

“Como em todo sul de Minas, são as terras da parochia de excellente qualidade para a cultura e criação. Colhem-se abundantemente todos os gêneros alimentícios, fumo, mamono e canna; cria-se em grande escala os gados suínos, vaccum e lanigero, constando especialmente a exportação (além da que é feita para os lugares visinhos) para o Rio de Janeiro, de fumo, toucinho, porcos, bois e carneiros. Como indícios do lisongeiro desenvolvimento que vai tendo a industria na freguezia veem-se já magníficos tecidos de algodão e lã, fabricadas nos antigos e grosseiros teares, e o vinho nacional, alli fabricado da uva americana (de que existem grandes plantações)(...)”⁸

Com o crescimento da população, parte desta deslocou-se para as férteis regiões das matas, na bacia do Sapucaí, onde o tenente Joaquim Luiz do Prado e seus empregados plantaram os primeiros canaviais. A nova industria prosperou rapidamente, enriquecendo os grandes fazendeiros, que exportavam aguardente e rapadura para todo o sul de Minas. Há de se lembrar porém, que embora a atividade canavieira predominasse como a mais importante nesse período, a produção de outros gêneros alimentícios e a criação de gado não foi descartada, o que aponta para a diversificação da economia do município, conforme a transcrição acima. Tanto que em 1914 é implantado na cidade um posto de zootecnia e até hoje a criação de gado leiteiro e a produção dos derivados do leite têm destaque na economia paraguaçuense.

⁸ Almage Sul Mineiro de 1874. Doc. 1, 01/jan, p.01.





Ao período da cana de açúcar sucedeu o de café, visto as condições favoráveis ao desenvolvimento da cultura cafeeira em todo o sul de Minas. Com a multiplicação de suas lavouras, o desenvolvimento de Paraguaçu avançou a passos mais largos, trazendo maior renda e riqueza para a localidade. Neste período, o desenvolvimento alcançado pela cidade sofreu algumas intermitências. A mais grave foi em 1929, quando com o colapso dos negócios de café provocados pela “crack” da Bolsa de Nova Iorque, de repercussão por todo o Brasil, refletiu negativamente para os cafeicultores. Ainda assim, o café continuou a ser cultivado, só que em áreas menores e atualmente existem fazendas de cultura do mesmo na zona rural, e o produto é um dos principais de Paraguaçu.

Haverá então alternâncias na produção, desencadeadas com a crise e a conseqüente onda de sacrifícios na produção cafeeira, sendo os recursos transferidos para outras áreas de produção, como a indústria. Na década de 40, a cidade recebe a Paraguaçu Têxtil S/A, até hoje a maior empregadora. Afora as pequenas indústrias que visavam atender às demandas advindas com a implantação da fábrica, outras culturas agrícolas vieram no rastro da indústria têxtil, como o plantio de algodão. O trecho abaixo nos aponta para isso:

Com o início do funcionamento, em 1944, da grande fábrica de fiação e tecelagem de algodão da Paraguassu Têxtil S.A., abrem-se magníficas possibilidades para a cultura da preciosa malvacea neste município.⁹



Café



Algodão



Paraguassu Têxtil



Alho

FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente. Paraguaçu/MG: 2004

A produção de alho também atingiu níveis surpreendentes na década de 1940, sendo Paraguaçu o maior produtor de Minas Gerais, e o estado, o maior produtor do Brasil. Além destas, outras culturas apresentaram e apresentam lugar de destaque na economia do município, como o milho. É relevante notar que atualmente, o setor primário emprega grande parte da população economicamente ativa de Paraguaçu, cerca de 37%.¹⁰

Com a diversificação da produção agrícola e também com o processo de urbanização da cidade, o comércio e a prestação de serviços apontaram para um maior dinamismo da atividade econômica no município. A situação da plantação de café nos anos 10 e 20 gerou muita riqueza para Paraguaçu, a ponto de poder contar com um banco próprio da cidade – o Banco de Paraguassu, que funcionou de 1919 até os anos 40, quando foi inaugurado o banco Moreira Sales, em 1942. Hoje a cidade conta com várias agências bancárias. Além do setor agropecuário, da

⁹ “Necessidade do plantio”. In: Jornal Paraguassu, 05/09/1943, p.01.

¹⁰ Fonte: Fundação Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. 2001





indústria têxtil e alimentícia e das lojas de prestação de serviços e comerciais, outra atividade em expansão em Paraguaçu e com futuro promissor é o turismo, devido às condições propícias do município – a sua cultura, as fazendas, o clima, as festas que perduram todo o ano e por está banhada pelo Lago de Furnas – podendo empregar parte da população economicamente ativa e aumentar as receitas municipais e a renda dos seus habitantes.

Sobre a evolução política

Após chamar-se Nossa Senhora do Carmo, no início da povoação, e em seguida Carmo dos Tocos, aludindo aos tocos entre a parte norte do arraial e a primeira capela, o local passa a se chamar Carmo da Escaramuça. Segundo dizem, essa nomenclatura refere-se a um episódio ocorrido entre os anos 1812 e 1820, no qual houve uma matança, uma “escaramuça” contra um grupo de ciganos que passou pela região. Essa denominação já era corrente quando da criação do curato em 1821 – Curato de Nossa Senhora do Carmo da Escaramuça, numa alusão à santa e ao episódio dos ciganos ocorrido anos antes – tema este a ser tratado mais adiante.

O distrito foi fundado em 1840, por força da Lei Provincial n.168, de 15 de março de 1840, pertencendo à jurisdição da Vila e Termo de Campanha da Princesa, comarca do Rio Verde. Com a formação do município de Vila Formosa de Alfenas, em 1860, o distrito do Carmo da Escaramuça foi a ele incorporado, permanecendo sob essa jurisdição durante 20 anos. Em 1880 o Carmo da Escaramuça foi desmembrado de Alfenas e anexado a Santo Antônio do Machado, hoje Machado, município recém criado, pela lei n. 684 de 30 de novembro de 1880, a quem ficou anexado até a sua emancipação, verificada em 30 de agosto de 1911, data oficial de aniversário de Paraguaçu. O atual nome, Paraguaçu, foi escolha do Senador Gaspar Ferreira Lopes, que muito trabalhou para a emancipação do distrito, referenciando a índia Paraguaçu, uma das mulheres de Caramuru, lendário personagem dos tempos iniciais de colonização do Brasil, nos idos do século XVI.

A lei Estadual n.º 556, a qual elevava o Distrito de Carmo da Escaramuça à condição de município, exigia a construção do Grupo Escola, Cadeia Pública e Casa da Câmara, eleição de vereadores, seguindo-se a eleição do prefeito, do vice-prefeito e do secretário da Câmara. As determinações ocorreram sem maiores transtornos. Após o pleito eleitoral, foram empossados como primeiros vereadores de Paraguaçu, os senhores José Cristiano do Prado, Pedro Leite, Nestor Eustáquio, José Camilo da Costa, João Pedro de Alvarenga, Cândido Galvão e Custódio Estevão Pereira. Os quais por sua vez, elegeram as autoridades executivas: como prefeito José Cristiano do Prado; vice-prefeito, Pedro Leite; secretário, Cândido Galvão. Isso ocorreu no dia 31 de março de 1912. Mas o município instalou-se definitivamente apenas em 1º de junho de 1912 - com passeatas pelas ruas, foguetes e banda de música do sr. João da Silva¹¹.

¹¹ “Na casa do João da Silva, sede oficial da banda de música, animava-se todas as tardes com os músicos ensaiando os seus dobrados, valsas e até trechos de óperas”. “Relato do Dr. Esdras”. In: A Voz, 30/08/1961. p. 01.





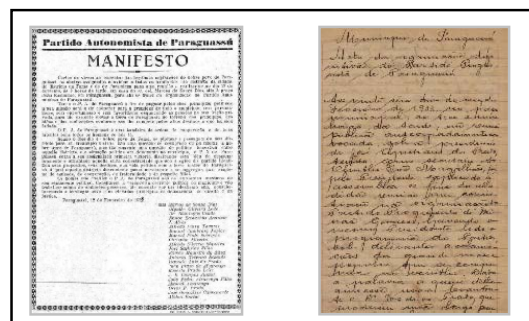
Paraguaçu, por força da Lei Estadual n.º 843 de 07 de setembro de 1923, adquire do município de Alfenas, o distrito de Fama, emancipado em 1948. Além de Fama, pertencera ao município de Paraguaçu, o distrito de Guaipava (antiga Pouca Massa e Paramirim), o que perpetua até hoje.

A sede do município nasceu como vila – Villa Paraguassu – porém, foi elevado à categoria de cidade por Lei n. 893, 14 anos depois, em 10 de setembro de 1925. O Termo Judiciário foi criado em 1918, cujo primeiro juiz foi o Dr. Waldemar Tavares Paes. A Comarca veio em dezembro de 1938, com sua instalação em 1º de janeiro de 1939, e a Comarca de segunda instância, em 1954.

Num reflexo da agitação política dos anos de 1880, é fato marcante da história paraguaçuense no campo da política, o Congresso Republicano Sul Mineiro, ocorrido no antigo Carmo do Escaramuça em 1888 e que contou com forças do cenário produtivo e político da região, sustentadores da nova forma de governo a ser implantado no país no ano seguinte. Essa debandada dos agricultores do Sul mineiro para a nova forma política pode ser tributada como resposta à Lei Áurea – de libertação definitiva dos escravos – baixada naquele mesmo ano de 1888 e ocasionando forte oposição dos setores agrícolas mais conservadores do país.

Quanto à movimentação em torno dos partidos políticos, encontramos em Paraguaçu, durante o período, a influência de dois partidos, o Monarquista, chefiado por Manoel Ferreira Prado, e o Republicano, comandado por João Eustáquio da Costa. A realização do Congresso causou um desgaste imenso entre os dois partidos, quase provocando um confronto físico. E os reflexos daquela desavença não se desanuviaram durante o século seguinte.

Após a emancipação, em 1911, o PRM (Partido Republicano Mineiro) passou a ser o partido dominante em Paraguaçu, época em que José Cristiano do Prado foi eleito deputado estadual, nos anos 1920. Outro ponto a se destacar gira em torno das desavenças, novamente sucedidas, entre os dois principais partidos de Paraguaçu durante os anos 1930, tendo em vista as eleições municipais. A política local esquenta com a disputa entre Partidos Progressista (Pelados) e Autonomista (Peludos), estes últimos estruturados no clima político tenso do início da década de 30.



Manifesto do Partido Autonomista de 1933.
Cópia da primeira ata do livro.

FONTE: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente. Paraguaçu/MG: 2004

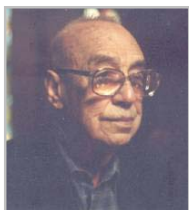
Nesse ambiente de ânimos alterados, Pe. Piccinini assume a prefeitura da cidade no ano de 1934, tentando abrandar as disputas. No ano seguinte, um acordo político, visando amenizar os atritos, colocou José Monteiro na Prefeitura, mas o caldeirão da política continuava esquentando. Em abril de 1936, o acordo assinado no ano anterior foi rompido. Paraguaçu mergulhou na maior luta política de sua história: Pelados e Peludos se





enfrentaram nas urnas e nas ruas. A eleição aconteceu em julho daquele ano, sendo Nestor Eustáquio de Andrade o prefeito eleito.

Entre as figuras de destaque no cenário político de Paraguaçu, o nome sempre lembrado nos relatos orais e nos documentos é o de Cristiano Otoni do Prado, falecido em 1949 e nomeado prefeito em 1940, durante a ditadura do Estado Novo e em seguida eleito deputado estadual. Em sua administração, instalou-se na cidade o Aeroclube e a Paraguaçu Têxtil S/A, talvez os grandes feitos pelos quais o prefeito é sempre lembrado pelos moradores mais antigos. Além deste, destaca-se a figura de Oswaldo Costa, primeiro diretor da indústria têxtil e financiador do campo de aviação e do hospital, que mesmo embora morador do Rio de Janeiro por boa parte da sua vida, era natural de Paraguaçu e foi deputado federal por Minas durante os anos 50. O “Paraguassu” de 13 de agosto de 1950 estampava com orgulho em suas páginas a eleição do conterrâneo:



Oswaldo Costa, 1999.

FOTO: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente.*
Paraguaçu/MG: 2004

“Já está Eleito Deputado Federal o Sr. Oswaldo Costa. Pelos resultados parciais da apuração, em 39 municípios do sul de Minas, já está eleito deputado o nosso eminente conterrâneo Sr. Oswaldo Costa. A sua votação já vai além dos 15 mil sufrágios, apesar da apuração ser incompleta e faltarem informações de muitos municípios. Esse grande apoio, para um político novato, reflete bem o prestígio de nosso conterrâneo junto ao povo(...)”¹²

Evolução urbana e de serviços

Embora a cidade de Paraguaçu não tenha tido uma explosão populacional durante o último século, é visível que a cidade passou por relativo desenvolvimento urbano e foi contemplada com as novas tecnologias do mundo contemporâneo, apesar de não ser um município de grandes proporções.

A pequena Carmo da Escaramuça contava, no início do século XX, com algumas ruas de calçamento, a igreja, algumas poucas casas no perímetro urbano, estando a maior parte da população fixada na zona rural e tinha um ritmo de vida extremamente pacato, típico das populações interioranas naquele período.

“(...) ali por perto de 1900, o Carmo da Escaramuça ainda era um arraialzinho desqualificado, formado quase de uma única rua, que subia o ribeirão e vinha morrer no largo da igreja velha. Ao anoitecer, os inhambus ainda piavam na capoeira brava da praça Pedro Leite, de onde os carretões puxavam enormes toras de jequitibá e massaranduba... Nessa quadra de prosperidade, começou o incipiente povoado a espriaiar-se, trepando pela colina de nossa senhora do Carmo, hoje escalada até ao seu altiplano.”¹³

¹² “Oswaldo Costa está eleito”. In: *Paraguassu*, 13/08/1950. p. 01.

¹³ “Relato do Dr. Esdras”. In: *A Voz*, 30/08/1961. p. 01.





O centro do arraial era o largo da Igreja, hoje a Praça João Eustáquio da Costa, onde havia as lojas, os armazéns e as residências dos homens de prol. As ruas eram a de Cima, a de Baixo, a Direita (à matriz). A de Baixo é atualmente a Ferreira Prado e era a mais importante, ligando o caminho do Pacáu ao largo da igreja. A de Cima é hoje Barão do Rio Branco. Ainda havia a rua do João da Silva, a rua do Correio, etc. A nomenclatura dos logradouros aludindo aos moradores mais antigos do local ou ao que havia de mais importante na extensão da vias.¹⁴



Calçamento das ruas, em 1950.



Praça Oswaldo Costa, 1944.



Palacete no início do século passado.



Rua Ferreira Prado, 1934.

FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*.
Paraguaçu/MG: 2004

Algumas décadas passadas, em 1944, inicia-se o processo de calçamento da área central da cidade, já bastante desenvolvida. Foram beneficiados, nessa investida inicial, os seguintes logradouros: praça Oswaldo Costa, ruas dr. João Pinheiro, Ferreira Prado, Major Leite, Barão do Rio Branco, Presidente Vargas, Aureliano Prado, Nestor E. Andrade e Tiradentes.

Junto com o calçamento vieram as primeiras redes de esgoto e a expansão do serviço de água encanada, mas atendendo somente à população central de Paraguaçu. Sendo que ainda nesse período, a grande parte dos habitantes, que ainda vivia na zona rural não pôde desfrutar, à primeira hora, das benesses desse avanço técnico e de saúde pública. Gradualmente esses serviços foram sendo implantados na cidade, a partir da sua expansão e do seu desenvolvimento. Atualmente, Paraguaçu calcula 213 logradouros públicos, sendo 5 alamedas, 11 avenidas, 10 praças, 185 ruas, 1 beco e 1 travessa, boa parte calçadas.

No que diz respeito às questões sobre a saúde, é certo que até o último decênio do século XIX, o então Carmo da Escaramuça, como os demais pequenos núcleos populacionais de Minas e do Brasil, não contavam com assistência médica. Os doentes eram assistidos pelos farmacêuticos práticos, benzedores e curandeiros. No início do século XX, fixou-se então no distrito, o primeiro médico, Antônio de Souza Soares, da cidade de Campanha. O médico Domingos Conde chegou na primeira década do século XX. Prestou serviços médicos à comunidade durante mais de cinquenta anos.

¹⁴ MOREIRA, Gil. "Ruas sem nome". In: Paraguassu, 27/05/1962. p. 01.





Em 1919, Aureliano de Almeida Nogueira, abriu o primeiro consultório médico de Paraguaçu. Sendo esses, segundo as fontes, os primeiros médicos a fixarem residência permanente na cidade. Mas vale lembrar que as antigas práticas médicas nunca foram deixadas de lado, coexistindo com a recorrência às práticas modernas da medicina.

Em 1927, o Governo Estadual criou o Posto de Higiene de Paraguaçu, instalado no ano seguinte, e em atividade até 1930, quando foi suprimido por motivo de economia, sendo em 1953. Na década de 40, o comendador Gervásio Seabra doou à localidade o Posto de Puericultura instalado pela Legião Brasileira de Assistência -LBA, que até hoje presta serviços à população.



Hospital Pedro Quintino,
fundado em 1956.



Farmácia Campos, edificada
nos fundos da Igreja Matriz.



Praça João Eustáquio da Costa
Inauguração em 1977

FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente. Paraguaçu/MG: 2004

Quanto ao hospital, o início da sua construção remete ao ano de 1928, mas as obras foram paralisadas no ano seguinte, quando sobreveio a crise econômica de 1929. Em 1945, quando estava a todo vapor a recém inaugurada Paraguaçu Têxtil, seu diretor, Osvaldo Costa, ordenou o reinício da construção financiada pela empresa. Terminado o prédio, em 1956, sob a direção de Aureliano Nogueira, o hospital passou a atender os enfermos. Mais tarde, constituiu-se a Sociedade Hospitalar de Paraguaçu, respondendo pelo funcionamento da casa. Durante certo tempo as Irmãs da Providência assumiram a administração do hospital, com dedicação e eficiência. Foi edificada a Maternidade anexa ao hospital, doação da LBA e inaugurada em 1958. Em seguida as Irmãs Capuchinhas de São Francisco de Assis, estiveram à frente do hospital, até 1998, e sob sua orientação operou-se a grande modificação que o estabelecimento hoje apresenta.

No quesito transporte é relevante o fato da falta de ramal ferroviário que atravessasse a cidade, causando até hoje, entre seus habitantes mais antigos, remorso por essa falta. Cristiano Prado alude ao fato e o desconforto causado sobre:

"(...) a Estrada de Ferro Machadense. Era o ano de 1923. Poucas vezes aconteceu algo semelhante em um município. O alcance da obra, há muito desejada pela população, montava em alguns milhares de contos de réis. Assim, aventava-se a princípio a idéia de ligar Machado a Pontalete, cujo ramal serviria também a Paraguaçu, baseando-se desse modo maior número de acionistas para a





Empresa. No entanto os nobres representantes de Paraguaçu não quiseram concorrer, e Machado resolveu fazer a ligação Alfenas - Machado.¹⁵

Mas há de se lembrar que a Estação do Pontalete, no município de Três Pontas, era bem freqüentada pelos paraguaçuenses, que se deslocavam para as outras cidades da região através da ferrovia, num período onde esse era o principal meio de transporte. Além de ser o posto de exportação e importação dos produtos para a região. Para chegar-se até a Estação do Pontalete, os passageiros iam nas aranhas (espécies de charrete), de propriedade do Sr. Janico Sólia. E os produtos eram transportados nas carroças ou ainda nos lombos das mulas e burros.

A Estação Rodoviária de Paraguaçu foi inaugurada em 1962, atendendo a um desejo antigo dos moradores visando uma maior comodidade e regularidade para as suas viagens, como vê-se abaixo:



Inauguração da Estação Rodoviária em 1962

“Uma das mais prementes necessidades de Paraguassú é a construção de uma estação rodoviária. Já que não possuímos estrada de ferro, e nem alimentamos a vaidade de fazê-la atingir a nossa cidade, nestes próximos anos, precisamos pensar e agir no sentido de termos uma estação rodoviária e ampararmos com mais carinho e eficiência o transporte automóvel.”¹⁶



Estação Rodoviária atual.



Os aviões do Aeroclube



Dia da inauguração, 1974.



Evandro campos

Com relação aos aspectos do transporte rodoviário, vale lembrar as condições desfavoráveis das estradas que atenderam a cidade durante boa parte do século passado. Em 1916, foi construído um trecho rodoviário da estação do Pontalete até Machado, passando por Paraguaçu e está em tráfego até hoje. Nas décadas seguintes, uma sucessão de rodovias foi construída, refletindo a guinada que o país teve para o transporte rodoviário, substituindo o ferroviário, a partir dos anos 50, tanto para o deslocamento da população, quanto para o escoamento da produção industrial e agrícola.



Caixa d'água nos anos 20.

FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente.
Paraguaçu/MG: 2004
Alexandre Borim, jan 2005.

Mas por outro lado, um feito de grande expressão para a sociedade paraguaçuense foi a instalação do Aeroclube de Paraguaçu, em 1942, com a iniciativa do prefeito Cristiano Otoni e do banqueiro e empresário Oswaldo Costa, financiador da obra. Num período onde nem as maiores cidades da região contavam com um campo de aviação e

¹⁵ Relato de Cristiano Otoni do Prado. “Porquê não tivemos?”. In: A Voz, 08/07/1989. p.04

¹⁶ PRADO, Oscar. “Necessidade”. In: Paraguassu, 12/01/1947, p.01.





pouso. O peso dessa iniciativa é tanto, que o símbolo de Paraguaçu é um avião-monumento, que está na entrada da cidade e foi elevado à essa categoria, após eleição que envolveu toda a população, realizada em 1998.

Sobre o abastecimento de água, a cidade viveu momentos alternados de atendimento satisfatório e por ora passou por falta dessa, pelo crescente demanda, seja com a urbanização, seja com industrialização. Nos anos 40, Paraguaçu sofria com a falta de água quando se elaborou um projeto, com vistas a suprir essa necessidade, fazendo se sentir de “maneira assustadora”. Foram realizados serviços nos velhos mananciais, e a captação e distribuição vieram a partir do atual Parque das Bombas. Além da preparação de planta cadastral e posteriores estudos para completa remodelação de todo serviço de águas, sob a orientação de Virgílio Borim.

Por outro lado, o primeiro projeto para abastecimento de água para a cidade antecede a esse período. Em 1907, o antigo Carmo da Escaramuça já possuía água encanada em algumas residências, com a água vindo dos mananciais da fazenda da Serra e tendo sido construído até um reservatório no arraial. Nos anos 20, foi projetada pelo engenheiro Pedro Quintino da Fonseca uma caixa d’água para o município, e que está em funcionamento até hoje na Avenida Dom Bosco. A construção causou polêmica entre a população, pois muitos não acreditavam no projeto inovador para a época. Atualmente o abastecimento de água e a rede de esgotos são de responsabilidade de uma concessionária de serviço público – a COSAGUA.

Educação e Cultura

Grupo Escolar Pedro Leite nos anos 50 e em 2005.



FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente. Paraguaçu/MG: 2004
Alexandre Borim, jan 2005.

Em Paraguaçu, fontes orais relatam que entre os sesmeiros que aqui se fixaram em fins do século XVIII, o sr. Flávio Secundo de Salles, fôra o primeiro educador da cidade. Viera com a comitiva de Manoel Ferreira do Prado, com a finalidade de ser o preceptor dos filhos dele, tendo chegado a esposar uma de suas filhas, Maria Luiza dos Reis Prado.

Quanto ao funcionamento de uma rede de ensino em Paraguaçu, é necessário recorrer à Lei estadual que fixava a emancipação de vários municípios mineiros, entre os quais a “Villa Paraguassu”, e que dispunha sobre a necessidade da construção de um Grupo Escolar, o que foi levado a cabo, vindo a ser o “Grupo Escolar Pedro Leite”¹⁷, o mais antigo do município ainda em funcionamento.

¹⁷ O art. 3º da referida Lei estadual n.º 556 de 1911, assim dispunha sobre o assunto: “Os novos municípios criados por esta Lei poderão ser instalados senão depois que seus moradores satisfizerem as exigências dos arts. 3º e 4º da Lei nº 2 de 14 de setembro e 1891, quanto a terrenos para cemitérios, edifícios apropriados para sessões da câmara, **escolas para instrução primária** e cadeia, a juízo do governo”.





Porém, as investidas educacionais de Paraguaçu antecederam à criação do município, quando já existiam algumas empreitadas particulares de ensino e também a existência de algumas escolas públicas, de curta duração. Uma dessas, data de 1890, conforme consta no livro de Atas e Termos de Visitação, sobre a existência da “Escola Pública de Instrução Primária da Paróquia do Carmo da Escaramuça, Município de Santo Antônio do Machado, dirigida pela professora Rosalina Maria das Dores (Dona Xixi) casada com Louis Debieix (o Luís Francês)”¹⁸. Esta escola funcionou até novembro de 1900, quando passou a denominar-se: Escola Pública Distrital de Carmo da Escaramuça. Em 1907, a escola deixa de atender a todas as crianças, sendo ocupada somente por meninas, conforme consta o termo de instalação da escola, de 21 de janeiro de 1907. Em 1911, após algumas modificações, incorpora-se ao “Grupo Escolar Pedro Leite”, de educação primária e mista.

Há documentos anteriores certificando a existência de outra escola no Carmo da Escaramuça, como o que atesta de funcionamento de uma escola pública no ano de 1882, regida pelo professor João Pedro de Alvarenga, diplomado pela Escola Normal de Campanha, e que foi freqüentada por aproximadamente 80 meninos.¹⁹

Essas escolas tinham duração esporádica, pois mesmo sendo públicas, não podiam contar com as verbas para o seu funcionamento contínuo. Assim, é possível que vários empreendimentos nesse sentido, não tenham tido longa duração, mesmo com toda disposição dos educadores pioneiros de Paraguaçu. Das iniciativas particulares há nas memórias de ex-alunos paraguaçuenses, o estilo dos mestres e as deficiências pedagógicas de ensino. Dentre essas escolas, valem a pena lembrar, a do Seu Quinca, a do seu Viriato, a do seu Magalhães. Ambas funcionaram no início do século XX.

“(...)No cômodo da frente a seção masculina e no interior a feminina, de D. Elisa. Seu Quinca era o nosso professor. Pouco nos ensinava. (...) Quando a aula chegava ao fim assentava-se na cadeira da ponta da mesa e tomava a leitura dos mais adiantados. Nós, analfabetos, ficávamos ouvindo. (...) O recreio era na frente ao prédio. Brincávamos de pique. Aquela correria barulhenta. Seu Quinca mudou-se para Varginha. E voltei para a fazenda, como sai, analfabeto”.²⁰

Outra escola de destaque na cidade foi o Instituto São José, criado na década de 1940. Um colégio feminino para formação em Magistério, cuja idéia remonta à década de 20. Naquela época, as moças paraguaçuense estudavam, internamente, em cidades maiores da região, tornando o ensino caro, inacessível para a maioria. Em 1940, um grupo de senhoras resolveu ir à luta, enfrentando o desafio da instalação de um colégio, convidando as Irmãs da Providência para levarem adiante o projeto, que o aceitaram, enviando a Irmã Martha para as primeiras providências. E em 1941, o colégio foi inaugurado. Inicialmente funcionou em uma instalação modesta em uma

¹⁸ Ata e Termos de Visitação de 01º de dezembro de 1890. In: MARQUES, Cirlene. Cidadão. 12/06/1999. p.10.

¹⁹ O caderno de matrícula, pertencente à família Prado traz a seguinte nota de abertura, com a assinatura do professor Alvarenga e do delegado de Instrução, João Eustáquio da Costa: “Este livro servirá para se lançar a matrícula dos alunos da escola de instrução primária desta freguesia, vai todo numerado e rubricado pelo baixo assinado, levando no fim o termo de encerramento. Carmo da Escaramuça, 7 de agosto de 1882.”

²⁰ Relato de Oscar Prado. “Seu Quinca”. In: A Voz, 21/10/1973, p.01. CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente.





Instituto São José na década de 40



Instituto São José em 2005



FUNDAMAR

FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história,
sua gente. Paraguaçu/MG: 2004

casa na rua Ferreira Prado, cedida pelo Sr. Manoel Alvarenga. O prédio próprio foi construído em 1946, numa demonstração de envolvimento e disposição do povo paraguaçuense, na luta em busca de recursos financeiros. Nas suas antigas acomodações físicas, atualmente é ocupado pelo Colégio Paraguaçu de Ensino Fundamental e Médio, colégio particular mantido pela Fundação Educacional Esdras Olyntho do Prado – a FEDEOP.

Em 1952, é inaugurado o Ginásio Salesiano Domingos Sávio. Além desses, vale destacar o Instituto (ou Juvenato) Sagrado Coração, datado de fevereiro de 1956 e de funcionamento até 1990²¹. O Instituto foi implementado pela Congregação dos Irmãos do Sagrado Coração, sob a rubrica do Padre André Coindre e fez história em Paraguaçu, deixando um rastro de benesses para a cidade e de formação de alta qualidade para os ex-alunos que passaram por suas fileiras. Atualmente a cidade tem alto índice de alfabetização de seus habitantes e conta com inúmeras escolas – públicas (estaduais e municipais) e particulares – entre as quais, a Escola Estadual Pedro Piccinini, Escola Municipal Prof. José Augusto, Escola Estadual Luiz de Mello Viana Sobrinho, o já citado Colégio Paraguaçu de Ensino Fundamental e Médio,

Médio, atendendo os moradores das áreas urbanas e rurais. Entre as escolas rurais, o destaque é para a Escola FUNDAMAR, de 1984 – que atende atualmente cerca de 600 alunos de Paraguaçu e outras cidade próximas, com o ensino fundamental regular, além de cursos e oficinas voltadas para o mundo do trabalho rural, possuindo ainda uma Fazenda-Escola para o desenvolvimento de suas atividades. No que toca à imprensa, Paraguaçu desde o século passado contou com jornais locais de grande circulação e repercussão. Entre esses, vale destacar o primeiro jornal que surgiu em Paraguaçu, no começo do século XX, o "Arara", de Pedro Leite. Era manuscrito e ilustrado pelo diretor, fazia humorismo e crítica leve. Seguiram-se "A Evolução", de Lino Prado ; "O Paraguassu", de José Cristiano do Prado e José Luiz do Prado; "A Semana" de José Cristiano e Odilon Prado; "A Notícia", de Alcides Maia; "A Metralha", de Oto Campo e Carlos Prado Campos, "A Matraca", de Hebe Prado, o "Lírio", de Célio Conde, "O Sputnik", de Donato Andrade e finalmente "A Voz da Cidade", de João Eustáquio de Andrade, que perdura até hoje e é o principal jornal da cidade, desde 1960, quando foi lançado o n.º 01.



FONTE: CD-ROM: Paraguaçu: sua história,
sua gente. Paraguaçu/MG: 2004

²¹ Nesse ano, com o encerramento da escola e do seminário formativo, o já Centro Educacional do Sagrado Coração – CESC – foi remodelado, passando a ser um centro de espiritualidade para atendimento de jovens na Pastoral da Juventude e outros grupos.





Outro feito recente de grande vulto para a cidade foi a criação da Academia Paraguaçuense de Letras, criada em 1998, no dia 30 de agosto, buscando congregar os prosadores e poetas e de difundir a língua portuguesa e a literatura brasileira a partir de Paraguaçu, com iniciativas de apoio no âmbito da cultura, o que fortalece imagem da cidade.

É necessário mencionar ainda outros voltados para o âmbito da cultura, como por exemplo, a existência dos cines Odeon e Eden nos anos 20 e 30, e a disputa entre os dois, visto a pequena dimensão da cidade e do público. Nos anos 40, é inaugurado o Cine Teatro Íris. Os cinemas já não se encontram mais ativados. Destaca-se atualmente o funcionamento do Museu Municipal Alferes Belisário, inaugurado em 1979, no local da antiga Cadeia Pública de Paraguaçu, atribuindo uma homenagem a um dos paraguaçuenses que prestaram serviço na Guerra do Paraguai, entre 1865-1869 - Belisário Rodrigues da Cunha. Hoje o museu funciona no casarão, conhecido como "Casa do Baguary", à Praça João Eustáquio da Costa. O Teatro Municipal Donato Leite Andrade, atualmente em reforma, é também o palco de grandes eventos e apresentações culturais em Paraguaçu, com capacidade para mais de 300 pessoas e localizado na Praça Oswaldo Costa.

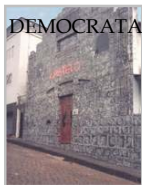
A história dos clubes sociais também merece ser relatada, vide o grande número dessas instituições responsáveis pela produção dos mais diversos eventos. Clube mais tradicional de Paraguaçu, o "Ideal Clube" foi fundado em 15 de maio de 1915, tendo como primeiro presidente, Pedro Augusto Leite. Desde sua fundação, as festividades sociais sempre se destacaram. *Baile à chita*²² e eventos como *nine o'clock pipocas*²³ ditavam os encontros da juventude da época. Com o passar dos anos, vão se ampliando o número de sócios e sua sede vai se tornando incapaz de atendê-los; aliás, situação essa repetida por várias vezes até a construção de sua sede definitiva situada à avenida Gonçalves Leite, em 1974. Grande aconte-

tecimento da época, a edificação de uma sede mais ampla, com praça de esportes e piscinas foi idealizada por Dário Borim, no ano de 1958, então presidente do clube e apoiada por toda comunidade. Foram quase quinze anos para sua finalização, mas, sem dúvida alguma, um empreendimento audaz e marcante para a comunidade paraguaçuense.

Em 10 de abril de 1932, foi organizada uma comissão fundadora formada por Waldemar Paulo, José de Lellis Gavião, Albino Borim e Antônio Bue-



IDEAL CLUBE



FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente. Paraguaçu/MG: 2004.

²² Chita é uma espécie de um algodão estampado usado nas roupas das moças.

²³ Relato de Guilherme Prado. "Quando a turma se reunia, com a desculpa de comer pipocas, para exibir tangos e maxixes até as 11 da noite; hora que, imaginem, o baile terminava!". In: A Voz, 23/03/2002, p.07. CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente.





no para tratar da fundação do “Democrata Club de Paraguaçu”, efetivado no dia 1º de maio do mesmo ano. Segundo seus registros, *“é uma sociedade de caráter recreativo, prestava valiosos serviços a classe proletária local”* (CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente). Um dos primeiros clubes de Paraguaçu, marcou história por suas festas animadas e por seus concursos de dança. Atualmente, o Democrata Clube funciona com o nome fantasia de Danceteria Castelo.

Outro clube que fez história e não mais existe foi o “Paraguassu Tênis Clube”. Situado no local hoje ocupado pelo Fórum e o Pátio de Obras da Prefeitura Municipal, era popularmente conhecido como a Praça e Esportes nos idos anos da década de quarenta.

Já no dia 12 de maio de 1946, com a presença de José Gavião, Aureliano Luiz do Prado, Justino Juvêncio e outros, foi decidida a criação da “Liga Operária de Paraguaçu”, época essa em que foi implantada uma fábrica de tecidos na cidade. Era um momento de euforia para os trabalhadores que se reuniram e organizaram seu próprio espaço de recreação. Entre carnavais e festas diversas, a festa do dia 1 de maio era a mais cultuada, sendo celebrada com bandas de música, desfiles, competições esportivas, foguetório e jantar com líderes políticos. Apesar das dificuldades enfrentadas para a manutenção de sua sede, a Liga continua sendo a referência de diversão para os trabalhadores.

Os mais recentes são: o “Clube Esportivo Veteranos de Paraguaçu”, localizado às margens da rodovia BR-491, km I, e fundado em 17 de junho de 1983 para a prática de esportes, principalmente o futebol; e o “Serra Clube”, construído em novembro de 2000, em uma área rural abrangendo a Serra da Matinada e a Concórdia. Compõe-se por piscina, campo de futebol, quadra poliesportiva, playground, bar e restaurante, além de realizar anualmente, o Festival do Chopp.

Quanto às manifestações culturais da diversificada sociedade paraguaçuense é cabível de destaque a Congada, cujo termo foi estabelecida na cidade em 1978, e recebeu o nome de Joaquim Bucho, em uma justa homenagem ao grande capitão, já que pelo seu extraordi-

- 1-Festas nos anos 20
- 2-As pastorinhas
- 3-As pastorinhas em 1939
- 4-Folia de Reis em 1999
- 5-As pastorinhas em 1972
- 6-Desfile de Carnaval em 1983
- 7-Bloco de Carnaval de 1934
- 8- EXPOAP 1975

FONTES:
FOTOS: CD-ROM: Paraguaçu: sua história,
sua gente. Paraguaçu/MG: 2004
www.paraguassuturismo.hpg.ig.com.br





nário entusiasmo e senso artístico, animou e deu brilho todo especial às festas de congada durante anos. As festas de congada são realizadas anualmente durante o dia de comemoração de São Benedito.

A folia de Reis, verdadeira demonstração de fé, na celebração da viagem que os magos fizeram a Belém para adorar o menino Jesus, é também digna de nota. Em Paraguaçu existe disputa ferrenha entre os grupos que, organizados, traçam um roteiro de visitas com o objetivo de conseguir recursos financeiros para fins religiosos, destacando os grupos das “As Pastorinhas” e o do “Cristo Rei”. Esses grupos fazem parte da Federação das Folias de Reis do estado de Minas Gerais, entidade criada em 1998 devido à necessidade de organizar e salvar essa manifestação que, como outras, tais como a congada, podem desaparecer num processo lento, porém palpável.

A fundação do grupo das “Pastorinhas”, data de 1938, incentivado pelo vigário Padre Antônio Piccinini, procedente da Itália. D. Mariquinha, professora da época, foi quem organizou as Pastorinhas. O grupo esteve desativado por 30 anos, voltando em 1977, por iniciativa de D. Naylah, D. Salomé, D. Úrsula e D. Yolanda.

Outra comemoração marcante e que mostra a religiosidade do povo de Paraguaçu é a dedicada a Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade e que se realiza no dia 16 de julho, a cada ano. No calendário do município ainda aparecem outras festas anuais que se destacam, como a Exposição Agropecuária de Paraguaçu – a EXPOAP – que acontece junto às comemorações de aniversário da cidade, no fim do mês de agosto, e já está na sua vigésima edição.

E mais recentemente, outro evento marca presença entre a população paraguaçuense. É o Carnaguaçu, o carnaval fora de época, que caiu no gosto popular e já está entre as principais festividades, fora é claro o Carnaval comemorado no período convencional. Mais vale lembrar que o carnaval em Paraguaçu seguiu a evolução normal atribuída ao festejo. Desde o tradicional entrudo, comum no início do século XX, passando pelos elegantes bailes para os sócios dos clubes e os desfiles de rua, contando até com escolas de samba da cidade. Até chegarmos ao Carnaguaçu, com o modelo importado da Bahia, com as bandas de axé e os trios elétricos.

Na memória: O episódio da Escaramuça



No início do século XIX, quando Paraguaçu ainda era chamado de Carmo dos Tocos, um episódio de grande repercussão na época e que ecoa até os nossos dias, como a principal lenda da cidade de Paraguaçu, fará com que o arraial passe a denominar-se Carmo da Escaramuça.

A Capela do Leva-Tapas.
FONTE: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Paraguaçu/MG: 2004.





A lenda consiste no fato de uma carnificina ocorrida entre 1812 e 1820, segundo as fontes, após a chegada ao local de um grupo de ciganos, que por ali permaneceu por algum tempo. Entre esse ciganos, um acabará por enamorar-se por uma moça de uma das famílias da arraial, Ana Palhão, que corresponderá aos gracejos do cigano, de nome Amâncio Diegues. A paixão entre os dois foi logo descartada pelo pai da moça. Após alguns meses, os ciganos partiram em retirada da cidade, mas a moça foi junto com eles, raptada ou por livre iniciativa, segundo os controversos relatos sobre o incidente. Porém num ato de vingança a população local, sob a liderança do patriarca Palhão, armou uma “escaramuça” contra os ciganos, matando-os todos, inclusive a própria Ana Palhão.

Na memória paraguaçuense, a história rendeu frutos, e deve ter se espalhado por toda a região, pois logo o arraial ficará denominado como Carmo da Escaramuça, até a sua emancipação quase um século mais tarde do possível ocorrido. Inclusive, consta esse nome quando da elevação da localidade a curato, ao passar a denominar-se curato de Nossa Senhora do Carmo da Escaramuça. Isto, ocorrido em 27 de julho de 1821.

Segundo a publicação, "Almanaque Sulmineiro" de 1883, o episódio da escaramuça dos ciganos deve ter ocorrido em 1812. O jornal "Sul de Minas", de 1862, traz a notícia de que naquele ano foram encontradas cerca de 20 ossadas em uma vala num sítio, que deveriam pertencer aos ciganos massacrados. No local, foi erguida uma capela, que existe até hoje e faz parte do imaginário coletivo da população paraguaçuense, uma vez que reza a lenda que quem passar em frente ao local sem fazer o sinal da cruz e sem pedir pelas almas dos ciganos, leva um tapa pelas costas, principalmente se a noite já estiver adiantada. Entre os moradores da cidade, o local é conhecido como Leva Tapas.²⁴

²⁴ Hoje, a construção e seu respectivo terreno é considerado **Bem do Patrimônio Cultural do Município de Paraguaçu**, cujo tombamento, denominando-o como Sítio Histórico Leva Tapas, por força do Decreto Municipal N.º 15/2002, de 04 de abril de 2002, foi baixado pelo Prefeito Evandro Barbosa Bueno, sendo este o primeiro bem imóvel de reconhecimento cultural da cidade.





4. HISTÓRICO DO BEM CULTURAL E CONTEXTUALIZAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

O arvorar do século republicano e o desenvolvimento de Paraguaçu

O século XX nasce republicano, regime inaugurado através de conluio e conspirações das elites, que depuseram Dom Pedro II, que, aliás, gozava de certa popularidade entre a população, já que mesmo os ex-escravos faziam uma idéia positiva do monarca. Entretanto, os militares, que desejavam maior participação na agenda nacional, e os grandes fazendeiros, ansiosos por recuperar dos prejuízos gerados pelo 13 de maio, decidiram perpetrar um golpe de estado. Não que inexistissem agentes sinceramente comprometidos com um regime republicano, mas, na última hora, não foram deles o principal destaque na mudança do sistema político brasileiro.

Pois bem, novo século, novo Brasil, era isso que as classes altas e as médias desejavam. Para as camadas populares fazia pouca diferença se os mandatários seriam oriundos da vitaliciedade da casa real ou então quadrienalmente substituídos. Todo modo, esse novo momento é também período de transformações econômicas e sociais, ainda que prevalecesse certo continuísmo.

“No período de 1894-1922 o Brasil conheceu várias experiências importantes. O país cresceu, passando de 14,3 milhões em 1920. Minas Gerais continuava a ser o estado mais populoso, seguido por São Paulo. A economia permanecia fundada no café, com grande superioridade para os demais produtos. O governo de Campos Sales, através do ministro Joaquim Murtinho – o anti-Rui Barbosa –, não incentiva a indústria, acredita na divisão internacional do trabalho – nações agrícolas e nações industriais –, mas tanto a agricultura como a indústria caminha.”²⁵

Essa razoável bonança, ao menos no nível macroeconômico – já que a situação das classes trabalhadoras não se alterara significativamente –, teve um novo efeito nas próprias concepções das gestões das cidades. As principais urbes brasileiras possuíam uma fisionomia imperial, com casarões coloniais e antigas e estreitas ruas; o que mais incomodava as elites era a amalgamação entre ricos e pobres. Cortiços ficavam ao lado dos palacetes, a segregação espacial não acompanhava a exclusão social. Dentro dos antigos padrões de sociabilidades, ricos e pobres viviam próximos, pois assim o fora no período escravista, quando competia ao senhor de escravos manter seus cativos sobre vigilância²⁶.

²⁵ IGLÉSIAS. *Trajatória Política do Brasil*, p. 214-215.

²⁶ MARINS. “Habitação e Vizinhança”, p. 156.





Contudo, o desejo de transformação perpassou pela administração pública, pelo imaginário das antigas elites e dos novos ricos que ascendiam. A maneira de ordenar a sociedade seria outra, a população pobre (que passou a ser associada a doenças e ao perigo à ordem pública) deveria residir distante das “pessoas de bem”, o que significava, na prática, uma exclusão do direito à cidade e uma negação do viver em comum. As transformações urbanas que ocorreram nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo foram casos paradigmáticos da expulsão dos afro-descendentes e da população pobre em geral, que se viram obrigados a residirem em rincões mais distantes. Teriam sido definitivamente expulsos das urbes, se não tivessem usado suas criatividade para buscar novas formas de habitação.

A resposta da população se fez sentir por meio das ocupações em áreas antes desabitadas, como nos morros do Rio de Janeiro e em terrenos alagadiços e desertos, como em alguns manguezais, por exemplo. A especulação imobiliária rasgara o antigo tecido social (que já possuía suas próprias perversões), criando as favelas, foco de revolta e tensão social. A ordem republicana gerou um novo tipo de pobreza. Antes, o deserdado e oprimido poderia contar seu senhor e patrão para fornecer-lhe alguma assistência. Dentro de uma ótica paternalista (pautada sobre uma moral cristã) era esperado que alguma relativa benevolência fosse apresentada. No entanto, com o advento, mais escancarado do que nunca, do ideário liberal cada um tornou-se responsável por si mesmo. O sucesso ou o fracasso, a riqueza ou a miséria tornaram-se questões de ordem individual, cada um deveria arcar com suas próprias conquistas ou perdas.

Os menos favorecidos nunca estiveram tão desolados, o que explicaria explosões de descontentamento e revoltas, a exemplo da Revolta da Vacina, Revolta da Chibata e da experiência Canudos. Protestos prontamente oprimidos pelas autoridades, que tomavam qualquer expressão de descontentamento como ameaça à República.

As políticas de urbanização e assistência social, surgido nos grandes centros, tornaram-se modelos para outros estados da União, que também tinham seus próprios anseios de se civilizar. No caso de Minas Gerais percebemos uma euforia com o novo século. Sua própria capital era republicana, construída em 1897, tornando-se o primeiro exemplo de cidade planejada, uma vitória para o urbanismo. Esperava-se que Belo Horizonte pudesse inaugurar uma nova forma de habitar, pois, ao contrário do Rio e São Paulo, nela não havia aquelas mazelas geradas no período colonial e imperial.

Minas Gerais continha um grande peso político, dado ser o maior colégio eleitoral do país. Sua economia também era sólida, baseada na pecuária leiteira e na cafeicultura. Acrescenta-se que esse estado, em conjunto com São Paulo, constituía-se na principal liderança do país, revezando a presidência da república²⁷.

O Sul Mineiro foi favorecido por esse contexto, até mesmo porque era uma região na qual havia o cultivo de café e a criação de gado leiteiro. Portanto, os municípios dessa área, de um modo geral, tornaram-se prósperos, projetando políticos de destaque, chegando até estabelecer vínculos mais próximos com o governo federal.

²⁷ A chamada política do “café com leite” atualmente tem sofrido várias revisões; pouco sutis em FAUSTO. *História do Brasil*. 1995. Ou mais incisivas e diretas, como em: VISCARDI. *O Teatro das Oligarquias*. 2001.





No entanto, esse clima de bonança que caracterizou a transição do oitocentos para o século seguinte não foi compartilhado por toda a população. A maior parte estava alijada do usufruto dos benefícios econômicos advindos do chamado tripé da economia nacional: latifúndio-monocultura-exportação, além do favorecimento político do governo federal. A população, sobretudo os ex-escravos, ficou a margem desse processo, sendo, conforme já dito, significativamente marginalizada. A atual pobreza que conhecemos tem suas bases nos privilégios de classe conquistados pela elite fundiária desse período.

Dentro do conjunto de povoados e arraiais do sul de Minas que se consolidaram em meio a essa conjuntura podemos destacar Paraguaçu, que, inicialmente, se chamava Carmo da Escaramuça. Sua origem remonta ao ano de 1840, quando, por força da Lei Provincial n.168, foi criado na condição de distrito de Campanha da Princesa, na comarca do Rio Verde. Em 1860, ocorreu sua incorporação a Alfenas, e, vinte anos depois, Carmo da Escaramuça acabou desmembrado, mas novamente anexado a Santo Antônio do Machado. Somente em 1911 que se deu sua emancipação definitiva, tornando-se o município de Paraguaçu.

A cidade também se insere nesse contexto de nascimento da República, tratando-se de uma comunidade assentada na agropecuária, mas interessada em incrementar sua conformação urbana. Seu índice de produtividade saltou de uma capacidade de auto-subsistência em direção ao patamar mais alto da agroexportação. A economia se reestruturou, de um potencial micro para macroeconômico. Tratou-se de um momento no quais os fazendeiros puderam constituir o capital necessário, assegurando-se de suas lideranças políticas. O desenvolvimento da cultura de café superou os plantios de canaviais e consolidou uma tendência que já estava em gestação no período imperial.

A produção cafeeira permitiu a realocação de recursos em outros setores que não o agrário, a exemplo de uma proto-industrialização, além dos melhoramentos urbanos ocorridos no núcleo-sede de Paraguaçu. No entanto as primeiras experiências com as maquinofaturas (que não foram bem sucedidas) tinham como meta o melhor aproveitamento do café.

“A primeira máquina de beneficiar café foi assentada pelo sr. Marcos Souza Dias, no Chapéu de Sol, no ano de 1889. Quatro anos depois, foi montado o primeiro grupo industrial no arraial do Carmo, composta de uma serraria, máquina de beneficiar café e ferraria.

A propósito desta tentativa fabril, conta-nos o sr. Alfredo Luiz do Prado, em suas reminiscências escritas para o arquivo histórico da prefeitura:- Morava eu na fazenda da Mata, em casa de meus pais, quando foi organizada a primeira firma social local, para montagem de máquina de beneficiar café, serraria e ferraria. [...]

A montagem foi feita pelo engenheiro francês Ultime Courbassier residente então em Passa Quatro. A máquina de café e serraria jamais funcionaram bem; a ferraria, com 3 forjas, trabalhava regularmente. Foi entretanto, logo verificado que as indústrias não davam prejuízos, mas não prometiam futuro. [...]





Segundo depoimento do mesmo informante, sr. Alfredo Luiz do Prado, a maquina de beneficiar café era um conjunto Ahrens, com algumas unidades da Cia. Mecânica importada de S. Paulo, motor americano Robey, de 20HP.”²⁸

Outro efeito importante desse período foi a chegada de trabalhadores imigrantes para concluir a transferência definitiva da mão-de-obra escrava para a assalariada²⁹. Era um contexto de modernização econômica e diversificação social, novas classes se configuravam, enquanto as elites dirigentes conduziam o amadurecimento do município no modelo por elas almejado. Entusiasmadas com a proclamação republicana, acentuavam os aspectos do novo regime ao mesmo tempo em que eliminavam os antigos símbolos do período monárquico.

Um dos exemplos desse processo de ruptura com o passado estaria na própria estrutura física da cidade. Inicialmente, a sede de Paraguaçu se limitava a poucos logradouros, os principais eram designados como Rua de Cima (atual Barão do Rio Branco), Rua de Baixo (atual Ferreira Prado) e Rua Direita (atual via contígua a Matriz)³⁰, mas nos anos subseqüentes (décadas de 1910 a 1930) novas vias foram abertas, facilitando o deslocamento de pessoa, carroças e dos recentes automotores. Foi no primeiro quartel do século XX que a estrutura predial da cidade sofreu um aumento considerável, com novas construções particulares e públicas que renovaram sua fisionomia. Antigas construções, no estilo dito colonial, acabaram substituídas por edificações ornamentadas em novos padrões construtivos, inspirados ou copiados das grandes cidades brasileiras.

Contudo, o propalado rompimento com o regime imperial foi seletivo, na medida em que uma série de elementos acabou mantida. Destaca-se a exclusão da população ex-escrava, deixada à margem do crescimento econômico. As famílias que dominavam o poder na época de Dom Pedro II mantiveram a proeminência política, não sendo abaladas pelo golpe republicano de 1889. O que se percebe, em suma, é uma continuidade entre as elites, que souberam perpetuar sua prevalência sobre os assuntos públicos de Carmo da Escaramuça e, a partir de 1911, de Paraguaçu.

Entretanto, se analisarmos a condição da população mais pobre poderemos aventar outros caminhos para essa história regional. Ainda não existem estudos sobre a escravidão na antiga Carmo da Escaramuça, contudo as referências encontradas indicam uma situação semelhante a outras cidades mineiras. Os cativos eram empregados principalmente nas lavouras, mas com o término da escravidão essas pessoas puderam se dirigir para outras paragens, alguns se mudando para o centro do povoado.

Essa população marginalizada teve que encontrar novos meios de sobrevivência, se ausentando durante todo o dia de suas residências. Desse modo seus filhos não tinham oportunidade de receber assistência dos pais, além disso, o poder público não oferecia muitos ensejos educacionais. Certamente esse é um dos processos que engendrou a população pobre de Paraguaçu, garantindo a perpetuação das classes pobres. Embora não tenha

²⁸ PRADO. “Indústria primitiva histórica”. *Paraguassu*, 22/09/1946, p. 3. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.

²⁹ COSTA. Da Monarquia à República, p. 208-209.

³⁰ MOREIRA. “Ruas sem nome”. *Paraguassu*, 27/05/1962, p. 01. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.





sido feito uma pesquisa documental é possível supor, seguindo tendências gerais da sociedade brasileira, que a estigmatização dos afro-descendentes se converteu um forte obstáculo para sua inclusão social.

A partir das décadas de 1960 e 1970 a cidade passou a receber contingentes populacionais oriundos de regiões vizinhas, de modo que, nos anos oitenta, ocorreu a formação de novos bairros. Esses recentes moradores não detinham muitos recursos, constituindo-se em uma população cujo nível de vida era precário, possuindo dificuldades para ser inseridas no mercado de trabalho. Esses recém-chegados se amalgamaram com os grupos de despossuídos já assentados em Paraguaçu, criando novas constelações sociais, com precários ritmos de vida.

Na verdade, a oferta de trabalho na área urbana, historicamente, sempre foi reduzida, pois o pólo dinâmico da economia se encontrava na zona rural. A própria Paraguaçu Têxtil, indústria de Oswaldo Costa, foi uma tentativa de fornecer oportunidades de trabalho para os moradores do centro e bairros adjacentes. Isso ainda na década de 1940, quando os cidadãos eram em menor número. Nesse período, alguns conflitos entre o capital e o trabalho já podem ser presenciados. Um jornal da época resenhou, de forma bastante negativa, as reivindicações dos trabalhadores, baseando-se em argumentos paternalistas e autoritários:

Todos sabem que iniciou suas atividades, já algum tempo, a fabrica de tecidos da Paraguassú têxtil S/A.

Quan"do da fundação desta sociedade, o benfeitor de Paraguassú e seu sincero amigo Oswaldo Costa, não teve como fito criar uma fonte para ganhar dinheiro, mas unicamente instalar uma industria que pudesse proporcionar aos trabalhadores desta cidade, o meio de ganhar honesta e folgadamente seu sustento. [...]

É voz corrente entre o povo e os operários, que a fabrica paga salários muito baixos. Isto é verdade, porem a culpa não é da fabrica. É dos operários, que na sua maior parte falta dias seguidos ao trabalho sem motivo justificado, perdem tempo em conversas e brincadeiras sem darem a devida atenção ao trabalho. [...]

De quem é a culpa? Da fabrica? Não certamente, mas sim daquele que, ou por não terem ainda aprendido a trabalhar, ou por desídia, ou por negligencia e falta de boa vontade, perdem horas sem produzirem nem 30% das suas reais possibilidades. [...]

Deve portanto o trabalhador adquirir educação e disciplina industrial. O operário que sahe de sua casa às 5 horas da manhã, deve compreender que é rematada tolice passar oito horas em pé, sem procurar tirar proveito de seu sacrificio. Deve compreender que para ganhar dinheiro deve trabalhar ordenadamente esforçando-se para produzir, acatando os conselhos de seus chefes e primando pelo respeito aos regulamentos da fabrica. [...]

*Finalizo afiançando a todos os operários e ao povo, que todo trabalhador que desejar empregar suas atividades na fabrica, desde que seja um trabalhador aplicado, ganhará o mais que suficiente para viver com relativa abastança".*³¹

³¹ BIANCHI, Dr. Dante. "Carta aos operários e ao povo de Paraguassú". *Paraguassú*, 30/06/1946, p.2. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.





Pelo excerto podemos vislumbrar o entendimento que os grupos dirigentes faziam das classes laboriosas. Supunha-se que o operariado deveria ser grato aos seus patrões pela oferta de emprego. Na verdade, tal visão não destoava das políticas oficiais, o legado da ditadura de Vargas era forte, considerando o trabalhismo subordinado ao crescimento nacional e aos empregadores. Aqueles que divergissem desses padrões de conduta eram taxados como preguiçosos e criminosos. Nos anos oitenta, essas percepções persistiam, com a configuração de imaginários negativos acerca dos novos habitantes da cidade, visto com suspeitas e considerados como culpados pelo aumento da criminalidade.

As próprias crianças dessas famílias tinham dificuldades de ser inseridas no processo de escolarização formal, consideradas insubordinadas e com dificuldades de aprendizagem. O surgimento da Fundação Daud Gantus Nasser seria uma importante via de inclusão para essa minoria.

O regime político, tão festejado pelas elites em 1889 ainda se revela incapaz de republicanizar uma série de bens culturais e materiais para a população. No entanto, essa fundação beneficente (hoje associação) contribuiu de forma enfática para melhorar padrões de vida para parte das crianças carentes. Tal instituição se imbricou definitivamente ao imóvel nº 201 da Praça João Eustáquio da Costa que hoje se encontra em processo de tombamento. No entanto, antes de debruçarmos sobre o histórico da Associação Nasser, se faz necessário revermos a evolução do casarão no contexto urbano da cidade.

A renovação urbana no núcleo do antigo arraial: a construção da casa de José Camilo da Costa

O marco inicial de Paraguaçu pode ser encontrado no entorno da atual Praça João Eustáquio, onde foi erguida a primeira capela do povoado, entre os anos de 1810 e 1812. Sua demolição ocorreu em 1840, para dar lugar à edificação da igreja matriz (antiga). Durante muitos anos, esse foi um espaço privilegiado, no qual a população se reunia para momentos religiosos, festivos e até de manifestação política. Os dirigentes de Carmo da Escaramuça decidiram, por exemplo, comunicar a proclamação da república em frente a esse templo, trazendo essas boas novas para uma extasiada multidão ³².

A antiga matriz acabou eclipsada pela magnitude e suntuosidade da nova igreja, inaugurada em 1918. Tanto que em 1923 se optou por sua derrubada, com a intenção de usar aquela área para a construção de um novo edifício, dedicado a Nossa Senhora da Aparecida; o construtor foi Virgílio Borim, também responsável por outras importantes obras no cenário urbano do município. A inauguração dessa nova capela data de 1º de julho de 1929, solenidade cuja benção coube ao pároco Padre Antônio Piccinini. Ainda na década de 1920, o largo da igreja passou por uma intervenção, acompanhando um processo mais amplo de transformação urbana³³.

³² Anônimo. Igreja Nossa Senhora da Aparecida. Documentos e depoimentos, 01/01/2000, s.p. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.

³³ Na década de 1970 ocorreriam novas intervenções na praça, foi quando se constituiu a atual aparência desse logradouro. Cf: Inventário de Proteção ao Acervo cultural de Paraguaçu, abril 2006.





Nesse entorno se concentram expressivos exemplares do patrimônio cultural do município, a exemplo do atual Museu Alferes Belisário, casarão erguido em 1902, originalmente propriedade de Coronel Marcos de Souza³⁴. Próximo a essa construção também foi edificada, durante os primeiros anos do século XX, uma casa de morada, a pedido de José Camilo da Costa, importante comerciante e banqueiro da região³⁵.

Este bem possui características estilísticas e construtivas que o diferencia das antigas construções de Paraguaçu. Sua alvenaria é em tijolos cozidos, sendo que em algumas divisórias a dimensão dos blocos é o dobro dos demais, constituindo paredes com ampla espessura. Na ornamentação da fachada, destacam-se as sobrevergas das janelas, assim como a portada da entrada principal, todas feitas em argamassa. Os falsos cunhais possuem alto-relevo em motivos quadrangulares. Essa composição sugere a inserção da estrutura nas tendências arquitetônicas usualmente designadas por ecletismo, difundidas a partir das grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dentro de uma perspectiva histórica, tal estilo se articula ao interesse de distanciar as cidades da tradicional caracterização colonial, que, inevitavelmente, remetia ao Império e a própria subordinação a Portugal.

Dentro da dinâmica da antiga Carmo da Escaramuça era esperado que os fazendeiros adquirissem propriedades na área urbana, utilizando-as como pouso, para quando fossem à cidade e no período das festas religiosas, eventos que atraía toda a população para a sede.

Contudo José Camilo da Costa optou por usar o casarão como empreendimento comercial. Na década de 1920 a construção abrigou a Casa Bancária, que tinha convênios com importantes instituições financeiras, representando o Banco do Brasil, o Banco Francês e o Banco Hipotecário. Para os agricultores, esse último era importante, já que concedia empréstimos no período das entressafras.

Cláudio Bastos aponta a relação entre a produção cafeeira do estado e suas vinculações com o sistema financeiro. Haveria uma tendência na tradição bancária mineira de se relacionar proximamente com os produtores rurais, concedendo empréstimos e aguardando a venda das safras para receber o pagamento. Assim, em certa medida,



José Camilo da Costa.



Oswaldo Costa.



Daud Gantus Nasser.

FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Paraguaçu/MG: 2004

³⁴ O funcionamento do Museu Municipal nesse imóvel começou em 08 de janeiro de 2001, quando a prefeitura decidiu alugá-lo para guardar o acervo de bens móveis e documentais da cidade. Cf: ARAÚJO. *Museu Municipal Alferes Belisário*. 2005.

³⁵ PRADO. Casas da Praça João Eustáquio. *A Voz*, 24/11/2001, p.7. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.





entre o final do século XIX e o começo do século XX as instituições financeiras do estado seriam patrocinadoras dos cafeicultores.

“Se nos reportarmos à cronologia [...] vamos verificar que é indiscutível o predomínio da região Sul do Estado na criação dos novos bancos surgidos nessa segunda fase do Sistema Financeiro de Minas. Seria fastidioso repetir nomes e datas de criação desses estabelecimentos, mas a consulta nos mostrará que o seu predomínio é inconteste de 1909 a 1925, começando a cair de 1926/30 (nove em trinta estabelecimentos).”³⁶

De certo que o empreendimento de José Camilo da Costa se enquadra nesse caso, isto é, inserido no processo de evolução do sistema bancário de Minas Gerais. No imóvel (que hoje é o nosso objeto de tombamento) passaram importantes personalidades da região, realizando transações financeiras e conseguindo empréstimos para a manutenção dos empreendimentos agrários – leia-se café. Entretanto a iniciativa da casa financeira esboroou-se rapidamente, com recuperação somente em 1919 com a criação do Banco Paraguassú, do qual Oswaldo Costa, filho de José Camilo, era um dos principais acionistas.

Com o fechamento da instituição bancária, o imóvel passou a abrigar a Companhia Mercantil e Industrial Vivaldi (1913-1914), um cometimento de capital anônimo no qual havia a participação de José Camilo da Costa. Foi essa empresa que promoveu a primeira eletrificação substancial de Paraguaçu, instalando os postes, a fiação elétrica e os transformadores. Já nos anos 20, essa empresa se transformou no Centro Eletrônico Varginhense, chegando a operar quase 50 aparelhos telefônicos.

Percebe-se que José Camilo da Costa esteve a frente de variados avanços ocorridos no município, sobretudo na área urbana, que além de receber uma nova infra-estrutura contava com políticas de embelezamento, com melhoria nas praças e logradouros. As políticas municipais se voltavam para ações consideradas modernizadoras. Tais serviços eram, consignados às empresas privadas, o que em muitos casos patrocinou o enriquecendo esses empreendedores. A população mais pobre, no entanto, também era favorecida, já que surgiam oportunidades de empregos; muitos vinham das zonas rurais para trabalharem nessas obras, acabando por se fixar definitivamente na sede.

Na década de 1930 a casa de José Camilo foi palco para outros empreendimentos, como uma loja funerária e os correios. O que confirma a tendência do imóvel em atuar como um prédio comercial. Durante anos, a população relacionava aquela edificação à prestação de serviços, considerada, portanto, como um setor progressista. Com o falecimento de José Camilo da Costa em meados dos anos quarenta, o bem acabou transferido para seu filho, Oswaldo Costa, que deu continuidade ao uso comercial, embora, durante alguns anos (1942-1949) tenha cedido o

³⁶ BASTOS. *Instituições Financeiras de Minas*, p. 17.





prédio para o funcionamento da instituição hospitalar Hilda Costa. Nesse mesmo período, o proprietário também esteve envolvido na construção de um hospital.

Com efeito, Oswaldo Costa, assim como seu pai, fomentou o crescimento de Paraguaçu, incentivando fortemente o amadurecimento industrial e a diversificação de serviços. Conforme já citado a própria indústria têxtil recebeu seu patrocínio direto, além da construção do Campo de Pousso (1942), o Hotel Paraguassu (1943), o Cine Iris (1947), e o Dispensário Hilda Costa (1942), rendeu ótimos dividendos políticos para Oswaldo Costa, suficientes para elegê-lo deputado federal por Minas Gerais, em 1950.

A organização da Associação Nasser

Da década de 1950 até começos dos anos setenta, o imóvel sempre esteve ocupado com algum empreendimento comercial. Tratou-se, no entanto, de um uso esporádico e sem maiores destaques, tanto que a casa acabou fechada e parcialmente abandonada, não recebendo manutenções ou revisões. Segundo entrevistadas³⁷, nos anos 70 aquele recinto não abrigou moradores, condição que acelerou seu processo de deterioração, tanto que alguns consideravam inevitável a derrubada da antiga propriedade de José Camilo da Costa.

Mas, na década 1980, uma nova conjuntura social se esboçou no município. Com o crescimento da população, grupos de famílias economicamente menos favorecidas passaram a se concentrar em bairros periféricos, gerando incômodos e inquietações nos grupos hegemônicos. Discutiam-se os caminhos que as crianças dessas famílias poderiam trilhar já que seus genitores trabalhavam durante o dia, não possuindo recursos para o cuidado (supostamente) adequado dos seus rebentos.

Uma apreensão social acabou por se imbricar com um sentimento de caridade católica: laços de solidariedade e padrões de sensibilidade fortes em municípios interioranos. De um lado temia-se que os pequenos poderiam, em futuro próximo, converterem-se em criminosos, haja vista a maneira como eram criados; por outro lado, havia uma sincera intenção de ajudá-los, ministrando fundamentos educacionais e provendo alimentação, saúde e higiene básicas.

Assim, em 25 de novembro de 1983, durante a gestão do prefeito Gantus Nasser, foi criada a Fundação³⁸ de Assistência Social Daud Gantus Nasser (FASDAGAN). A designação dessa casa de caridade era uma homenagem à memória de seu pai. Tratava-se de uma sociedade civil, privativa e sem fins lucrativos, de características filantrópicas. Em seu estatuto, elaborado posteriormente (1998) pode ser lido que:

³⁷ RODRIGUES. Encontro com funcionárias da Fundação Nasser. Paraguaçu, dez 2007. Entrevista.

³⁸ Inicialmente, a organização Gantus Nasser era designada pelo termo de Fundação, mas este foi substituído oficialmente por Associação em 1998. A razão para essa modificação foi de natureza jurídica, já que com a antiga nomenclatura não seria possível receber determinados recursos financeiros dos órgãos públicos.





“... [a associação] tem como finalidade social o combate à fome e a pobreza, prestar assistência espiritual, atendimento sócio-educacional, formação profissional gratuita e integração de seus egressos no mercado de trabalho, atendendo quantas forem possíveis, as crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social [...] privilegiando, sempre, que necessário, as que estiverem em situação mais precária.”³⁹

Essa ênfase na necessidade de uma orientação espiritual e proteção contra “descaminhos” já estava esboçado em seus primeiros anos. O jornal A Voz noticiou a criação da instituição em um tom altamente assistencialista: “O alcance social deste empreendimento merece a mais profunda atenção e apoio dos paraguaçuenses. De início, a fundação acolheu e cadastrou 90 (noventa) menores famintos, maltrapilhos subnutridos e abandonados”⁴⁰.

A maneira pela qual as crianças são referidas (vide os grifos) sugere uma visão negativa atribuída às camadas sociais mais pobres que se concentravam em Paraguaçu. No senso comum, as novas famílias residentes no município eram violentas e predispostas ao crime, representações que revelam um teor conservador da sociedade paraguaçuense, identificando as pessoas de bem como as detentoras de posses ou então aquelas já instaladas nas relações de subserviência local.

Na fundação da associação foi definido seu caráter filantrópico e, posteriormente, enfatizada sua utilização como ferramenta para maximização da cidadania dos jovens munícipes. A primeira mesa diretora era composta por: Dr. Elvio Nasser (presidente); Irmã Ana Maria de Almeida (vice-presidente); Selma Sofia Nasser (1ª secretária); Maria Izabel Capobianco Silva (2ª secretária); Inácio Ries Rosa Moura (1º tesoureiro); Hudson Fonseca (2º tesoureiro). Pessoas já comprometidas com o desenvolvimento educacional e social do município, possuindo estreitas relações com o prefeito de então. Na própria Ata de Fundação há um trecho que, novamente resvalando o assistencialismo, define a vocação filantrópica da Fundação Nasser.

“Para presidir os trabalhos da reunião, foi convidada D. Dulce Moteran Nasser. A mesma falou sobre a necessidade de se criar esta obra de Assistência a maternidade e a infância para ajudar as mães pobres, pois muitas vezes as crianças adoecem por falta de alimentação adequada.”⁴¹

A princípio, a Associação funcionava no Horto Florestal Coronel Olyntho de Oliveira Leite (comumente chamado por “Bomba”). Em 1984 ela foi relocada, em caráter temporário, para o casarão de Oswaldo Costa. Elvio Nasser e Gantus Nasser intermediaram junto ao proprietário para que o bem fosse vendido para a prefeitura, de modo que esta pudesse doá-lo para a Associação. Tal transação se concluiu em meados da década de 1980. Uma vez de posse da sede própria, a instituição pode ampliar a admissão de alunos e a intensificação das atividades.

³⁹ Estatuto da Associação de Assistência Social Daud Gantus Nasser, Artigo 2, p.2, 1998.

⁴⁰ Jornal A Voz. Fundação Daud Gantus Nasser/Criação. 25/04/1987. p. 1. In: PRADO. Paraguaçu. Cd-rom, 2004. (Grifos nosso)

⁴¹ Livro de Atas. Ata de Fundação. Paraguaçu, 25/11/1983.





Devido aos diversos usos, o imóvel teve que passar por uma série de intervenções desde sua construção. Apesar da inexistência de documentos escritos, nota-se, conforme fotografia ao lado, que houve alteração da fachada principal, voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, com a transformação de três antigas portas em janelas, além da retirada da platibanda. Ademais, analisando a fachada voltada para a Rua da Máquina e a distribuição interna, nota-se que o atual refeitório, cozinha e despensa foram construídos posteriormente e que, segundo fontes orais, possivelmente esse acréscimo se deu quando da aquisição do imóvel por Oswaldo Costa nos anos 40, após falecimento de seu pai, José Camilo da Costa. Aliás, a despensa passou a ter esse uso ainda nas décadas de 1960 e 1970, no lugar de um dos banheiros da casa.

No entanto, as maiores intervenções se referem, principalmente, às adaptações para as necessidades da Associação, entre 1984 e 1985, visando adaptar a construção a sua finalidade de abrigo para crianças. Dessas modificações destacam-se a retirada do assoalho e a aplicação de cerâmica na maioria dos cômodos, assentamento de grades nas janelas e reparo nas esquadrias, com substituição de duas destas por basculantes (lado direito – área dos banheiros). Transformaram alguns quartos em salas da aula, fixando quadros-negro nas paredes. O pavimento inferior (porão), que tinha o piso em terra batida, recebeu revestimento de cerâmica e acréscimo de banheiros internos, com acomodação de sanitários e chuveiros. O refeitório também foi instalado nesse cômodo, que recebeu subdivisões (de madeira) para comportar outros usos, como quarto de despensas. Fizeram-se necessários a revisão da rede elétrica e hidráulica e o reparo na cobertura com troca de telhas. Retirou-se o fogão de lenha da antiga cozinha e, no terreno, foi montado um playground para a recreação das crianças. Na parte posterior do lote se deu a construção de uma nova instalação: uma área (piso em cerâmica) com cobertura de telha e cômodos para cozinha e banheiros, que passou a ser alugada para terceiros, destinada a realização de festas.

Terminado a reforma, o imóvel foi mobiliado, com doações de camas, armários, mesas, e carteiras. A instituição também recebeu vasilhames, brinquedos, remédios, alimentos e livros, de modo que a assistência educacional básica já poderia ser prestada à comunidade. Desde a inauguração da fundação sempre houve voluntários dispostos a contribuir com essa obra, mas também se tornou necessário contratar ajudantes.



Antiga fachada do imóvel em análise
CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente.*
Paraguaçu/MG: 2004



Atual fachada da Associação Daud
Gantus Nasser
FOTOS: Natália B. Campos, dez/2007.





Há uma pequena casa sediada no terreno da propriedade, provavelmente mais antiga que a construção principal, apesar de bastante descaracterizada, e localizada próxima à horta e à nova cobertura. Atualmente (cerca de três anos) se encontra cedida para uma família recém chegada em Paraguaçu – muito embora os direitos de propriedade permaneçam pertencentes à Associação Nasser. Durante décadas esse casebre ficou vazio, inexistindo maiores informações sobre seus usos.

As diretorias – que passaram a ser eleitas bienalmente – se esforçaram significativamente para superar os contratempos administrativos, driblando a falta de recursos e o constante aumento do número de crianças. A Associação Gantus Nasser passou oferecer reforço escolar, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo dos educandos. Uma das principais dificuldades, contudo, para a conformação de um plano político-pedagógico mais eficaz a superação do viés assistencialista dessa fundação.

Historicamente o assistencialismo surgiu como iniciativas das classes ricas e médias em prover assistência para os grupos excluídos. As motivações para essas ações filantrópicas poderiam se basear em uma caridade cristã ou em estratégias para normalizar o comportamento dos mais pobres, considerados incapazes de agir de forme livre e consciente. Dessa forma, embora se almejasse o bem estar dos carentes, como contraparte, ocorria uma desvalorização do seu universo social e cultural. Muitas vezes o que ocorria era uma associação entre pobreza, incapacidade intelectual e criminalidade. O assistencialismo foi muito forte no século XIX, mas naquele período já era alvo de críticas; os socialistas, por exemplo, consideravam hipócrita a ação dos burgueses filantropos que, em última análise, eram os responsáveis pelas condições gerais de pobreza. No caso da Inglaterra, desde o século XVIII que tal discussão já se fazia presente, na sugestão das workhouses, espécie de internatos para as pessoas “incapazes” de conseguir trabalho. Um modelo que defendia o controle do Estado e dos capitalistas sobre a população, estivesse empregada ou não⁴². Constituiu-se uma tradição política que foi disseminada no Ocidente, encontrando um terreno fértil na América Latina, região na qual os índices de pobreza eram expressivos. No Brasil, políticos habilidosos acabaram por instrumentar essas posturas, angariando, simultaneamente, simpatias dos setores carentes e reacionários.

Na ata de 23 de janeiro de 1998 vemos o seguinte trecho:

“Inicialmente a diretora Silva Regina alegando que devido ao pequeno numero de funcionários e ao aumento de crianças que estão procurando a Fundação sugeriu que seja limitado o número de crianças assistidas e que o critério para esta limitação será baseado no comportamento de cada elemento e também o limite de idade.”⁴³

⁴² SINGER. “Cidadania para todos”, p. 194-195.

⁴³ Livro de Atas, Paraguaçu, 23/11/1998. (Grifo nosso)





O caráter normatizador da instituição se evidencia, por exemplo, na sugestão de utilizar o comportamento dos alunos como um critério para suas admissões na instituição. Uma proposta que estaria em desarmonia com as atuais concepções acerca da educação inclusiva tradicional, que consideram essenciais a presença das crianças ditas problemáticas no seio do ambiente educacional e escolar. Essa evidência documental converge com o ideário do assistencialismo, sempre disposto a emitir juízos morais sobre as camadas pobres.

É curioso pensarmos que os próprios funcionários da instituição detêm uma visão negativa da comunidade da qual seus alunos são oriundos. Entrevistados revelaram receio de visitar esses bairros; uma das educadoras inclusive revelou a preocupação em “salvar” a juventude, já que seus pais se encontrariam “perdidos”. Todo modo, o sincero esforço das mesas diretoras conseguiu se concretizar em uma instituição disposta a receber crianças advindas de famílias em dificuldades financeiras. Para a população em geral, o trabalho da Associação Nasser é apreciado, sobretudo pelo esmero em oferecer complementação escolar e alimentar.

Em meados da década de 1990, a mesa diretora decidiu substituir o nome Associação Daud Gantus Nasser por Lar Nossa Senhora da Aparecida. A alteração da titulação não foi oficial, mas necessária para continuar a receber verbas da prefeitura, pois devido a mudanças políticas, os antigos adversários de Gantus Nasser não se sentiam confortáveis em fornecer recursos financeiros para uma instituição com essa designação. Nessa mesma época, mais precisamente em 1996, Elzira Santos adquiriu uma imagem de Nossa Senhora (comprada em Aparecida do Norte) e a doou para essa casa beneficente. Tal bem foi assentado em um oratório e preso em uma das salas.

No que concerne ao imóvel ele sofreu outra reforma geral em 2006. No ano anterior a mesa diretora havia solicitado apoio técnico do Núcleo de Pedreiros para a execução da obra. Os recursos para pagamento de operários e aquisição de material foi doação de FURNAS. Houve ampliação da cozinha, englobada à antiga despensa. As paredes desse cômodo também sofreram intervenções, com modificação da abertura direcionada para sala de refeições e o fechamento de uma porta de acesso⁴⁴. A cozinha também recebeu forro de PVC, bem como uma mesa mármore, e nova pintura. As antigas janelas acabaram substituídas por esquadrias menores.

A atual mesa diretora (2007/2009) eleita em 2007 – composta por Maria Aparecida Dias Araújo (presidente); Aparecida Dirce Scaramell (vice-presidente); Renásia Souza Fernandes Jovino (1ª tesoureira); Waldilene de Souza Barbosa (2ª tesoureira); Arquel Reis Vinagre (1ª secretária); Flávia A. Souza (2ª secretária) – tem procurado a continuidade nos trabalhos sociais, acentuando a qualidade de ensino e o desenvolvimento de atividades para-didáticas.

Há 24 anos que o casarão abriga a Associação Daud Gantus Nasser, contribuindo com o desenvolvimento social do município, atuando como outra possível via de inclusão social, compensando limitações e restrições das agências municipais. É inconteste a centralidade dessa instituição na dinâmica social do município. A

⁴⁴ Há dois refeitórios na edificação, o menor localizado junto a cozinha, o outro encontra-se no pavimento inferior, utilizado pelas crianças mais velhas.





promulgação da Lei Federal N. 8.069/1990, que oficializou o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo ampla cobertura da mídia, valorizou o esforço dos voluntários e profissionais engajados nesse projeto filantrópico.

Contextualização do Bem Cultural

A Associação Nasser, também conhecida como Lar da Nossa Senhora da Aparecida, tem importância fundamental no cotidiano e na vida social de Paraguaçu. Tal casa abriga crianças com variada faixa etária, indo de 1 a 14 anos de idade. Esses assistidos pertencem às camadas economicamente menos favorecidas do município. É voz corrente que são crianças em situação de risco, tendo em vista o baixo nível educacional e financeiro dos pais e responsáveis, dificultando que estes forneçam o amparo e os subsídios satisfatórios.

A Associação possui vários profissionais, sendo que alguns são voluntários, o que salienta o caráter beneficente da instituição direcionado para o bem estar social. A própria mesa diretora não recebe vantagens pecuniárias desses encargos, sendo composta por pessoas comprometidas com a melhoria dos índices de desenvolvimento humano de Paraguaçu.

Todos os dias, dezenas de pais deixam seus filhos aos cuidados do Lar, resgatando-os ao término da tarde. Os profissionais e voluntários propiciam aos educandos atividades de recreação e aprendizagem, seguindo sugestões de pedagogos e psicólogos. Alguns assistidos são conduzidos diretamente das escolas para a Associação, por intermédio de veículos da prefeitura, que fazem o transporte.

Contudo, a manutenção da Associação é dificultosa, demandando a procura por estratégia que permitam a continuidade dessa obra. Desde o começo de suas atividades, em 1984, que são buscadas formas alternativas de arrecadamento de recursos, como realização de festas, leilões, rifas e doações de particulares. Também é pedida uma contribuição não obrigatória dos pais das crianças, através de um carnê de mensalidades. Os donativos ofertados por órgãos públicos e a comunidade paraguaçuenses são indispensáveis para o funcionamento da Associação. Em 1997, em um jornal local publicou-se seguinte notícia acerca do custeio do Lar Nossa Senhora da Aparecida:

"1) aluguel de salas ao Conselho Tutelar, no valor de R\$ 64,80.

2) na percentagem do dízimo paroquial que é aplicado na remuneração de quatro funcionários:

a) diretora: Sílvia Regina Dias Romão

b) auxiliar: Mércia Maria Araújo Tavares

c) cantineira: Maria do Rosário Roberto Silva





d) catequese/música: Vera Lúcia Rocha Silva (vale conferir o resultado desse trabalho, apreciando o coral infante juvenil na Missa das 8 horas aos domingos, na Matriz)

3) promoções de festas (como a de São Jorge, coordenado e pelo sr Alfredo Passos e Paulo Romão, (patrocinado pelo Grupo de Casais São Vicente, ARCEP, Lions Club, etc.)

4) colaboração espontânea da comunidade”⁴⁵

Independente das dificuldades e restrições orçamentárias, a Associação Nasser encontra-se firme em seu projeto de integrar as crianças e adolescentes à vida comunitária do município. Muito embora, por vezes ocorra uma desvalorização da origem social dos alunos, há que se reconhecer sua centralidade na dinâmica social local.

A estrutura arquitetônica (alvo de tombamento) é sede da Associação Daud Gantus Nasser, um espaço privilegiado para a inclusão social. Além de sua relevância como entidade filantrópica o imóvel faz parte da caracterização arquitetônica do entorno da Praça João Eustáquio, salientando a evolução urbanística do município com a diversificação dos modos de construção e habitação. O bem possui duas fases distintas, a primeira vai dos primeiros anos do século XX até começo da década de 1980 e a segunda que vai da inauguração da FASDAGAN (em novembro de 1983) até o presente. São duas configurações históricas distintas, o prédio era, a princípio, uma casa financeira, comprometida com interesses das oligarquias regionais, mas contemporaneamente se converteu em um espaço de convívio entre educadores e crianças, uma ambiência privilegiada para a fomentação da cidadania.

⁴⁵ Jornal *O Cidadão*. FASDAGAN. 05/07/1997. p. 9. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004. (Grifos nosso)





5. FONTES DE PESQUISA PARA ELABORAÇÃO DOS HISTÓRICOS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

- ACADEMIA PARAGUAÇUENSE DE LETRAS. 1911-2001: Paraguaçu, 90 anos. Paraguaçu/MG: 2001.
- _____. *A Educação em Paraguaçu*. Paraguaçu/MG: 2004.
- _____. *Logradouros Públicos de Paraguaçu*. Paraguaçu/MG: 2002.
- ADORNO, Teodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Itamar Rodrigues. *Breve Histórico do Município de Paraguaçu – MG*, 2002.
- _____. Museu Municipal Alferes Belisário. Paraguaçu – Minas Gerais. Paraguaçu, 2005. (mimeografado)
- BASTOS, Cláudio. Instituições Financeiras de Minas (1819-1995). Belo Horizonte: Ilder AD Siqueira, 1997.
- Boletim de Informações Cadastrais da Prefeitura Municipal de Paraguaçu (18/09/2001).
- CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 319p.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 8ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- CURY, Isabelle; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.
- CZAJKOWSKI, Jorge; RIO DE JANEIRO (RJ). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. 216p.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Comp. das Letras, 1990.
- FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Liv. Nobel: Ed. da USP, 1987. 296p.
- FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI*. Lexikon Informática Ltda, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé*. Paris: EHESS, 1990.





LEMOS, Carlos. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

MARINS, Paulo Cezar Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PRADO, Oscar Ferreira. *O sertão dos Mandibóias*. Paraguaçu: Oscar F. Prado, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU. *Plano Diretor do Município de Paraguaçu*. Lei Complementar nº 14, de 24 de dezembro de 2005.

SINGER, Paulo. *Cidadania para todos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla; Bassanezi. (org). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto: 2003. p. 191-263.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

FONTES DOCUMENTAIS:

Autor desconhecido. *Calçamento iniciado*. “O Paraguassú”. 13/08/1944. P 1.

Autor desconhecido. *Desastre lamentável – Morre Maurílio Campos*. “A Voz”. 30/08/1970. P 2.

Autor desconhecido. *Notícia de falecimento*. “Paraguassu”. 30/06/1946. P 4.

BUENO, Júlio. *A próspera villa paraguassu*. “Paraguassu”. 13/02/1916.

DECRETO Municipal n.º 114 de 17/dezembro/ 2004.

Estatuto da Associação de Assistência Social Daud Gantus Nasser. Paraguaçu. Cartório do 2º Ofício de Notas e Registro de Títulos e Documentos de Paraguaçu no Livro 1º 1-A, fls. 12, n. 86, 1998.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Paraguaçu. Prefeitura Municipal de Paraguaçu (Minas Gerais). Departamento de Cultural e Educação. Abril de 2006 – Exercício de 2007.

Livro de Atas da Fundação de Assistência Social Daud Gantus Nasser. Paraguaçu, 1983-2007.

JORNAL:

A Voz (1975, 1980, 1987)

Informativo Acadêmico (n.º 1, nov/2001)





O Paraguassu (1943, 1946, 1947, 1948)

Paraguaçu Notícias (1986, 1988)

LEI Municipal n.º 1.017, de 02/agosto/1989.

MUSEU ALFERES BELIZÁRIO: Acervo particular.

PRADO, Esdras Olyntho. *História da saúde em Paraguaçu*. "A Voz". 30/08/1969. P 2.

PRADO, Mônica F. Monteiro. *João Evangelista Campos (Furriel)*. "A Voz". 12/03/1988. P 3.

PRADO, Oscar Ferreira. *Renovação*. "A Voz". 16/07/1972. P 1.

_____. *Rua Ferreira Prado*. "A Voz". 21/11/1981. P 2.

_____. *Sinais dos tempos*. "A Voz". 07/07/1979. P 3.

RODRIGUES, Sílvia R. Buttros. *Família Campos*. "Cidadão". 10/11/2000. P 2.

FONTES ELETRÔNICAS:

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/hist_casaraio_3.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2005.

Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

PRADO, Guilherme. *Paraguaçu - Sua história, sua gente*. Cd-rom. Desenvolvido em Microsoft Visual FoxPro 8. Paraguaçu. 2004.

FONTES ORAIS:

ARAÚJO, Maria Aparecida Dias. Paraguaçu (MG), dezembro de 2007. Entrevista concedida a Davidson de Oliveira Rodrigues.

CAMPOS, Múcio Prado. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, José Antônio. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, Miriam de Andrade Dias. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

ROCHA, Janete de Souza. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Encontro com funcionárias da Fundação Nasser. Paraguaçu (MG), dez 2007. Entrevista.





6. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO BEM CULTURAL

Entorno e Situação

A Praça João Eustáquio da Costa

O imóvel, implantado na esquina da Praça João Eustáquio da Costa com a Rua da Máquina, teve sua construção iniciada nos primeiros anos do século XX, sendo concluída em 1920. Inicialmente pensado como uma moradia acabou tendo diversos usos ao longo dos seus oitenta e sete anos.

A Praça João Eustáquio, foco inicial de formação e desenvolvimento urbano do município, foi o local da construção da primeira capela da cidade em 1910, sendo considerada o marco inicial de Paraguaçu. Era ali, no antigo Largo da Matriz, que se concentraram as primeiras residências e o pequeno comércio local.

A capela demolida em 1840, deu lugar à edificação da igreja matriz (antiga). Durante muitos anos, esse foi um espaço privilegiado, no qual a população se reunia para momentos religiosos, festivos e até de manifestação política. Com a inauguração da nova matriz na Praça Oswaldo Costa, em 1918, a antiga matriz acabou sendo demolida em 1923. Em seu lugar foi erigida a Igreja Nossa Senhora da Aparecida. Ainda na década de 1920, o largo da igreja passou por uma intervenção, acompanhando um processo mais amplo de transformação urbana.



Foto aérea com destaque para a área analisada.
FONTE: Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 2003.



Associação Nasser

Museu Alferes
Belisário

Igreja Nossa Senhora
da Aparecida





Foto do entorno. Em destaque a edificação em análise e a Igreja N. S. da Aparecida.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Igreja Nossa Senhora da Aparecida.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Praça João Eustáquio.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe canteiros Praça João Eustáquio.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

Apresenta-se como espaço de contemplação e descanso, tendo sido organizada em patamares, com arborização vasta e assentos. No adro, há um amplo espaço livre, sem arborização e pavimentado por pedra São Tomé, configura um eixo visual até a Rua Ferreira Prado. No lado direito da Igreja, os patamares são suspensos e em vários níveis, interligados por degraus. Grama batatais em talude e postes de iluminação a limitam. Há maciços de hortênsias e demarcações da entrada lateral com arbustos conhecidos como buquê de noiva. Ao fundo, cerca viva de hibiscos vermelhos, além de um cordão de alamandas amarelas. Assentos de cimento sem encosto existem nos patamares e nas laterais do adro.

O lado esquerdo da praça é finalizado por grama batatais em aclave até a rua, com árvores e seccionado em alguns pontos por degraus de acesso. Em canteiros elevados de forma quadrada, encontram-se plantadas pingo de ouro e sálvia vermelha. As árvores de grande porte, ingazeiros, estão na praça há anos.





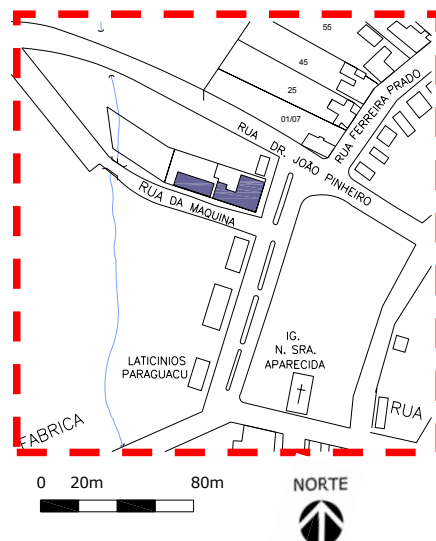
No seu entorno se concentram expressivos exemplares do patrimônio cultural do município, a exemplo do atual Museu Alferes Belisário, casarão erguido em 1902, originalmente propriedade de Coronel Marcos de Souza.

Museu Alferes Belisário.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Duas das principais vias da cidade passam pela praça, a Rua Doutor João Pinheiro e a Avenida Pereira Silva. A primeira interliga a praça até o terminal rodoviário, além de se constituir como um dos principais eixos de entrada e saída de Paraguaçu; a segunda faz a ligação com os bairros periféricos e com a fábrica têxtil; nessa avenida está o ponto principal de espera de transporte público. O uso residencial é predominante; o uso comercial e de serviços concentra-se junto ao início da Rua Ferreira Prado. As vias de circulação são largas, pavimentadas por paralelepípedo e têm mão única. A rua de cota mais baixa da praça - onde estão localizados os imóveis mais antigos e preservados - é larga, inclusive com canteiro central arborizado. Todas as vias permitem estacionamento paralelo nos dois lados dos passeios.

Predominam no entorno construções horizontais sem afastamentos laterais, alinhadas à rua e com acessos frontais; outras poucas têm até dois pavimentos com afastamentos e acessos laterais. As edificações, de um modo geral estão preservadas e em razoável estado de conservação. Os lotes são em aclave do lado direito da Igreja e em declive do lado esquerdo. A região é provida de infra-estrutura urbana básica; iluminação pública com os postes localizados nas calçadas e na própria praça.



Localização da edificação à Avenida Dom Bosco
Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 2005.
Adaptação: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





Rua Doutor João Pinheiro. Detalhe para a fábrica da esquina
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Praça João Eustáquio.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Rua da Associação Nasser vista a direita do imóvel.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Rua da Associação Nasser vista a esquerda do imóvel.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Rua Rua da Máquina.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.

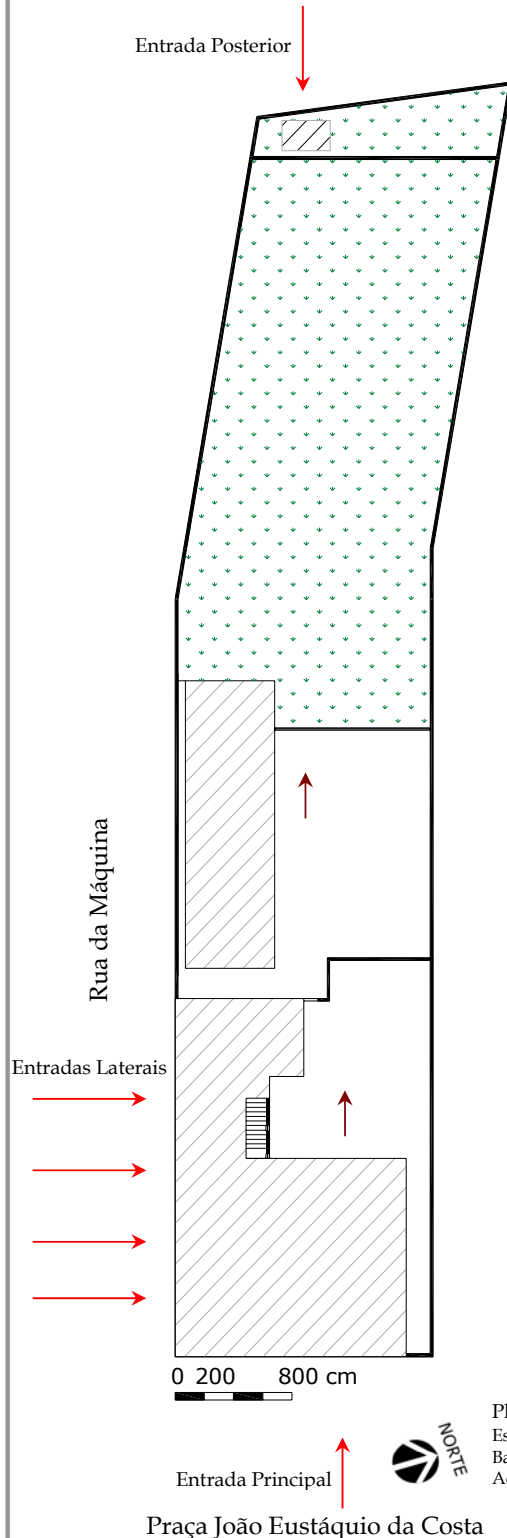


Rua Doutor João Pinheiro.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.





A Associação: implantação



A edificação encontra-se implantada em lote de esquina, com a fachada principal voltada para a Praça João Eustáquio e a lateral direita para a Rua da Máquina. Ligeiramente em declive no sentido dos fundos do lote, possui uma área total correspondente a aproximadamente 1418,63m e projeção total da área construída de 458,89m. O prédio com partido em “L”, só possui afastamento em relação à divisa posterior, parcialmente ocupado por um pátio descoberto utilizado para as crianças brincarem, um espaço coberto para festas, uma horta e um barracão. O espaço para festas ainda abriga dois banheiros e uma cozinha que não são usados no dia-a-dia da Associação.

O fechamento do lote é feito parte pela própria edificação, e parte por um muro. A entrada principal está voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, localizada na face frontal do imóvel. Há outras três entradas que levam ao seu interior, localizadas na fachada lateral direita, voltada para a Rua da Máquina. Apesar de fazerem parte da edificação, atualmente dois destes cômodos ligados à rua, não possuem nenhum tipo



Implantação.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

Planta de Situação
Escala gráfica
Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 2005.
Adaptação: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





de ligação com o restante do imóvel, sendo utilizados como depósito pela Associação. A única entrada que têm ligação com o restante do bem leva ao porão, que atualmente é utilizado como área de refeitório e lazer das crianças. As outras duas entradas existentes estão locadas no muro de fechamento, uma voltada para a Rua da Máquina, e outra que permite a entrada na área onde está localizada a construção, ao fundo do lote, que serve como residência a famílias necessitadas, por meio de uma pequena ruela. Não há ligação entre esta e o restante do imóvel.

Dentro do fechamento externo, há mais três muros. O primeiro divide a área antiga, provavelmente a área original do terreno, do espaço erguido recentemente. Um portão metálico permite a passagem de pessoas. O segundo é mais baixo, parte alvenaria, parte tela de galinheiro. Divide a área permeável, que teria um propósito de horta, da impermeável. O portão também metálico é mais baixo que o muro e após ele há três degraus devido ao pequeno desnível existente. Este está protegido pela cumeeira do telhado colonial. O terceiro é praticamente o muro externo, por não possuir nenhuma abertura que conecte com o restante do terreno. Após este está a residência que é emprestada para famílias carentes. O vizinho, ao lado esquerdo do imóvel, é um terreno onde se produz e armazena materiais de construção, sendo muito prejudicial à Associação devido ao barulho que é produzido.



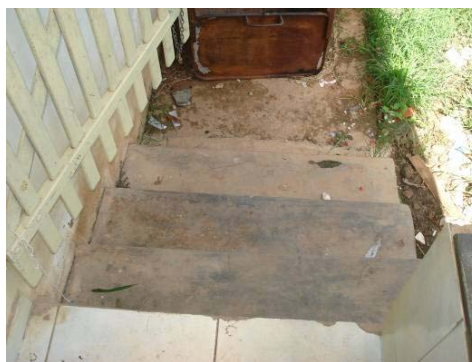
Residência provisória destinada às famílias necessitadas.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Vizinho do lado esquerdo do imóvel em análise.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Muro que separa o pátio da área permeável e o muro, no fundo, que separa a residência da Associação.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Desnível existente do pátio para a área permeável.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Portão que separa a edificação antiga da área erguida mais recentemente.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Portão no muro voltado para a Rua da Máquina que leva ao interior do lote.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Afastamento lateral esquerdo.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Fachada lateral direita, com as três entradas voltadas para a Rua da Máquina.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.



Entrada principal.
FOTO: Natália B.Campos, dez .2007.

Legislação Urbana – Plano Diretor

De acordo com o Plano Diretor de 2005 do município de Paraguaçu, o imóvel da Associação Daud Gantus Nasser está inserido no zoneamento denominado **Zona Central (ZCE)**. Esta zona corresponde às áreas do centro tradicional da cidade “(...) com ocupação caracterizada por usos múltiplos como residências, comércio, serviços e uso institucional, em que a concentração de usos comerciais e de prestação de serviços se acha consolidada, sendo possível a instalação de usos comerciais e de serviços de atendimento local e geral, desde que sejam internalizados aos próprios terrenos os efeitos causados ao funcionamento do sistema viário, pela atratividade de pessoas ou demanda de área de estacionamento e pela necessidade de movimentos de veículos para carga e descarga.”⁴⁶

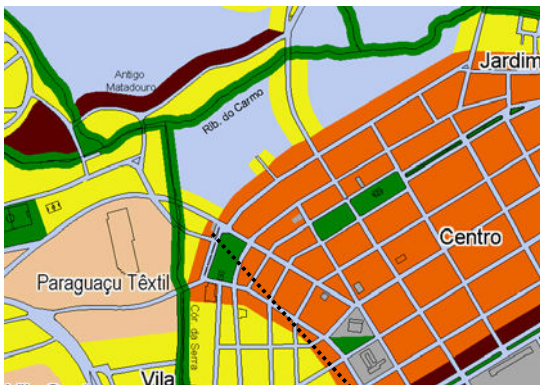
⁴⁶ Plano Diretor do Município de Paraguaçu, 2005. Lei Complementar nº 14 de 24 de dezembro de 2005.





Além disso, essa região corresponde a **Área de Interesse Cultural I (AIC I)**, que merece especial atenção devido à importância histórica e cultural revelada pelos edifícios existentes. “(...) deverão ser objeto de preservação e proteção, onde quaisquer intervenções são passíveis de criteriosa avaliação pelo município (...)”⁴⁷

A Praça João Eustáquio da Costa, é classificada como **Área de Interesse Ambiental (AIA)**, que “... possibilita uma revitalização da área urbana da sede municipal.”⁴⁸ Outros tipos de zoneamento são encontrados no entorno próximo ao imóvel da Associação, como parte da Rua Doutor João Pinheiro, que está inserida na **Zona Mista (ZMI)** - “áreas urbanas onde predomina a ocupação residencial, sendo possível a instalação de usos comerciais e de serviços de atendimento local, compatíveis com o uso residencial.”⁴⁹ - enquanto que terrenos não ocupados próximos ao Ribeirão do Carmo são classificados como **Zona de Expansão Urbana (ZEU)** - “que corresponde às áreas ainda vazias dentro do perímetro urbano e propícias à ocupação, pelas condições do sítio natural e possibilidade de instalação de infra-estrutura, excluídas as Áreas de Interesse Ambiental, as Áreas de Preservação Permanente previstas na legislação ambiental e aquelas com declividade acima de 30%”.



Zoneamento da Praça João Eustáquio da Costa.
Fonte: Plano Diretor de Paraguaçu, 2005.

- ZONA MISTA - ZMI
- ZONA CENTRAL - ZCE
- ZONA COMERCIAL PRINCIPAL - ZCP
- ZONA INDUSTRIAL - ZIN
- ZONA DE EMPREENDIMENTOS DE PORTE - ZEP
- ZONA DE EXPANSÃO URBANA - ZEU
- EQUIPAMENTOS DE REFERÊNCIA - ER
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL - AIA
- ÁREA INDICADA À CRIAÇÃO DA APA TAQUARI
- PERÍMETRO URBANO

Bem
Tombado



Áreas de Interesse Especial da Praça João Eustáquio da Costa.
Fonte: Plano Diretor de Paraguaçu, 2005.

- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL I - AIA I
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL II - AIA II
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL III - AIA III
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL IV - AIA IV
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL V - AIA V
- ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL VI - AIA VI
- ÁREA DE INTERESSE CULTURAL - AIC I, II
- ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO - AIU I, II, III, IV, V
- ÁREA DE INTERESSE URBANÍSTICO VI - AIU VI
- ÁREA DE INTERESSE SOCIAL II - AIS II
- ÁREA INDICADA À CRIAÇÃO DA APA TAQUARI
- PERÍMETRO URBANO

Bem
Tombado

⁴⁷ Loc cit.

⁴⁸ Loc cit.

⁴⁹ Loc cit.





A seguir, os parâmetros urbanísticos definidos para cada zoneamento:

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO NA ZONA URBANA⁵⁰

ZONAS	USOS							
	RESIDENCIAL		ECONÔMICO		MISTO	INSTITUCIONAL	INDUSTRIAL	
	Uni	Multi	Local	Geral			Não impactante	Impactante
ZMI	A	A	A	NA	A	A	NA	NA
ZCE	A	A	A	A	A	A	NA	NA

A – Admitido AC – Admitido sob condições NA – Não admitido

PARÂMETROS URBANÍSTICOS PARA A OCUPAÇÃO DO SOLO NA ZONA URBANA⁵¹

ZONAS	PARÂMETROS		
	NÚMERO MÁXIMO DE PAVIMENTOS		TP MÍNIMA (%)
	TO MÁXIMA (%)	(exclusive pilotis e subsolo)	
ZMI	50	3*	10
ZCE	50	3*	10

(*) Somente serão permitidos 3 (três) pavimentos para lotes iguais ou maiores que 360m²

TO – Taxa de Ocupação TP – Taxa de Permeabilidade

⁵⁰ Ibidem. Anexo IX.

⁵¹ Ibidem. Anexo X.





Descrição e análise detalhada

O imóvel situado à Praça João Eustáquio da Costa, foi erguido no início do século XX, como casa de morada para José Camilo da Costa, importante comerciante e banqueiro da região. Apesar de ter sido projetado para o uso residencial, antes de ser ocupada, Camilo da Costa optou por usar o casarão como empreendimento comercial. Na década de 1920 a construção abrigou a Casa Bancária, que tinha convênios com importantes instituições financeiras. Com o fechamento desta, pela criação do banco Paraguaçu, onde Camilo da Costa era um dos principais acionistas, o bem passou a abrigar a Companhia Mercantil e Indústria Vivaldi, responsável pela eletrificação substancial da cidade.

Nos anos 30, a edificação sediou outros empreendimentos, como uma loja funerária e os correios. Já na década de 40, com o falecimento de José Camilo da Costa, o prédio foi transferido para seu filho, Oswaldo Costa, que deu continuidade ao uso comercial, embora, durante alguns anos (1924-1949) o tenha cedido para o funcionamento da instituição hospitalar Hilda Costa.

Em 1980, com o crescimento da população, grupos de famílias economicamente menos favorecidas passaram a se concentrar em bairros periféricos, alterando o panorama social no município. Discutiam-se nos grupos hegemônicos, os caminhos que as crianças dessas famílias poderiam trilhar já que os familiares trabalhavam durante o dia todo, não tendo tempo para cuidar de seus filhos.

Dentro deste contexto, em 25 de novembro de 1983, durante a gestão do prefeito Gantus Nasser, foi criada a Fundação de Assistência Daud Gantus Nasser (FASDAGAN). Tratava-se de uma sociedade civil, privativa e sem fins lucrativos, de características filantrópicas.

A princípio, a Associação funcionava no Horto Florestal Coronel Olyntho de Oliveira Leite. Em 1984 ela foi relocada, em caráter temporário, para o casarão de Oswaldo Costa. Elvio Nasser e Gantus Nasser intermediaram junto ao proprietário para que o bem fosse vendido para a prefeitura, de modo que este pudesse doá-lo para a Associação. Tal transição se concluiu em meados da década de 1980. Uma vez de posse da sede própria, a instituição pode ampliar a admissão de alunos e a intensificação das atividades.

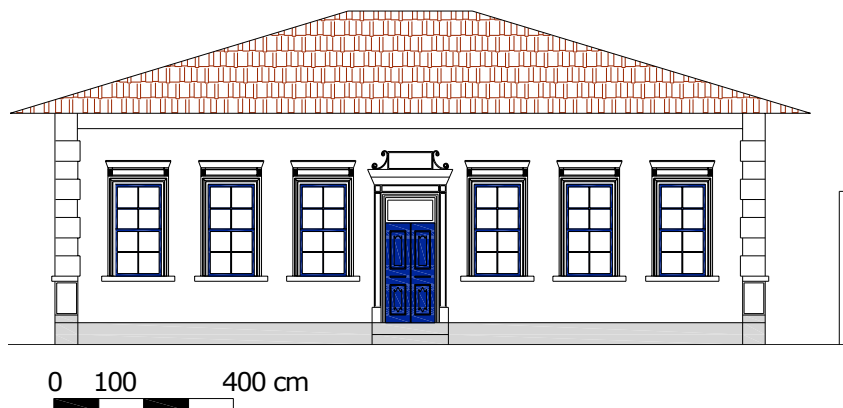
A edificação, de partido em “L”, possui características estilísticas e construtivas que se remetem às antigas construções de Paraguaçu ainda preservadas: a composição de suas fachadas segue tendências arquitetônicas do ecletismo e características do neocolonial. Vide a ornamentação das sobrevergas, cimbalhas e os falsos cunhais. Sua alvenaria é em tijolos cozidos, sendo que em algumas divisórias a dimensão do bloco é o dobro das demais, constituindo paredes com ampla espessura.

A fachada frontal é simétrica, tendo como o eixo de simetria a porta de entrada. São três vãos de janela para cada lado, equidistantes entre si. Os vãos são retos, com sobrevergas feitas em argamassa, ornamentando o frontispício. As janelas têm duas folhas de abrir em madeira almofadada e guilhotina vedada por vidro, com esquadrias





também em madeira. A única porta presente na fachada voltada para a praça é composta por duas folhas em madeira almofadada e bandeira fixa em ferro trabalhado, na qual está instalada uma placa de ferro com os dizeres “JCC”, referente ao antigo proprietário, José Camilo da Costa. Frisos “ondulados” em alto relevo, abaixo do guarda-pó, fazem o coroamento de toda a edificação. Há um pequeno embasamento em concreto chapiscado, até a altura da soleira da porta central, já que esta está um pouco acima do nível da rua, sendo necessário um degrau para alcançá-lo. Quatro tubos verticais fazem o escoamento das águas pluviais, interligando a calha aos passeios. Por fim, como elemento decorativo, além dos falsos cunhais em alto relevo marcados nas laterais, destaque para um desenho com motivo fitomorfo em auto-relevo acima da sobreverga da porta central. Quanto à camada pictórica, que aliás, apresenta-se falha, tem-se a tonalidade azul clara nas paredes, branco nos ornamentos e azul escuro nas esquadrias e madeiras.



Fachada Principal.
Escala gráfica

Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.



Detalhe da bandeira fixa em ferro trabalhado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porta de entrada principal.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe para o desenho em alto relevo acima da porta principal
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Fachada Principal - Detalhe da sobreverga das janelas.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





A fachada lateral direita é alinhada com a Rua da Máquina, conformando o fechamento de parte do lote. Por ela podemos perceber o desnível do terreno e a configuração do porão. Na lateral direita temos seis vãos de janelas no pavimento térreo: cinco com a mesma configuração das janelas da fachada frontal e um com apenas uma folha de abrir em madeira, e sem nenhum tipo de ornamentação, o que indica, nesse sentido, um possível acréscimo⁵². Já no nível do porão há apenas dois vãos de janelas, também com apenas uma folha de abrir em madeira e grades.



Fachada lateral direita - voltada para a Rua da Máquina.
FOTO: Natália B. Campos, dez. 2007.

São três vãos de portas, todas sem nenhum tipo de ornamentação com apenas uma folha de abrir em madeira. Duas delas levam a dois cômodos separados entre si, e que atualmente não possuem nenhum tipo de ligação com o restante do imóvel. Um deles é iluminado por uma abertura que dá para o pátio central, especificamente para a escada, localizada ao lado de fora da edificação, e que é a única ligação entre o térreo e o porão. Os dois servem como depósito para a Associação. A outra porta liga a Rua da Máquina ao porão. A pintura das paredes, esquadrias, madeiramento e ornamento segue a tonalidade da fachada principal.

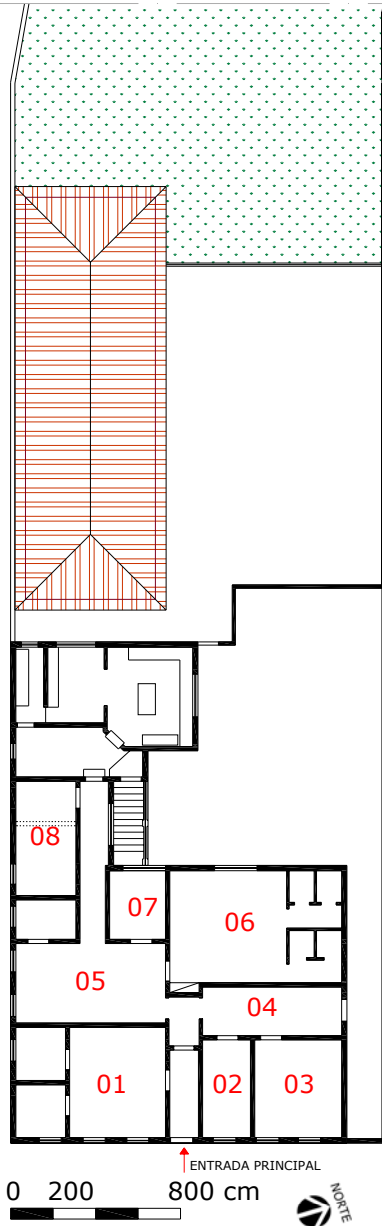
No pavimento térreo há, logo na entrada, um corredor, com duas portas. Uma leva a sala de diretoria, com dois cômodos menores dentro, que servem como depósito. A outra permite a entrada no restante da edificação. Ao lado esquerdo temos uma área de brinquedos e duas salas pequenas de aula e estudos. Ao lado direito entramos para o restante do casarão, passando por uma sala de brincadeira, e quatro quartos, de tamanhos diferentes; três deles utilizados como quarto de dormir das crianças e o outro com área para as funcionárias. Apenas um desses quartos possui banheiros; de um lado há dois boxes com vaso sanitário, e do outro dois com chuveiro.

Pelo corredor central chegamos a copa, com piso em ladrilho hidráulico, parte da parede revestida em azulejos brancos e forro em telha vã, e a cozinha. Toda a parte social do imóvel é em piso cerâmico e forro tabuado, por exceção a um dos quartos que têm como revestimento do piso cimento queimado. A escada que leva ao porão e ao pátio está ligada à copa. Toda em cimento pintado, com um guarda-corpo parte cimentado, parte em gradil metálico.

Ainda há um quarto para depósitos para material de festa, localizado abaixo da cozinha e com sua entrada voltada para os fundos do lote, para o pátio coberto. Os dois vãos existentes, uma porta e uma janela, foram trocados por esquadrias metálicas. A cobertura do prédio é em telhas francesas de seis águas, com cumeeira paralela à rua principal e beiral com guarda-pó em alvenaria.

⁵² Segundo fontes orais, possivelmente esse acréscimo (refeitório, cozinha e despensa) se deu quando da aquisição de Oswaldo Costa nos anos 40, após falecimento de seu pai, José Camilo da Costa.





Planta baixa - pavimento térreo
Escala gráfica
Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.



Pavimento térreo - corredor central voltado para a copa.
FOTO: Natália B.Campos, dez.



Corredor de entrada.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pavimento térreo - quarto 06, banheiros.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pavimento térreo - quarto 08.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Cômodo 04.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Pavimento térreo - cômodo 05
utilizado como área de brincar.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pavimento térreo - copa.



Pavimento térreo - desnível
existente entre o corredor e a
copa.



Pavimento térreo - forro da copa em telha vã.
FOTOS: Natália B.Campos, dez. 2007.



Fachada lateral esquerda.



Nichos existentes embaixo da
escada.

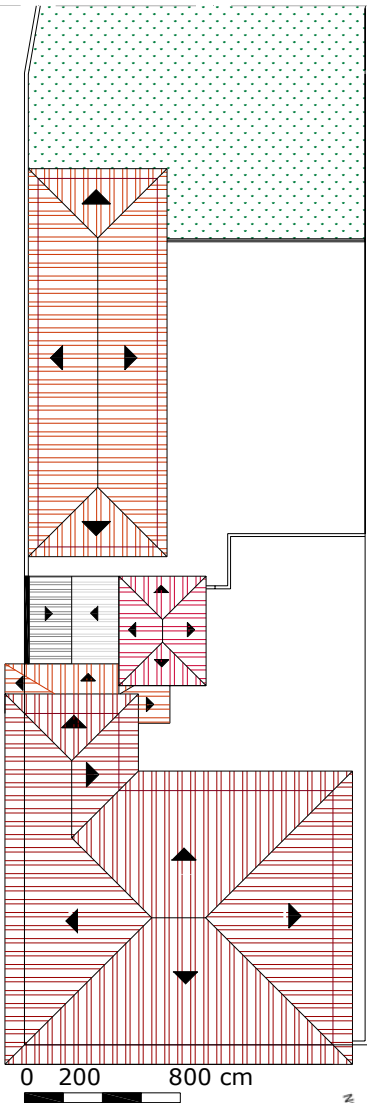


Fachada voltada para o pátio interno. Detalhe para os
brinquedos.
FOTOS: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pavimento térreo - quarto 06.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Planta de cobertura.

Escala gráfica

Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.



Desníveis no telhado colonial.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Telhado em quatro águas da
área para festas.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe escada externa com telhado em telha
metálica.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe telhado em telha
metálica.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

Devido aos diversos usos, o imóvel teve que passar por uma série de intervenções desde sua construção. Apesar da inexistência de documentos escritos, nota-se, conforme fotografia da época, que houve alteração da fachada principal, voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, com a transformação de três antigas portas em janelas, além da retirada da platibanda, como já abordado no capítulo histórico. Ainda nas décadas de 1960 e 1970, um dos banheiros passou a ser utilizado como despensa da cozinha.

No entanto, as maiores intervenções se referem, principalmente, às adaptações para as necessidades da Associação, entre 1984 e 1985, visando adaptar a construção à sua finalidade de abrigo para crianças. Dessas modificações destacam-se a retirada do assoalho e a aplicação de cerâmica na maioria dos cômodos, assentamen-





Cômodo 01, hoje utilizado como sala da diretoria.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Quarto 03, transformado em sala de aula.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

to de grades nas janelas e reparo nas esquadrias, com substituição de cinco por esquadria metálica, duas na área da cozinha e três na fachada esquerda da edificação, e outras três por basculantes, na área dos banheiros e uma na área da cozinha. Transformaram alguns quartos em salas de aula, fixando quadros-negro nas paredes.

A volumetria da edificação, analisada pela praça, é de apenas um pavimento, porém, a declividade do terreno no sentido da Rua da Máquina permitiu a construção de um porão alto. Este que tinha piso em terra batida, recebeu revestimento de cerâmica na cor salmão clara e acréscimo de banheiros internos, com acomodação de sanitários e chuveiros. O refeitório também foi instalado neste cômodo, que recebeu subdivisões (de madeira) para comportar outros usos, como um quarto de despensas, que é utilizado pelas meninas da Associação com quarto de brincadeiras. Foi criada uma pequena lavanderia logo na entrada, que é separada do refeitório pelo desnível existente, de apenas dois degraus. Dois grandes vãos ligam o porão com o pátio interno, e que são vedados apenas por um gradil metálico. Há uma entrada separada, que liga o porão à Rua da Máquina. Fizeram-se necessários a revisão da rede elétrica e hidráulica e o reparo na cobertura com trocas de telhas. Retirou-se o fogão de lenha da antiga cozinha e, no terreno foi instalado um playground para recreação das crianças, que atualmente se encontra em situação precária.



Quarto 03, transformado em sala de aula.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Quarto 02, hoje utilizado como sala de estudos.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Revestimento do piso em cerâmica avermelhada.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Porão - entrada principal.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão - revestimento do piso em cerâmica.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão - chuveiros.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão - teto.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



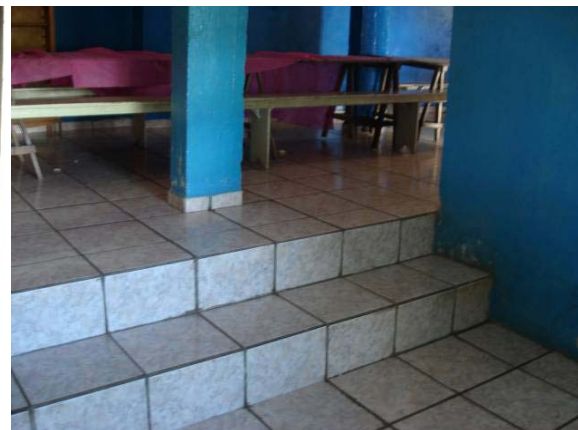
Porão - mesa do refeitório.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão - porta de ligação com a Rua da Máquina.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão - divisória de madeira.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

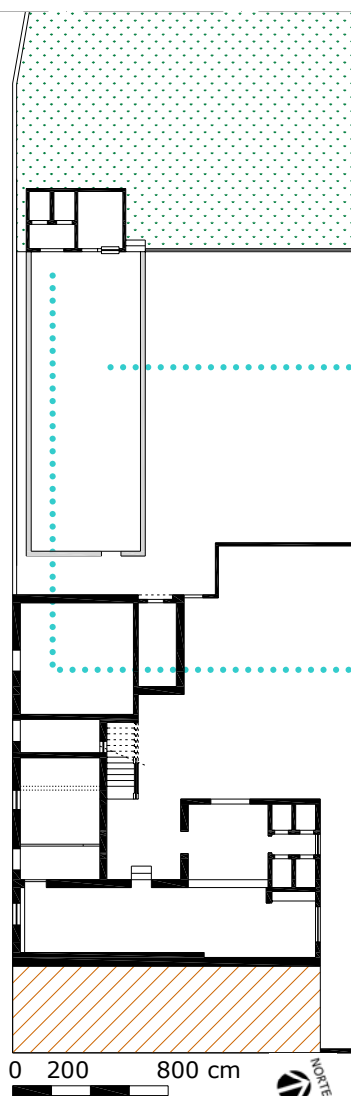


Porão - detalhe do desnível existente.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Na parte posterior do lote, separado por um muro, se deu à construção de uma área, de aproximadamente 115m², com piso em cerâmica branca, com cobertura de telhado colonial de quatro águas e cômodos para cozinha e banheiros. Além de ser utilizada para festas da própria Associação, passou a ser alugada a terceiros, para a verba ajudar no dia-a-dia das crianças. Para separar essa área coberta da descoberta foi feito um guarda-corpo de 70 cm, que também pode servir como assento. Pelo local ser também alugado, foi criada uma entrada separada do restante da edificação, que dá para a Rua da Máquina. Durante o dia esse espaço é utilizado pelas crianças pra jogar futebol e os banheiros e a cozinha não ficam abertos. Ao lado desta área há um portão baixo, que dá acesso a uma área permeável, com um pequeno desnível, que já foi utilizada como uma horta. Atualmente está sem uso.



Planta baixa - porão
Escala gráfica
Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.



Área coberta para festas.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Área coberta para festas - entrada da cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Área coberta para festas - banheiros.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





No ano de 2006, a Associação passou por outra reforma geral. Houve ampliação da cozinha, englobada a antiga despensa. As paredes desse cômodo também sofreram intervenções, com modificação da abertura direcionada para a pequena sala de refeições no mesmo nível e o fechamento de uma porta de acesso. Esta abertura é utilizada para a passagem de alimentos e utensílios. Foi todo revestido de azulejo branco e mantiveram o piso de cerâmica avermelhada. Há dois vãos que foram reduzidos e tiveram suas esquadrias trocadas por metálicas. Para ter acesso a cozinha deve-se passar por uma pequena despensa, onde há apenas uma pequena janela basculante. Esta é separada do restante da cozinha por uma porta sanfonada de pvc. A cozinha também recebeu forro novo de pvc. Toda edificação recebeu forro tabuado em madeira clara.

Apesar das diversas intervenções ocorridas, o bem ainda se encontra em regular estado de conservação, necessitando medidas corretivas e de manutenção. São verificadas algumas telhas quebradas e desalinhadas no manto de cobertura; manchas de umidade na laje em beiral; fissuras, trincas e desprendimento de tinta e do reboco; cerâmicas deslocadas na copa; desgaste no madeiramento das esquadrias da porta e vidros quebrados das bandeiras e de algumas janelas; desnivelamento e fissuras no piso em cerâmica de alguns cômodos; o cimentado externo apresenta trincas, rachaduras, manchas superficiais e crescimento de vegetação nas fissuras; improvisação em determinadas instalações elétricas e hidráulicas, além da área permeável do terreno estar abandonada, sendo utilizada como depósito de entulhos.



Abertura na parede da cozinha voltada para a copa.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Despensa que antecede a entrada na cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Forro existente na maior parte do pavimento térreo.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





7. DELIMITAÇÃO, DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

Delimitação

O perímetro de tombamento abrange a área compreendida pela poligonal fechada **P01P07**, de arestas 2590 cm (**P01P02**), 690 cm (**P02P03**), 268 cm (**P03P04**), 1058 cm (**P04P05**), 2357 cm (**P05P06**), 1768 cm (**P6P07**), conforme esquema na página seguinte.

Descrição

P01=P07 indica o vértice formado pela interseção da extremidade esquerda da face frontal da edificação, voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, com a face lateral esquerda do terreno, coincidente com o muro de divisa lateral, perpendiculares entre si. Este ponto dista 2590 cm do ponto seguinte, **P02**, localizado a noroeste do ponto descrito.

P02 indica o vértice correspondente à interseção da face lateral esquerda do fechamento do lote com o muro de divisa interno - que separa o pátio do espaço para eventos -, em ângulo de 90°. O ponto seguinte, **P03**, localiza-se a sudoeste de **P02**, a uma distância de 690 cm.

P03 indica o vértice correspondente à interseção dos muros de divisa interna, que separam o pátio do espaço para eventos, perpendiculares entre si. De **P03** segue-se para o ponto **P04**, distante 268 cm do ponto descrito e localizado a sudeste do mesmo.

P04 indica o vértice correspondente à interseção, em ângulo de 90°, dos muros de divisa interna - que separam o pátio do espaço para festas -, sendo que uma de suas faces está alinhada à fachada posterior do imóvel, além de conter a abertura de ligação dos dois espaços supracitados. Este ponto dista 1068 cm do ponto seguinte, **P05**, localizado a sudoeste do ponto descrito.

P05 indica o vértice correspondente à interseção da fachada posterior da edificação com a face lateral direita, voltada para a Rua da Máquina, em ângulo de 90°. Este ponto dista 2357 cm do ponto seguinte, **P06**, localizado a sudeste do ponto descrito.

P06 indica o vértice correspondente à interseção da fachada lateral direita da edificação, voltada para a Rua da Máquina, com a extremidade direita da face frontal, em ângulo de 90°. O ponto seguinte, **P07**, localiza-se ao nordeste de **P06**, a uma distância de 1768 cm.

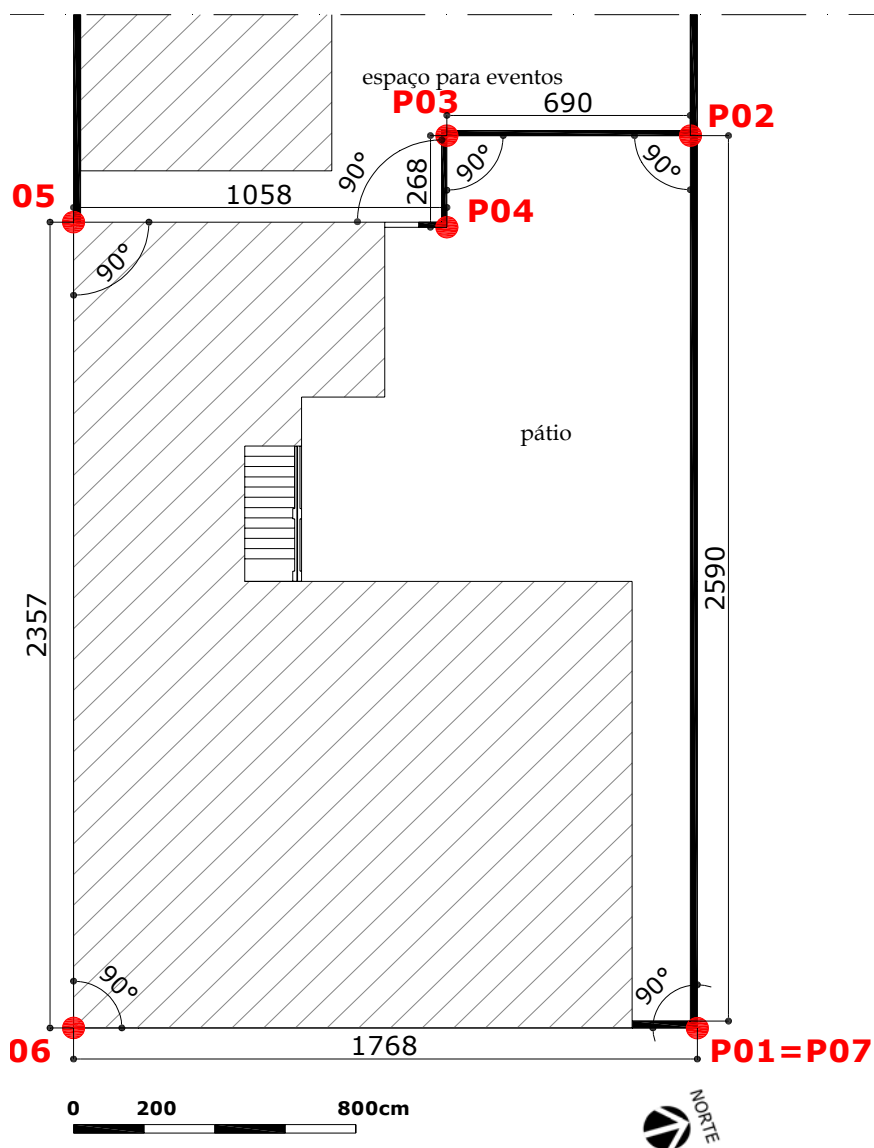
P07= P01





Justificativa

A definição do perímetro de tombamento se justifica por compreender a área da edificação principal incluindo seu pátio interno. Algumas áreas do terreno foram excluídas pelo perímetro de tombamento por estarem ocupadas por edificações construídas posteriormente ao prédio principal e que não apresentam características estilísticas e históricas relevantes para o processo de tombamento. Assim, intervenções feitas nesta porção do terreno, de acordo com as diretrizes dispostas no capítulo 13 deste trabalho, não irão interferir na salvaguarda do prédio principal.



Associação Nasser.
Perímetro de tombamento
Escala gráfica.
Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





8. DELIMITAÇÃO, DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PERÍMETRO DE ENTORNO DO TOMBAMENTO

Delimitação

O perímetro de entorno do tombamento do imóvel da Praça João Eustáquio da Costa 201, Associação Daud Gantus Nasser, corresponde à área compreendida pela poligonal fechada **P01P08**, descrita a seguir e esquematizada sobre mapa base.

Descrição

P01=P08 indica o vértice formado pela interseção dos eixos das ruas Barão do Rio Branco e Major Leite, que formam entre si um ângulo de 88°. De **P01** segue-se para **P02**, no sentido sudoeste, pelo eixo da Rua Barão do Rio Branco. A reta **P01P02** mede 338 m.

P02 indica o vértice formado pela interseção dos eixos das ruas Barão do Rio Branco e Eustáquio Júnior, que formam entre si um ângulo de 86°. De **P02** segue-se para **P03**, no sentido oeste, pelo eixo da Rua Eustáquio Júnior. A reta **P02P03** mede 121 m.

P03 indica o vértice formado pela interseção dos eixos da Rua Eustáquio Júnior com o leito do Córrego do Rosário, que formam entre si um ângulo de 88°. De **P03** segue-se para **P04**, no sentido norte, pelo eixo do leito do córrego. A reta **P03P04** mede 147 m.

P04 indica o vértice formado pela interseção dos eixos do leito do Córrego do Rosário com a Rua da Máquina, que formam entre si um ângulo de 141°. De **P04** segue-se para **P05**, no sentido noroeste, pelo eixo da Rua da Máquina. A reta **P04P05** mede 69 m.

P05 indica o vértice formado pela interseção dos eixos das ruas da Máquina e Dr. João Pinheiro, que formam entre si um ângulo de 29°. De **P05** segue-se para **P06**, no sentido sudeste, pelo eixo da Rua Dr. João Pinheiro. A reta **P05P06** mede 111 m.

P06 indica o vértice formado pela interseção do eixo da Rua Doutor João Pinheiro com o prolongamento da extremidade posterior direita do lote de nº 01/07 da Rua Ferreira Prado. A reta **P05P06** forma um ângulo de 81° com o limite posterior (voltado para noroeste) do lote de nº 01/07. O trecho **P06P07** tem extensão de 261,83 m e é formado por vários segmentos de reta que correspondem aos limites posteriores dos lotes de





numeração ímpar da Rua Ferreira Prado juntamente com a largura do Beco Ferreira Prado. De **P06** segue-se para **P07**, no sentido nordeste.

As medidas dos limites posteriores dos lotes de numeração ímpar da Rua Ferreira Prado são as seguintes:

Lote nº 01/07: 17,00 m	Lote nº 87: 26,10 m	Lote nº 163: 09,28 m	Lote nº 251: 11,46 m
Lote nº 25: 13,46 m	Lote nº 117: 14,00 m	Lote nº 173: 25,66 m	Lote nº 257: 11,72 m
Lote nº 45: 15,30 m	Lote nº 141: 20,87 m	Lote nº 207: 14,16 m	
Lote nº 55: 20,95 m	Lote nº 145: 10,25 m	Lote nº 219: 18,32 m	
Lote nº 81: 15,42 m	Beco F. Prado: 06,88 m	Lote nº 245: 11,00 m	

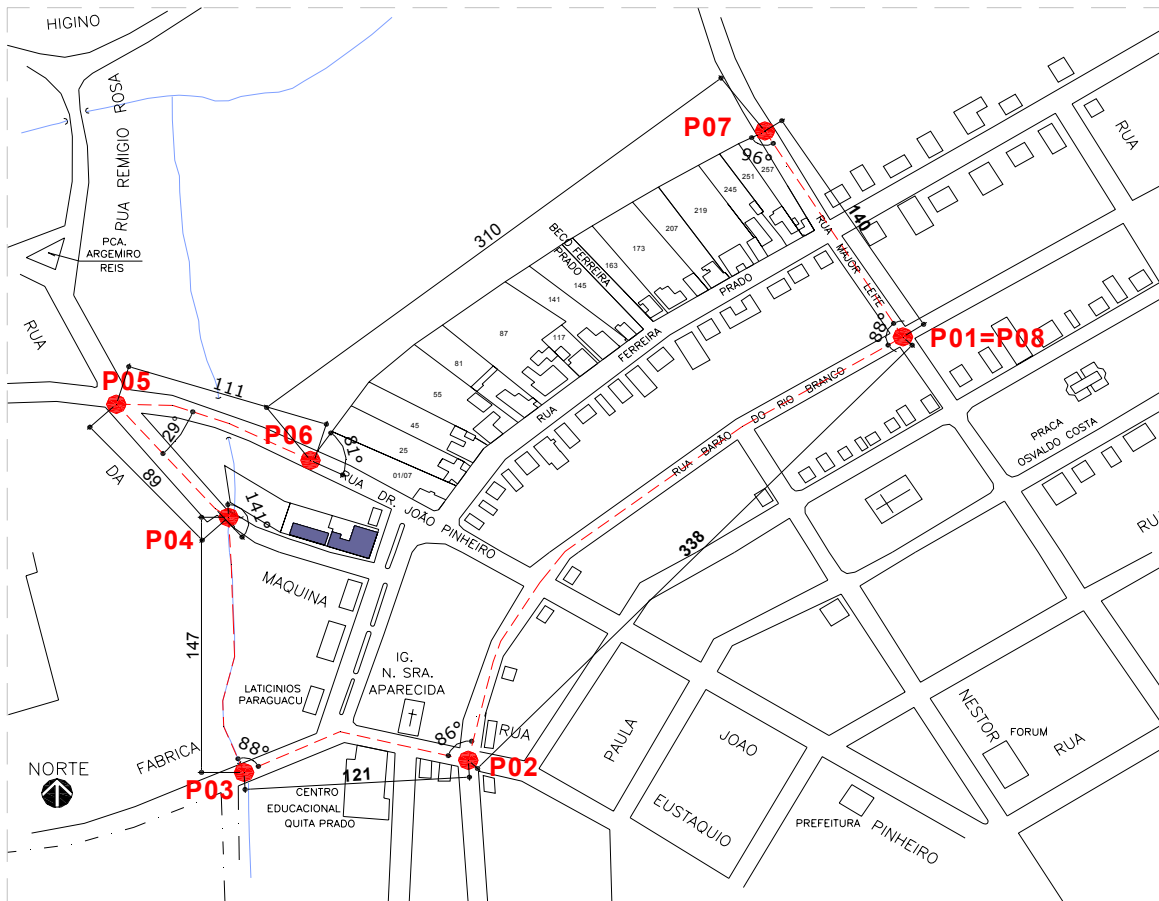
P07 indica o vértice formado pela interseção do eixo da Rua Major Leite com o prolongamento da extremidade posterior esquerda do lote de nº 257 da Rua Ferreira Prado. As retas **P06P07** e **P07P08** formam entre si um ângulo de 96° e esta última tem extensão de 140 m. De **P07** segue-se para **P08**, no sentido sudeste, pelo eixo da Rua Major Leite.

P08=P01

Justificativa

A definição do perímetro de entorno do tombamento justifica-se por compreender as quadras nas imediações da Associação Nasser, determinando diretrizes de intervenção, apresentadas no capítulo 13 deste documento. Essa delimitação visa ainda preservar as visadas da edificação, impedindo transformações de implantação e volumetria que alterem ou descaracterizem o cenário urbano em que o bem se encontra inserido.





A scale bar with markings for 0, 20, and 80 meters.

Associação Nasser.

Perímetro de entorno de tombamento

Escala gráfica.

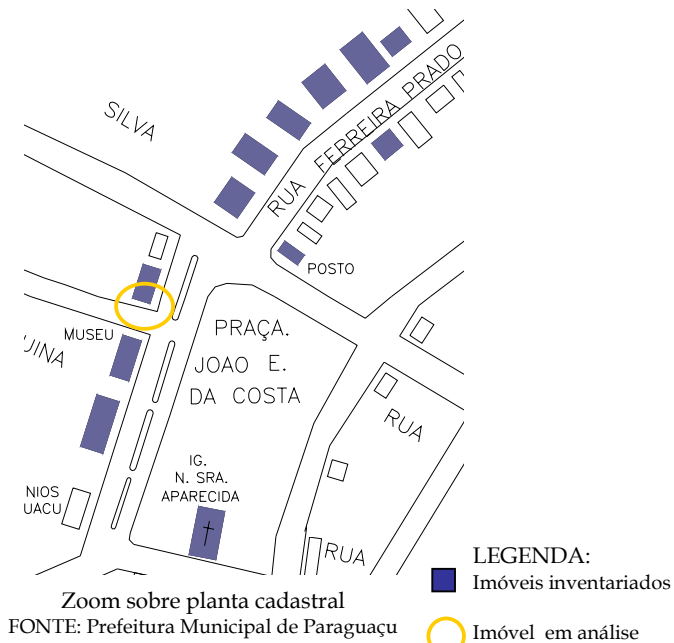
Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 2005.

Adaptação: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





9. FICHA DE INVENTÁRIO DO BEM CULTURAL



Fachada Principal



Antiga fachada do imóvel



Praça João Eustáquio da Costa
FOTOS: Natália B. Campos, dez/2007.
CD-ROM: Paraguaçu: sua história, sua gente.
Paraguaçu/MG: 2004

1. Município:

Paraguaçu

2. Distrito:

Sede

3. Designação:

Associação Daud Gantus Nasser

4. Endereço:

Praça João Eustáquio da Costa, 201

5. Propriedade:

Particular – Élvio Nasser

6. Responsável:

Virgínia Rodrigues

7. Situação de ocupação:

Cedida

8. Uso atual:

Instituição

9. Proteção legal existente:

Inventário

10. Proteção legal proposta:

Tombamento Municipal





11. Histórico:

O marco inicial de Paraguaçu pode ser encontrado no entorno da atual Praça João Eustáquio, onde foi erguida a primeira capela do povoado, entre os anos de 1810 e 1812. Sua demolição ocorreu em 1840, para dar lugar à edificação da igreja matriz (antiga). Durante muitos anos, esse foi um espaço privilegiado, no qual a população se reunia para momentos religiosos, festivos e até de manifestação política.

A antiga matriz acabou eclipsada pela magnitude e suntuosidade da nova igreja, inaugurada em 1918. Tanto que em 1923 se optou por sua derrubada, com a intenção de usar aquela área para a construção de um novo edifício, dedicado a Nossa Senhora da Aparecida; o construtor foi Virgílio Borim, também responsável por outras importantes obras no cenário urbano do município. A inauguração dessa nova capela data de 1º de julho de 1929, solenidade cuja benção coube ao pároco Padre Antônio Piccinini. Ainda na década de 1920, o largo da igreja passou por uma intervenção, acompanhando um processo mais amplo de transformação urbana⁵³.

Nesse entorno se concentram expressivos exemplares do patrimônio cultural do município, a exemplo do atual Museu Alferes Belisário, casarão erguido em 1902, originalmente propriedade de Coronel Marcos de Souza⁵⁴. Próximo a essa construção também foi edificada, durante os primeiros anos do século XX, uma casa de morada, a pedido de José Camilo da Costa, importante comerciante e banqueiro da região⁵⁵.

Este bem possui características estilísticas e construtivas que o diferencia das antigas construções de Paraguaçu. Sua alvenaria é em tijolos cozidos, sendo que em algumas divisórias a dimensão dos blocos é o dobro dos demais, constituindo paredes com ampla espessura. Na ornamentação da fachada, destacam-se as sobrevergas das janelas, assim como a portada da entrada principal, todas feitas em argamassa. Os falsos cunhais possuem alto-relevo em motivos quadrangulares. Essa composição sugere a inserção da estrutura nas tendências arquitetônicas usualmente designadas por ecletismo, difundidas a partir das grandes cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo. Dentro de uma perspectiva histórica, tal estilo se articula ao interesse de distanciar as cidades da tradicional caracterização colonial, que, inevitavelmente, remetia ao Império e a própria subordinação a Portugal.

Dentro da dinâmica da antiga Carmo da Escaramuça era esperado que os fazendeiros adquirissem propriedades na área urbana, utilizando-as como pouso, para quando fossem à cidade e no período das festas religiosas, eventos que atraía toda a população para a sede.

Contudo José Camilo da Costa optou por usar o casarão como empreendimento comercial. Na década de 1920 a construção abrigou a Casa Bancária, que tinha convênios com importantes instituições financeiras, representando o Banco do Brasil, o Banco Francês e o Banco Hipotecário. Para os agricultores, esse último era importante, já que concedia empréstimos no período das entressafras.



José Camilo da Costa.



Oswaldo Costa.



Daud Gantus Nasser.

FOTOS: CD-ROM: *Paraguaçu: sua história, sua gente*. Paraguaçu/MG: 2004

⁵³ Na década de 1970 ocorreriam novas intervenções na praça, foi quando se constituiu a atual aparência desse logradouro. Cf: Inventário de Proteção ao Acervo cultural de Paraguaçu, abril 2006.

⁵⁴ O funcionamento do Museu Municipal nesse imóvel começou em 08 de janeiro de 2001, quando a prefeitura decidiu alugá-lo para guardar o acervo de bens móveis e documentais da cidade. Cf: ARAÚJO. *Museu Municipal Alferes Belisário*. 2005.

⁵⁵ PRADO. Casas da Praça João Eustáquio. *A Voz*, 24/11/2001, p.7. In: PRADO. *Paraguaçu*. Cd-rom, 2004.





De certo que o empreendimento de José Camilo da Costa se enquadra nesse caso, isto é, inserido no processo de evolução do sistema bancário de Minas Gerais. No imóvel (que hoje é o nosso objeto de tombamento) passaram importantes personalidades da região, realizando transações financeiras e conseguindo empréstimos para a manutenção dos empreendimentos agrários – leia-se café. Entretanto a iniciativa da casa financeira esboroou-se rapidamente, com recuperação somente em 1919 com a criação do Banco Paraguassú, do qual Oswaldo Costa, filho de José Camilo, era um dos principais acionistas.

Com o fechamento da instituição bancária, o imóvel passou a abrigar a Companhia Mercantil e Industrial Vivaldi (1913-1914), um cometimento de capital anônimo no qual havia a participação de José Camilo da Costa. Foi essa empresa que promoveu a primeira eletrificação substancial de Paraguaçu, instalando os postes, a fiação elétrica e os transformadores. Já nos anos 20, essa empresa se transformou no Centro Eletrônico Varginhense, chegando a operar quase 50 aparelhos telefônicos.

Percebe-se que José Camilo da Costa esteve a frente de variados avanços ocorridos no município, sobretudo na área urbana, que além de receber uma nova infra-estrutura contava com políticas de embelezamento, com melhoria nas praças e logradouros. As políticas municipais se voltavam para ações consideradas modernizadoras. Tais serviços eram, consignados às empresas privadas, o que em muitos casos patrocinou o enriquecendo esses empreendedores. A população mais pobre, no entanto, também era favorecida, já que surgiam oportunidades de empregos; muitos vinham das zonas rurais para trabalharem nessas obras, acabando por se fixar definitivamente na sede.

Na década de 1930 a casa de José Camilo foi palco para outros empreendimentos, como uma loja funerária e os correios. O que confirma a tendência do imóvel em atuar como um prédio comercial. Durante anos, a população relacionava aquela edificação à prestação de serviços, considerada, portanto, como um setor progressista. Com o falecimento de José Camilo da Costa em meados dos anos quarenta, o bem acabou transferido para seu filho, Oswaldo Costa, que deu continuidade ao uso comercial, embora, durante alguns anos (1942-1949) tenha cedido o prédio para o funcionamento da instituição hospitalar Hilda Costa. Nesse mesmo período, o proprietário também esteve envolvido na construção de um hospital.

Com efeito, Oswaldo Costa, assim como seu pai, fomentou o crescimento de Paraguaçu, incentivando fortemente o amadurecimento industrial e a diversificação de serviços. Conforme já citado a própria indústria têxtil recebeu seu patrocínio direto, além da construção do Campo de Pousos (1942), o Hotel Paraguassu (1943), o Cine Iris (1947), e o Dispensário Hilda Costa (1942), rendeu ótimos dividendos políticos para Oswaldo Costa, suficientes para elegê-lo deputado federal por Minas Gerais, em 1950.

Da década de 1950 até meados dos anos setenta, o imóvel sempre esteve ocupado com algum empreendimento comercial. Tratou-se, no entanto, de um uso esporádico e sem maiores destaques, tanto que a casa acabou fechada e parcialmente abandonada, não recebendo manutenções ou revisões. Segundo entrevistadas⁵⁶, nos anos 70 aquele recinto não abrigou moradores, condição que acelerou seu processo de deterioração, tanto que alguns consideravam inevitável a derrubada da antiga propriedade de José Camilo da Costa.

Mas, na década 1980, uma nova conjuntura social se esboçou no município. Com o crescimento da população, grupos de famílias economicamente menos favorecidas passaram a se concentrar em bairros periféricos, gerando incômodos e inquietações nos grupos hegemônicos. Discutiam-se os caminhos que as crianças dessas famílias poderiam trilhar já que seus genitores trabalhavam durante o dia, não possuindo recursos para o cuidado (supostamente) adequado dos seus rebentos.

Uma apreensão social acabou por se imbricar com um sentimento de caridade católica: laços de solidariedade e padrões de sensibilidade fortes em municípios interioranos. De um lado temia-se que os pequenos poderiam, em futuro próximo, converterem-se em criminosos, haja vista a maneira como eram criados; por outro lado, havia uma sincera intenção de ajudá-los, ministrando fundamentos educacionais e provendo alimentação, saúde e higiene básicas.

⁵⁶ RODRIGUES. Encontro com funcionárias da Fundação Nasser. Paraguaçu, dez 2007. Entrevista.





Assim, em 25 de novembro de 1983, durante a gestão do prefeito Gantus Nasser, foi criada a Fundação⁵⁷ de Assistência Social Daud Gantus Nasser (FASDAGAN). A designação dessa casa de caridade era uma homenagem à memória de seu pai. Tratava-se de uma sociedade civil, privativa e sem fins lucrativos, de características filantrópicas. Em seu estatuto, elaborado posteriormente (1998) pode ser lido que:

“... [a associação] tem como finalidade social o combate à fome e a pobreza, prestar assistência espiritual, atendimento sócio-educacional, formação profissional gratuita e integração de seus egressos no mercado de trabalho, atendendo quantas forem possíveis, as crianças e adolescentes, em situação de risco pessoal e social [...] privilegiando, sempre, que necessário, as que estiverem em situação mais precária.”⁵⁸

Essa ênfase na necessidade de uma orientação espiritual e proteção contra “descaminhos” já estava esboçado em seus primeiros anos. O jornal A Voz noticiou a criação da instituição em um tom altamente assistencialista: “O alcance social deste empreendimento merece a mais profunda atenção e apoio dos paraguaçuenses. De início, a fundação acolheu e cadastrou 90 (noventa) menores famintos, maltrapilhos subnutridos e abandonados”⁵⁹.

A maneira pela qual as crianças são referidas (vide os grifos) sugere uma visão negativa atribuída às camadas sociais mais pobres que se concentravam em Paraguaçu. No senso comum, as novas famílias residentes no município eram violentas e predispostas ao crime, representações que revelam um teor conservador da sociedade paraguaçuense, identificando as pessoas de bem como as detentoras de posses ou então aquelas já instaladas nas relações de subserviência local.

Na fundação da associação foi definido seu caráter filantrópico e, posteriormente, enfatizada sua utilização como ferramenta para maximização da cidadania dos jovens munícipes. A primeira mesa diretora era composta por: Dr. Elvio Nasser (presidente); Irmã Ana Maria de Almeida (vice-presidente); Selma Sofia Nasser (1ª secretária); Maria Izabel Capobianco Silva (2ª secretária); Inácio Ries Rosa Moura (1º tesoureiro); Hudson Fonseca (2º tesoureiro). Pessoas já comprometidas com o desenvolvimento educacional e social do município, possuindo estreitas relações com o prefeito de então. Na própria Ata de Fundação há um trecho que, novamente resvalando o assistencialismo, define a vocação filantrópica da Fundação Nasser.

“Para presidir os trabalhos da reunião, foi convidada D. Dulce Moteran Nasser. A mesma falou sobre a necessidade de se criar esta obra de Assistência a maternidade e a infância para ajudar as mães pobres, pois muitas vezes as crianças adoecem por falta de alimentação adequada.”⁶⁰

A princípio, a Associação funcionava no Horto Florestal Coronel Olyntho de Oliveira Leite (comumente chamado por “Bomba”). Em 1984 ela foi relocada, em caráter temporário, para o casarão de Oswaldo Costa. Elvio Nasser e Gantus Nasser intermediaram junto ao proprietário para que o bem fosse vendido para a prefeitura, de modo que esta pudesse doá-lo para a Associação. Tal transação se concluiu em meados da década de 1980. Uma vez de posse da sede própria, a instituição pode ampliar a admissão de alunos e a intensificação das atividades.

Devido aos diversos usos, o imóvel teve que passar por uma série de intervenções desde sua construção. Apesar da inexistência de documentos escritos, nota-se, conforme fotografia da época, que houve alteração

⁵⁷ Inicialmente, a organização Gantus Nasser era designada pelo termo de Fundação, mas este foi substituído oficialmente por Associação em 1998. A razão para essa modificação foi de natureza jurídica, já que com a antiga nomenclatura não seria possível receber determinados recursos financeiros dos órgãos públicos.

⁵⁸ Estatuto da Associação de Assistência Social Daud Gantus Nasser, Artigo 2, p.2, 1998.

⁵⁹ Jornal A Voz. Fundação Daud Gantus Nasser/Criação. 25/04/1987. p. 1. In: PRADO. Paraguaçu. Cd-rom, 2004. (Grifos nosso)

⁶⁰ Livro de Atas. Ata de Fundação. Paraguaçu, 25/11/1983.





da fachada principal, voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, com a transformação de três antigas portas em janelas, além da retirada da platibanda. Ademais, analisando a fachada voltada para a Rua da Máquina e a distribuição interna, nota-se que o atual refeitório, cozinha e despensa foram construídos posteriormente e que, segundo fontes orais, possivelmente esse acréscimo se deu quando da aquisição do imóvel por Oswaldo Costa nos anos 40, após falecimento de seu pai, José Camilo da Costa. Aliás, a despensa passou a ter esse uso ainda nas décadas de 1960 e 1970, no lugar de um dos banheiros da casa.

No entanto, as maiores intervenções se referem, principalmente, às adaptações para as necessidades da Associação, entre 1984 e 1985, visando adaptar a construção à sua finalidade de abrigo para crianças. Dessas intervenções destacam-se a retirada do assoalho e a aplicação de cerâmica na maioria dos cômodos, assentamento de grades nas janelas e reparo nas esquadrias, com substituição de duas destas por basculantes (lado direito – área dos banheiros). Transformaram alguns quartos em salas da aula, fixando quadros-negro nas paredes. O pavimento inferior (porão), que tinha o piso em terra batida, recebeu revestimento de cerâmica e acréscimo de banheiros internos, com acomodação de sanitários e chuveiros. O refeitório também foi instalado nesse cômodo, que recebeu subdivisões (de madeira) para comportar outros usos, como quarto de despensas. Fizeram-se necessários a revisão da rede elétrica e hidráulica e o reparo na cobertura com troca de telhas. Retirou-se o fogão de lenha da antiga cozinha e, no terreno, foi montado um playground para a recreação das crianças. Na parte posterior do lote se deu a construção de uma nova instalação: uma área (piso em cerâmica) com cobertura de telha e cômodos para cozinha e banheiros, que passou a ser alugada para terceiros, destinada a realização de festas.

Terminado a reforma, o imóvel foi mobiliado, com doações de camas, armários, mesas, e carteiras. A instituição também recebeu vasilhames, brinquedos, remédios, alimentos e livros, de modo que a assistência educacional básica já poderia ser prestada à comunidade. Desde a inauguração da fundação sempre houve voluntários dispostos a contribuir com essa obra, mas também se tornou necessário contratar ajudantes.

As diretorias – que passaram a ser eleitas bienalmente – se esforçaram significativamente para superar os contratempos administrativos, driblando a falta de recursos e o constante aumento do número de crianças. A Associação Gantus Nasser passou oferecer reforço escolar, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo dos educandos. Uma das principais dificuldades, contudo, para a conformação de um plano político-pedagógico mais eficaz a superação do viés assistencialista dessa fundação.

Na ata de 23 de janeiro de 1998 vemos o seguinte trecho:

“Inicialmente a diretora Silva Regina alegando que devido ao pequeno numero de funcionários e ao aumento de crianças que estão procurando a Fundação sugeriu que seja limitado o número de crianças assistidas e que o critério para esta limitação será baseado no comportamento de cada elemento e também o limite de idade.”⁶¹

O caráter normatizador da instituição se evidencia, por exemplo, na sugestão de utilizar o comportamento dos alunos como um critério para suas admissões na instituição. Uma proposta que estaria em desarmonia com as atuais concepções acerca da educação inclusiva tradicional, que consideram essenciais a presença das crianças ditas problemáticas no seio do ambiente educacional e escolar. Essa evidência documental converge com o ideário do assistencialismo, sempre disposto a emitir juízos morais sobre as camadas pobres.

É curioso pensarmos que os próprios funcionários da instituição detêm uma visão negativa da comunidade da qual seus alunos são oriundos. Entrevistados revelaram receio de visitar esses bairros; uma das educadoras inclusive revelou a preocupação em “salvar” a juventude, já que seus pais se encontrariam “perdidos”. Todo modo, o sincero esforço das mesas diretoras conseguiu se concretizar em uma instituição disposta a receber crianças advindas de famílias em dificuldades financeiras. Para a população em geral, o trabalho da Associação Nasser é apreciado, sobretudo pelo esmero em oferecer complementação escolar e alimentar.

⁶¹ Livro de Atas, Paraguaçu, 23/11/1998. (Grifo nosso)





Em meados da década de 1990, a mesa diretora decidiu substituir o nome Associação Daud Gantus Nasser por Lar Nossa Senhora da Aparecida. A alteração da titulação não foi oficial, mas necessária para continuar a receber verbas da prefeitura, pois devido a mudanças políticas, os antigos adversários de Gantus Nasser não se sentiam confortáveis em fornecer recursos financeiros para uma instituição com essa designação. Nessa mesma época, mais precisamente em 1996, Elzira Santos adquiriu uma imagem de Nossa Senhora (comprada em Aparecida do Norte) e a doou para essa casa beneficente. Tal bem foi assentado em um oratório e preso em uma das salas.

No que concerne ao imóvel ele sofreu outra reforma geral em 2006. No ano anterior a mesa diretora havia solicitado apoio técnico do Núcleo de Pedreiros para a execução da obra. Os recursos para pagamento de operários e aquisição de material foi doação de FURNAS. Houve ampliação da cozinha, englobada à antiga despensa. As paredes desse cômodo também sofreram intervenções, com modificação da abertura direcionada para sala de refeições e o fechamento de uma porta de acesso⁶². A cozinha também recebeu forro de PVC, bem como uma mesa mármore, e nova pintura. As antigas janelas acabaram substituídas por esquadrias menores.

A atual mesa diretora (2007/2009) eleita em 2007 – composta por Maria Aparecida Dias Araújo (presidente); Aparecida Dirce Scaramell (vice-presidente); Renásia Souza Fernandes Jovino (1ª tesoureira); Waldilene de Souza Barbosa (2ª tesoureira); Arquel Reis Vinagre (1ª secretária); Flávia A. Souza (2ª secretária) – tem procurado a continuidade nos trabalhos sociais, acentuando a qualidade de ensino e o desenvolvimento de atividades paradiáticas.

Há 24 anos que o casarão abriga a Associação Daud Gantus Nasser, contribuindo com o desenvolvimento social do município, atuando como outra possível via de inclusão social, compensando limitações e restrições das agências municipais. É incontestável a centralidade dessa instituição na dinâmica social do município. A promulgação da Lei Federal N. 8.069/1990, que oficializou o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo ampla cobertura da mídia, valorizou o esforço dos voluntários e profissionais engajados nesse projeto filantrópico.

12. Análise de entorno:

O imóvel está localizado à Praça João Eustáquio da Costa, referência urbana e histórica de Paraguaçu, visto que foi o foco inicial de formação e desenvolvimento do povoado. Em seu entorno estão os imóveis mais antigos da cidade que hoje abrigam residências, o Museu Alferes Belisário e a Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Apresenta-se como espaço de contemplação e descanso, tendo sido organizada em patamares, com arborização vasta e assentos. No adro, há um amplo espaço livre, sem arborização e pavimentado por pedra São Tomé, configura um eixo visual até a Rua Ferreira Prado. No lado direito da Igreja, os patamares são suspensos e em vários níveis, interligados por degraus. Grama batatais em talude e postes de iluminação a limitam. Há maciços de hortênsias e demarcações da entrada lateral com arbustos conhecidos como buquê de noiva. Ao fundo, cerca viva de hibiscos vermelhos, além de um cordão de alamandas amarelas. Assentos de cimento sem encosto existem nos patamares e nas laterais do adro. O lado esquerdo da praça é finalizado por grama batatais em alívio até a rua, com árvores e seccionado em alguns pontos por degraus de acesso. Em canteiros elevados de forma quadrada, encontram-se plantadas pinga de ouro e sálvia vermelha. As árvores de grande porte, ingazeiros, estão na praça há anos.

Duas das principais vias da cidade passam pela praça, a Rua Doutor João Pinheiro e a Avenida Pereira Silva. A primeira interliga a praça até o terminal rodoviário, além de se constituir como um dos principais eixos de entrada e saída de Paraguaçu; a segunda faz a ligação com os bairros periféricos e com a fábrica têxtil; nessa avenida está o ponto principal de espera de transporte público. O uso residencial é predominante; o uso comercial e de serviços concentra-se junto ao início da Rua Ferreira Prado. As vias de circulação são largas, pavimentadas por paralelepípedo e têm mão única. A rua de cota mais baixa da praça – onde estão localizados os imóveis mais antigos e preservados – é larga, inclusive com canteiro central arborizado. Todas as vias permitem estacionamento paralelo nos dois lados dos passeios.

⁶² Há dois refeitórios na edificação: o menor localizado junto a cozinha; o outro encontra-se no pavimento inferior, utilizado pelas crianças mais velhas.





Predominam no entorno construções horizontais sem afastamentos laterais, alinhadas à rua e com acessos frontais; outras poucas têm até dois pavimentos com afastamentos e acessos laterais. As edificações, de um modo geral estão preservadas e em razoável estado de conservação. Os lotes são em aclave do lado direito da Igreja e em declive do lado esquerdo. A região é provida de infra-estrutura urbana básica; iluminação pública com os postes localizados nas calçadas e na própria praça.

13. Descrição:

A edificação encontra-se implantada em lote de esquina, com a fachada principal voltada para a Praça João Eustáquio e a lateral direita para a Rua da Máquina. Ligeiramente em declive no sentido dos fundos do lote, possui uma área total correspondente a aproximadamente 1418,63m e projeção total da área construída de 458,89m. O prédio com partido em “L”, só possui afastamento em relação à divisa posterior, parcialmente ocupado por um pátio descoberto utilizado para as crianças brincarem, um espaço coberto para festas, uma horta e um barracão. O espaço para festas ainda abriga dois banheiros e uma cozinha que não são usados no dia-a-dia da Associação.

O fechamento do lote é feito parte pela própria edificação, e parte por um muro. A entrada principal está voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, localizada na face frontal do imóvel. Há outras três entradas que levam ao seu interior, localizadas na fachada lateral direita, voltada para a Rua da Máquina. Apesar de fazerem parte da edificação, atualmente dois destes cômodos ligados à rua, não possuem nenhum tipo de ligação com o restante do imóvel, sendo utilizados como depósito pela Associação. A única entrada que tem ligação com o restante do bem leva ao porão, que atualmente é utilizado como área de refeitório e lazer das crianças. As outras duas entradas existentes estão locadas no muro de fechamento, uma voltada para a Rua da Máquina, e outra que permite a entrada na área onde está localizada a construção, ao fundo do lote, que serve como residência a famílias necessitadas, por meio de uma pequena ruela. Não há ligação entre esta e o restante do imóvel.

Dentro do fechamento externo, há mais três muros. O primeiro divide a área antiga, provavelmente a área original do terreno, do espaço erguido recentemente. Um portão metálico permite a passagem de pessoas. O segundo é mais baixo, parte alvenaria, parte tela de galinheiro. Divide a área permeável, que teria um propósito de horta, da impermeável. O portão também metálico é mais baixo que o muro e após ele há três degraus devido ao pequeno desnível existente. Este está protegido pela cumeeira do telhado colonial. O terceiro é praticamente o muro externo, por não possuir nenhuma abertura que conecte com o restante do terreno. Após este está a residência que é emprestada para famílias carentes. O vizinho, ao lado esquerdo do imóvel, é um terreno onde se produz e armazena materiais de construção, sendo muito prejudicial à Associação devido ao barulho que é produzido.

A edificação possui características estilísticas e construtivas que se remetem às antigas construções de Paraguaçu ainda preservadas: a composição de suas fachadas segue tendências arquitetônicas do ecletismo e características do neocolonial. Vide a ornamentação das sobrevergas, cimbalhas e os falsos cunhais. Sua alvenaria é em tijolos cozidos, sendo que em algumas divisórias a dimensão do bloco é o dobro das demais, constituindo paredes com ampla espessura.

A fachada frontal é simétrica, tendo como o eixo de simetria a porta de entrada. São três vãos de janela para cada lado, equidistantes entre si. Os vãos são retos, com sobrevergas feitas em argamassa, ornamentando o frontispício. As janelas têm duas folhas de abrir em madeira almofadada e guilhotina vedada por vidro, com esquadrias também em madeira. A única porta presente na fachada voltada para a praça é composta por duas folhas em madeira almofadada e bandeira fixa em ferro trabalhado, na qual está instalada uma placa de ferro com os dizeres “JCC”, referente ao antigo proprietário, José Camilo da Costa. Frisos “ondulados” em alto relevo, abaixo do guarda-pó, fazem o coroamento de toda a edificação. Há um pequeno embasamento em concreto chapiscado, até a altura da soleira da porta central, já que esta está um pouco acima do nível da rua, sendo necessário um degrau para alcançá-lo. Quatro tubos verticais fazem o escoamento das águas pluviais, interligando a calha aos passeios. Por fim, como elemento decorativo, além dos falsos cunhais em alto relevo marcados nas laterais, destaque para um desenho com motivo fitomorfo em auto-relevo acima da sobreverga da porta central. Quanto à camada pictórica, que aliás, apresenta-se falha, tem-se a tonalidade azul clara nas





paredes, branco nos ornamentos e azul escuro nas esquadrias e madeiras.

A fachada lateral direita é alinhada com a Rua da Máquina, conformando o fechamento de parte do lote. Por ela podemos perceber o desnível do terreno e a configuração do porão. Na lateral direita temos seis vãos de janelas no pavimento térreo: cinco com a mesma configuração das janelas da fachada frontal e um com apenas uma folha de abrir em madeira, e sem nenhum tipo de ornamentação. Já no nível do porão há apenas dois vãos de janelas, também com apenas uma folha de abrir em madeira e grades.

São três vãos de portas, todas sem nenhum tipo de ornamentação com apenas uma folha de abrir em madeira. Duas delas levam a dois cômodos separados entre si, e que atualmente não possuem nenhum tipo de ligação com o restante do imóvel. Um deles é iluminado por uma abertura que dá para o pátio central, especificamente para a escada, localizada ao lado de fora da edificação, e que é a única ligação entre o térreo e o porão. Os dois servem como depósito para a Associação. A outra porta liga a Rua da Máquina ao porão. A pintura das paredes, esquadrias, madeiramento e ornamento segue a tonalidade da fachada principal.

No pavimento térreo há, logo na entrada, um corredor, com duas portas. Uma leva a sala de diretoria, com dois cômodos menores dentro, que servem como depósito. A outra permite a entrada no restante da edificação. Ao lado esquerdo temos uma área de brinquedos e duas salas pequenas de aula e estudos. Ao lado direito entramos para o restante do casarão, passando por uma sala de brincadeira, e quatro quartos, de tamanhos diferentes; três deles utilizados como quarto de dormir das crianças e o outro com área para as funcionárias. Apenas um desses quartos possui banheiros; de um lado há dois boxes com vaso sanitário, e do outro dois com chuveiro.

Pelo corredor central chegamos a copa, com piso em ladrilho hidráulico, parte da parede revestida em azulejos brancos e forro em telha vã, e a cozinha. Toda a parte social do imóvel é em piso cerâmico e forro tabuado, por exceção a um dos quartos que têm como revestimento do piso cimento queimado. A escada que leva ao porão e ao pátio está ligada à copa. Toda em cimento pintado, com um guarda-corpo parte cimentado, parte em gradil metálico.

Ainda há um quarto para depósitos para material de festa, localizado abaixo da cozinha e com sua entrada voltada para os fundos do lote, para o pátio coberto. Os dois vãos existentes, uma porta e uma janela, foram trocados por esquadrias metálicas. A cobertura do prédio é em telhas francesas de seis águas, com cumeeira paralela à rua principal e beiral com guarda-pó em alvenaria.

14. Intervenções:

Devido aos diversos usos, o imóvel teve que passar por uma série de intervenções desde sua construção. Apesar da inexistência de documentos escritos, nota-se, conforme fotografia da época, que houve alteração da fachada principal, voltada para a Praça João Eustáquio da Costa, com a transformação de três antigas portas em janelas, além da retirada da platibanda. Ademais, analisando a fachada voltada para a Rua da Máquina e a distribuição interna, nota-se que o atual refeitório, cozinha e despensa foram construídos posteriormente e que, segundo fontes orais, possivelmente esse acréscimo se deu quando da aquisição do imóvel por Oswaldo Costa nos anos 40, após falecimento de seu pai, José Camilo da Costa. Aliás, a despensa passou a ter esse uso ainda nas décadas de 1960 e 1970, no lugar de um dos banheiros da casa.

No entanto, as maiores intervenções se referem, principalmente, às adaptações para as necessidades da Associação, entre 1984 e 1985, visando adaptar a construção à sua finalidade de abrigo para crianças. Dessas modificações destacam-se a retirada do assoalho e a aplicação de cerâmica na maioria dos cômodos, assentamento de grades nas janelas e reparo nas esquadrias, com substituição de cinco por esquadria metálica, duas na área da cozinha e três na fachada esquerda da edificação, e outras três por basculantes, na área dos banheiros e uma na área da cozinha. Transformaram alguns quartos em salas de aula, fixando quadros-negro nas paredes.

A volumetria da edificação, analisada pela praça, é de apenas um pavimento, porém, a declividade do terreno no sentido da Rua da Máquina permitiu a construção de um porão alto. Este que tinha piso em terra batida, recebeu revestimento de cerâmica na cor salmão clara e acréscimo de banheiros internos, com acomodação de sanitários e chuveiros. O refeitório também foi instalado neste cômodo, que recebeu subdivisões (de madeira) para comportar outros usos, como um quarto de despensas, que é utilizado pelas meninas da Associação com quarto





de brincadeiras. Foi criada uma pequena lavanderia logo na entrada, que é separada do refeitório pelo desnível existente, de apenas dois degraus. Dois grandes vãos ligam o porão com o pátio interno, e que são vedados apenas por um gradil metálico. Há uma entrada separada, que liga o porão à Rua da Máquina. Fizeram-se necessários a revisão da rede elétrica e hidráulica e o reparo na cobertura com trocas de telhas. Retirou-se o fogão de lenha da antiga cozinha e, no terreno foi instalado um playground para recreação das crianças, que atualmente se encontra em situação precária.

Na parte posterior do lote, separado por um muro, se deu à construção de uma área, de aproximadamente 115m², com piso em cerâmica branca, com cobertura de telhado colonial de quatro águas e cômodos para cozinha e banheiros. Além de ser utilizada para festas da própria Associação, passou a ser alugada a terceiros, para a verba ajudar no dia-a-dia das crianças. Para separar essa área coberta da descoberta foi feito um guarda-corpo de 70 cm, que também pode servir como assento. Pelo local ser também alugado, foi criada uma entrada separada do restante da edificação, que dá para a Rua da Máquina. Durante o dia esse espaço é utilizado pelas crianças pra jogar futebol e os banheiros e a cozinha não ficam abertos. Ao lado desta área há um portão baixo, que dá acesso a uma área permeável, com um pequeno desnível, que já foi utilizada como uma horta. Atualmente está sem uso.

No ano de 2006, a Associação passou por outra reforma geral. Houve ampliação da cozinha, englobada a antiga despesa. As paredes desse cômodo também sofreram intervenções, com modificação da abertura direcionada para a pequena sala de refeições no mesmo nível e o fechamento de uma porta de acesso. Esta abertura é utilizada para a passagem de alimentos e utensílios. Foi todo revestido de azulejo branco e mantiveram o piso de cerâmica avermelhada. Há dois vãos que foram reduzidos e tiveram suas esquadrias trocadas por metálicas. Para ter acesso a cozinha deve-se passar por uma pequena despensa, onde há apenas uma pequena janela basculante. Esta é separada do restante da cozinha por uma porta sanfonada de pvc. A cozinha também recebeu forro novo de pvc. Toda edificação recebeu forro tabuado em madeira clara.

15. Estado de conservação:

Bom a regular

16. Análise do estado de conservação:

Apesar das diversas intervenções ocorridas, o bem ainda se encontra em regular estado de conservação, necessitando medidas corretivas e de manutenção. São verificadas algumas telhas quebradas e desalinhadas no manto de cobertura; manchas de umidade na laje em beiral; fissuras, trincas e desprendimento de tinta e do reboco; cerâmicas deslocadas na copa; desgaste no madeiramento das esquadrias da porta e vidros quebrados das bandeiras e de algumas janelas; desnivelamento e fissuras no piso em cerâmica de alguns cômodos; o cimentado externo apresenta trincas, rachaduras, manchas superficiais e crescimento de vegetação nas fissuras; improvisação em determinadas instalações elétricas e hidráulicas, além da área permeável do terreno estar abandonada, sendo utilizada como depósito de entulhos. Apesar disso, seus principais aspectos físicos, estruturais e compositivos, foram mantidos.

17. Fatores de degradação:

O imóvel tem sido degradado por fatores como intempéries e por falta de manutenção constante ao longo das décadas de sua utilização.

18. Medidas de conservação:

A edificação deve ser submetida à manutenção e vistoria constantes para impedir o surgimento de problemas que possam afetar a integridade da construção:

- Tratamento e imunização periódicos do madeiramento do telhado;
- Tratamento e imunização periódicos do forro tabuado;
- Manutenção da fachada principal e preservação dos elementos artísticos, sem alteração das formas ou retirada de ornamentos;
- Inspeção e avaliação detalhada por técnicos especializados das lacunas existentes na alvenaria autoportante e no forro do porão que podem vir a causar um dano estrutural;





- Recuperação, tratamento periódico e limpeza das esquadrias das portas e janelas;
- Recomposição do reboco nas paredes externas e muros, e aplicação de nova camada pictórica;
- Manutenção dos materiais de revestimento originais do interior da edificação;
- Manutenção dos brinquedos existentes no pátio, que são utilizados pelas crianças, mas se encontram em péssimas condições de uso;
- Substituição de vidros quebrados;
- Manutenção constante das áreas ajardinadas externas;
- Inspeção e avaliação detalhada por técnicos especializados das instalações prediais, dando devida atenção à parte elétrica e às tubulações hidráulicas e sanitárias;
- Analisar futuros projetos de intervenção com o objetivo de impedir a descaracterização das fachadas do bem.

19. Referências e fontes:

ARAÚJO, Maria Aparecida Dias. Paraguaçu (MG), dezembro de 2007. Entrevista concedida a Davidson de Oliveira Rodrigues.

CAMPOS, Múcio Prado. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, José Antônio. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, Miriam de Andrade Dias. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

Jornal "A Voz". *Dados biográficos José Camilo da Costa*. 30/06/1961.

Jornal "O Paraguaçu". *Dispensário Hilda Costa, inauguração*. 10/05/1942. p. 01.

Jornal "O Paraguaçu". *Oswaldo está eleito*. 15/10/1950. p. 01.

Jornal "A Voz da Cidade". *Casas Da Praça João Eustáquio*., 24/11/2001. p. 07.

Jornal "A Voz". *Fundação Daud Gantus Nasser/Criação*, 25/04/1987. p. 01.

Jornal "A Voz". *Falecimento/Daud Gantus Nasser*. 15/09/1979.

Jornal Cidadão, Fasdagán, 05/07/1997. p. 09.

Livro 3J, fl. 81, matr. 8301- *Cartório de registros de imóveis*, Rua Marcos Maciel Dias, 108 – Centro, Paraguaçu/MG.

ROCHA, Janete de Souza. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Encontro com funcionárias da Fundação Nasser. Paraguaçu (MG), dez 2007. Entrevista.

20. Informações complementares:

21. Ficha técnica:

Levantamento: Alexandre Borim (arquiteto) | Carlos E. Gomes (historiador) | Aline Medeiros (arquiteta)
Davidson de Oliveira (historiador) | Natália B. Campos (estagiária de arquitetura)
Cirene Marques (Presidente do Conselho) | Itamar R. Araújo (Chefe Cadastramento Incra)
data: julho de 2005; atualizada em dezembro de 2007.

Elaboração: Alexandre Borim (arquiteto) | Carlos E. Gomes (historiador) | Aline Medeiros (arquiteta)
Davidson de Oliveira (historiador) | Natália B. Campos (estagiária de arquitetura)
data: dezembro de 2007 a janeiro de 2008.

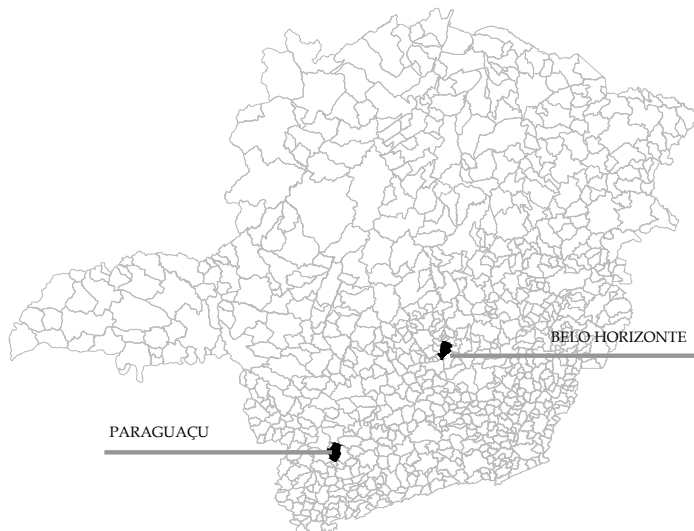
Revisão: Memória Arquitetura
data: fevereiro de 2008.





10. DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

Localização do município de Paraguaçu e do bem cultural



Localização em relação a capital mineira. Sem escala
FONTE: <http://www.ibge.gov.br/>

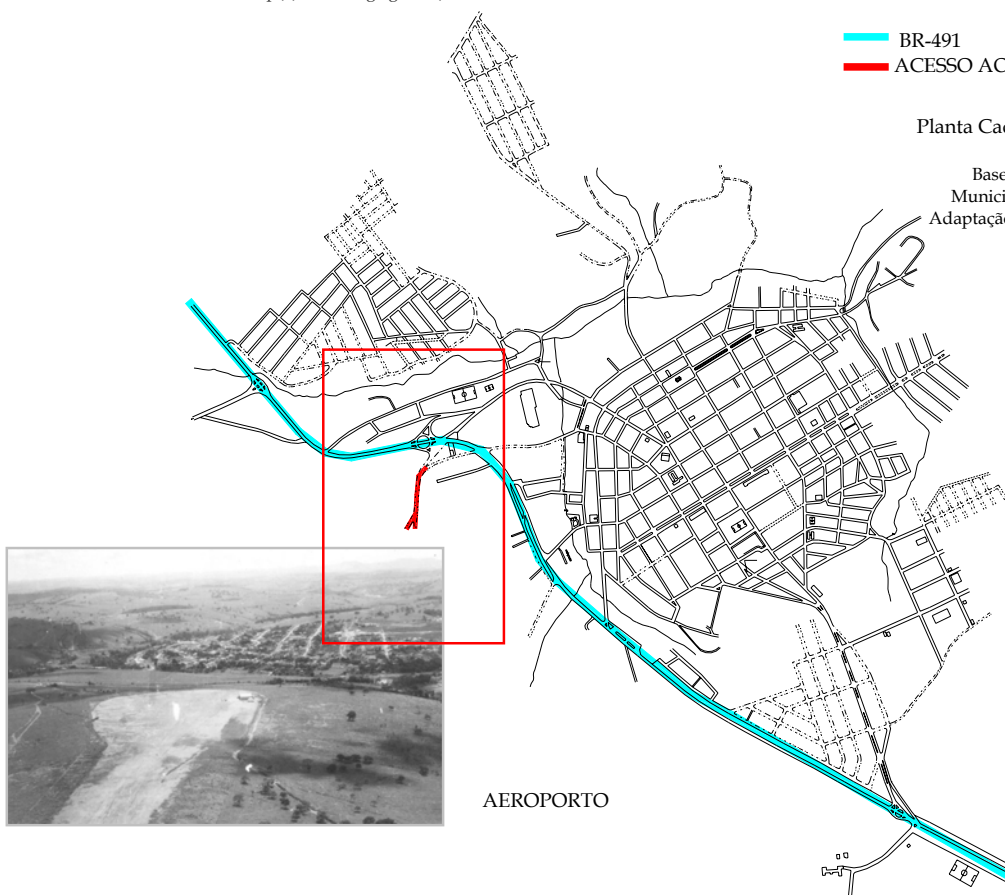


Localização no estado: cidades próximas. Sem escala.
FONTE: Guia Quatro Rodas Estradas / 2001.

LEGENDA

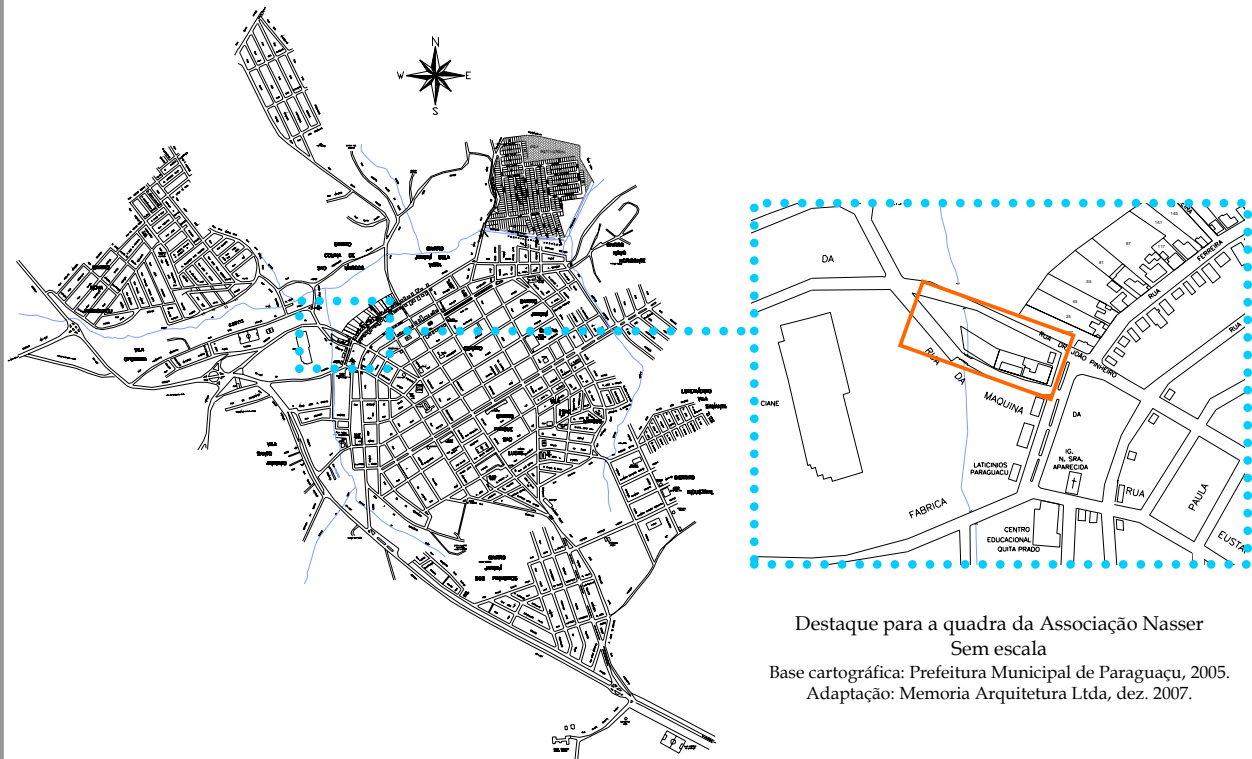
- BR-491
- ACESSO AO AEROPORTO

Planta Cadastral de Paraguaçu
Sem escala
Base cartográfica: Prefeitura
Municipal de Paraguaçu, 2005.
Adaptação: Memoria Arquitetura
Ltda, abril 2005.





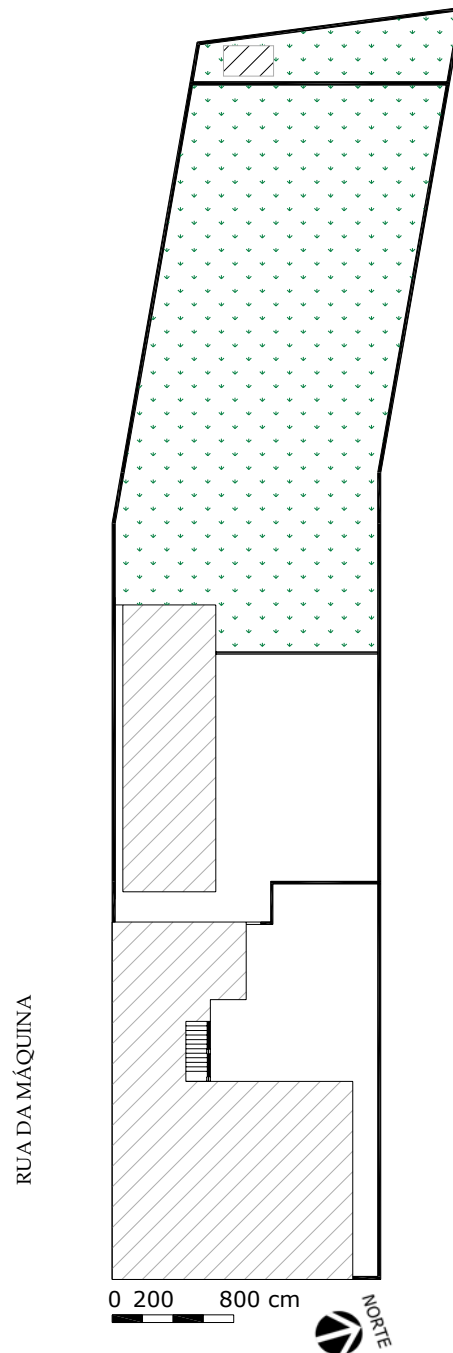
Localização de Paraguaçu e demais municípios pertencentes à ALAGO -
Associação dos Municípios do Lago de Furnas
FONTE: <http://www.alago.alfenas.net/nova/index.asp/>





Levantamento Métrico

Natália B. Campos (dezembro 2007)



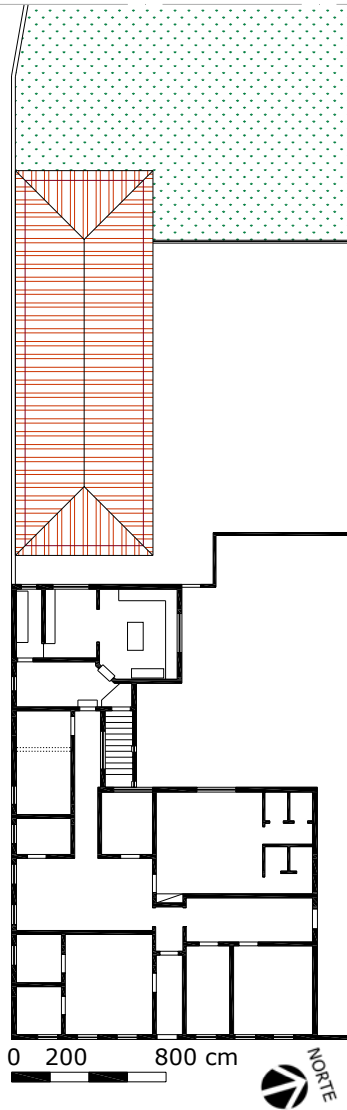
PRAÇA JOÃO EUSTÁQUIO DA COSTA

Associação Daud Gantus Nasser

Planta de Situação

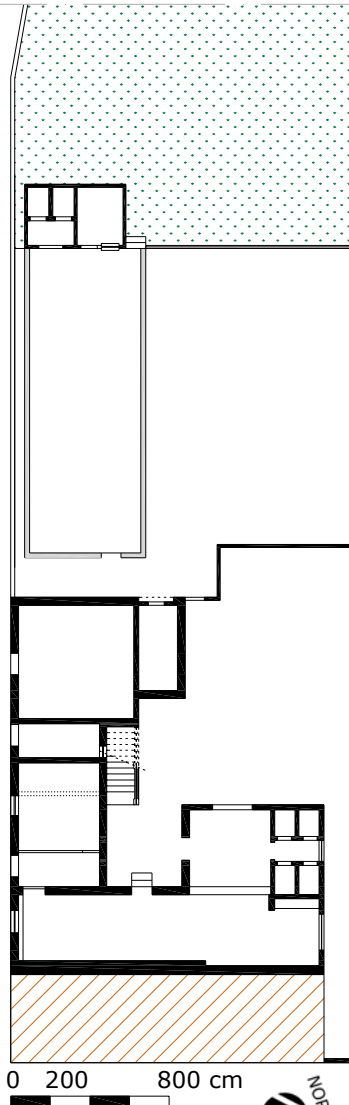
Escala gráfica.





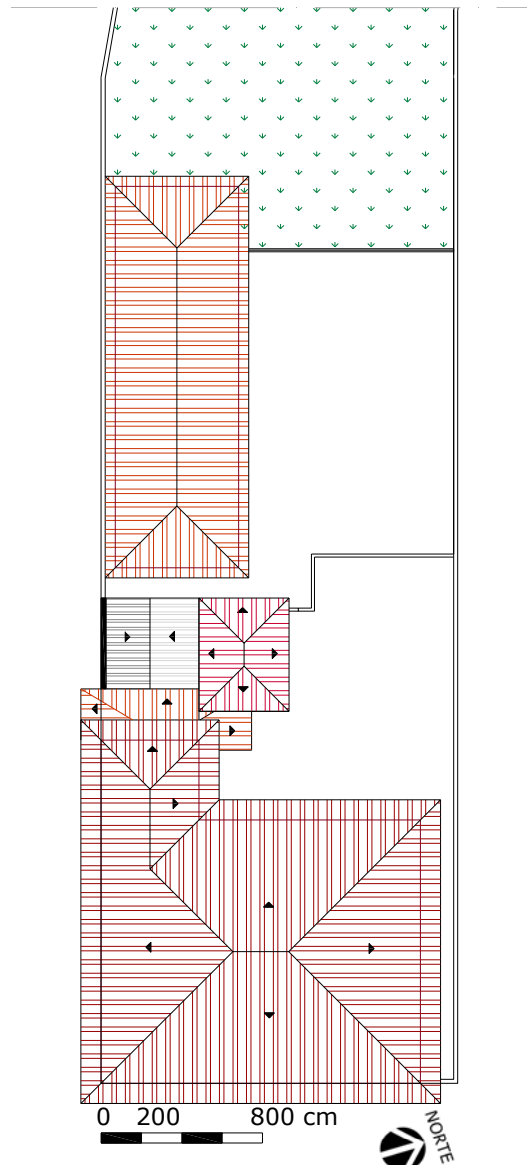
Associação Daud Gantus Nasser
Planta baixa - pavimento térreo
Escala gráfica.





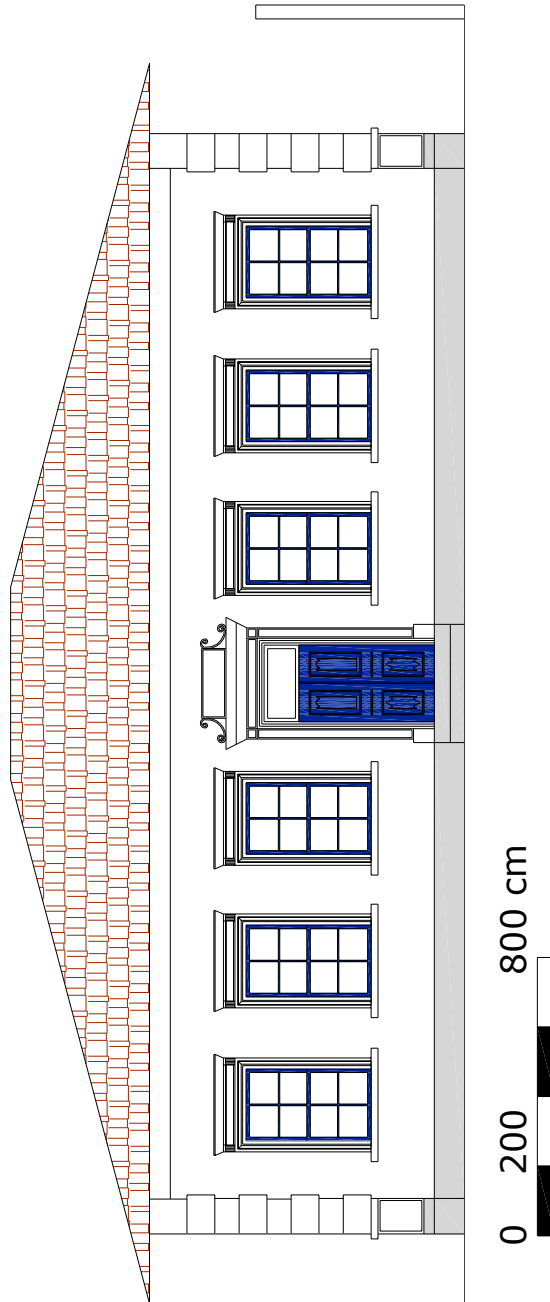
Associação Daud Gantus Nasser
Planta baixa - porão
Escala gráfica.





Associação Daud Gantus Nasser
Planta de cobertura
Escala gráfica.



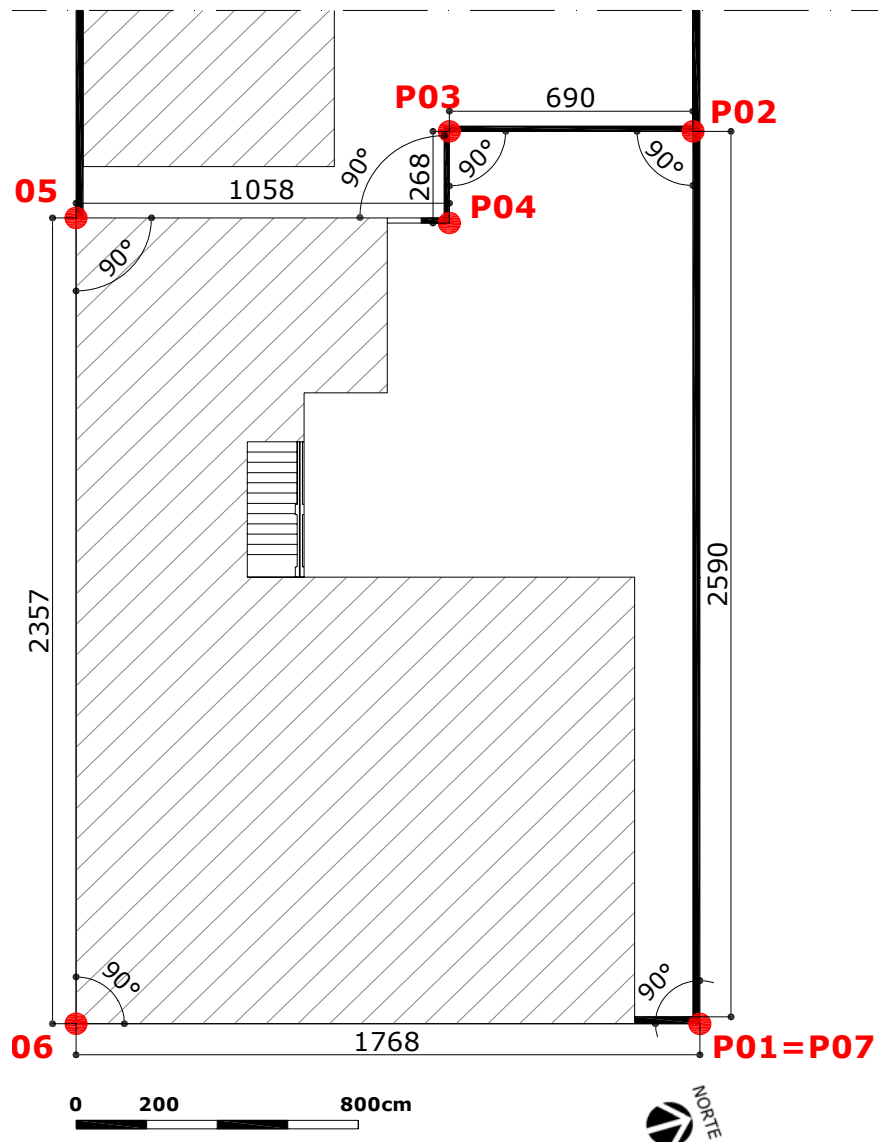


Associação Daud Gantus Nasser
Fachada Principal
Escala gráfica.



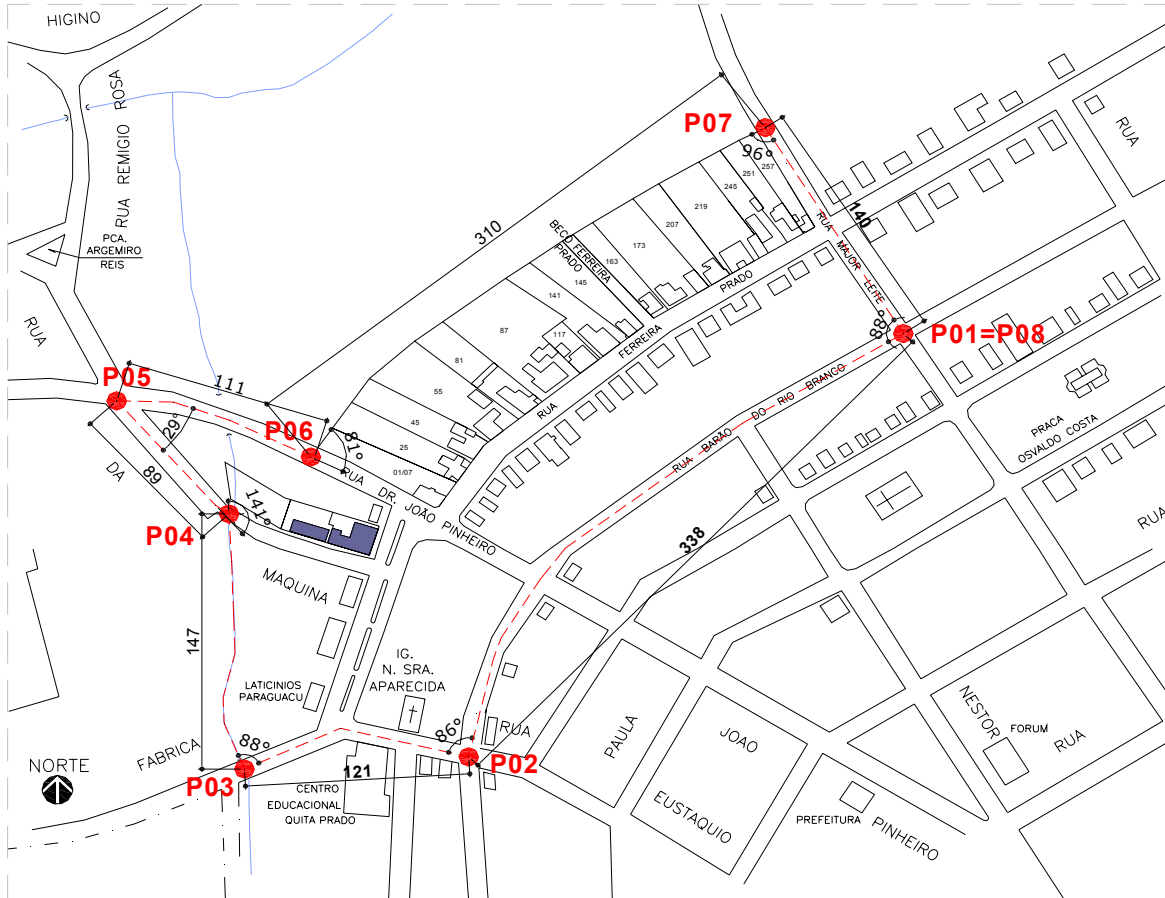


Perímetros de tombamento e de entorno de tombamento



Associação Nasser.
Perímetro de tombamento
Escala gráfica.
Levantamento: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





0 20 80m

Associação Nasser.

Perímetro de entorno de tombamento

Escala gráfica.

Base cartográfica: Prefeitura Municipal de Paraguaçu, 2005.

Adaptação: Memoria Arquitetura Ltda, dez. 2007.





11. DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Fachada principal.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Fachada posterior voltada para o pátio interno.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Fachada posterior.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pátio descoberto e área permeável.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Nichos localizados na fachada lateral esquerda, voltada para o pátio.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Brinquedos localizados no pátio interno.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Janelas da sala da diretoria, voltadas para a praça.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Depósito localizado dentro da sala da diretoria.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Cômodo da secretária.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Guarda roupa embutido,
localizado no quarto 06.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Quarto de dormir 06.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Banheiro localizado no quarto 06.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Pavimento térreo - quarto 06, banheiros. Detalhe para a
inexistência de forros.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Forro tabuado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Pavimento térreo – detalhe do revestimento em azulejo da parede da copa.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Refeitório.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Segunda porta com gradil metálico que liga o porão com o pátio interno.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porão – depósito utilizado como quarto de brincadeiras das meninas da Associação.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Porta metálica que leva ao depósito localizado logo abaixo da cozinha.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Vista geral da implantação do imóvel.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Vista geral do telhado.

FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





12. LAUDO TÉCNICO DE ESTADO DE CONSERVAÇÃO

RESPONSÁVEL TÉCNICO	Alexandre Borim Codo Dias CREA/MG – 83.351/D
BEM TOMBADO	ASSOCIAÇÃO DAUD GANTUS NASSER
DATA DO LAUDO	11 de dezembro de 2007
LOCALIZAÇÃO	Praça João Eustáquio da Costa, 201 - Paraguaçu / MG
DATA DO TOMBAMENTO	28 de fevereiro de 2008
Nº DE INSC. LIVRO DE TOMBO	11
DOSSIÊ ENVIADO AO IEPHA EM	2008
FOTÓGRAFO	Natália Beirão Campos
Há obras de restauração em andamento?	☐ sim ☒ não
Há projeto aprovado por Lei de Incentivo à Cultura?	☐ sim ☒ não

ESTRUTURA	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
estrutura autônoma de madeira	-	-	-
pilares de concreto	-	-	-
estrutura metálica	-	-	-
estrutura autoportante de tijolos	80%	-	20%
outros	-	-	-
danos verificados	A estrutura autoportante de tijolos apresenta-se em regular estado de conservação. Foi encontrado um rombo na fachada posterior, na parede estrutural do pavimento térreo, que pode vir futuramente, afetar a edificação. Não foram verificados indícios de problemas, como rachaduras e fissuras nos elementos estruturais.		





ALVENARIAS	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
tijolo	80%	-	20%
adobe	-	-	-
pau-a-pique	-	-	-
pedra	-	-	-
outros (concreto, madeira)	-	-	-
elementos artísticos aplicados	-	-	-
danos verificados	Nas fachadas voltadas para o pátio foram encontradas algumas lacunas na alvenaria. Já nas paredes internas as fissuras e rachaduras encontradas são superficiais e não atingem a alvenaria.		



Rombo na fachada posterior, preenchido com tijolo.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Lacuna na alvenaria localizada na fachada lateral esquerda.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Desalinhamento e telhas quebradas no telhado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Telhado do pátio coberto, em excelente estado de conservação.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





COBERTURA	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
estrutura do telhado (madeira, perfil metálico)	90%	-	10%
telhado (telhas cerâmicas, fibrocimento)	80%	10%	10%
calhas / rufos / condutores	100%	-	-
coroamento (platibanda, frontão, cimalha)	90%	10%	-
outros (laje em beiral)	75%	15%	10%
danos verificados	O telhado em telha cerâmica apresenta-se em bom estado de conservação, apesar de serem verificadas algumas telhas quebradas e desalinhadas no manto de cobertura. Em determinados pontos da laje em beiral presente no coroamento da edificação são vistas manchas de umidade; as calhas metálicas fazem o arremate e estão em bom estado de conservação. A escada e parte da cozinha possuem como cobertura telhas metálicas de zinco, que também se encontram em bom estado de conservação, apresentando somente desgaste natural, como oxidação.		



Desprendimento da tinta no corredor central.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe da cerâmica da copa.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





REVESTIMENTO	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
reboco	60%	10%	30%
pintura (à base de água)	30%	20%	50%
cerâmica	70%	15%	15%
pedra (mármore, granito etc.)	-	-	-
outros	-	-	-
danos verificados	As patologias encontradas nos revestimentos ocorrem, em sua maioria, na parte externa da residência devido a maior exposição dos elementos às intempéries. Internamente existem vários pontos isolados na pintura, onde há desgaste e desprendimento da tinta, além de fissuras no reboco, normalmente localizadas na parte mais alta das paredes. A cerâmica de revestimento dos banheiros e da cozinha, de uma maneira geral, encontra-se em bom estado de conservação; já na copa, são verificadas algumas cerâmicas deslocadas, como na copa. Externamente, pequenas fissuras e trincas podem ser observadas no reboco das fachadas. A pintura apresenta desgaste generalizado, desprendimento de partes e acúmulo de umidade em pontos isolados. A maior parte das fachadas voltadas para o pátio interno recebeu um novo reboco nas partes mais desgastadas, e ainda não foram pintadas. Os poucos elementos ornamentais em relevo encontram-se em bom estado de conservação.		



Bolor de umidade na parede externa da escada.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Fachada voltada para o pátio interno.
Detalhe para as janelas modificadas.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





VÃOS E VEDAÇÕES	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
portas	50%	25%	25%
janelas	75%	10%	15%
enquadramentos (massa)	90%	-	10%
ferragens	90%	-	10%
outros	-	-	-
elementos artísticos aplicados	-	-	-
danos verificados	A maior parte das portas internas está com a tinta desgastada e foram verificados danos na madeira, na parte inferior, causados por ataque de insetos xilófagos, tendo portas que tiveram toda a base destruída. Ademais, os vidros das bandeiras de algumas delas se encontram, grande parte, quebradas. A porta principal não apresenta nenhum dano. Várias das janelas foram trocadas, principalmente da fachada posterior, tendo o vão diminuído. Tanto as novas de esquadria metálica, quanto às em madeira encontram-se em bom estado de conservação, tendo apenas a pintura desgastada. Há vidros quebrados em algumas janelas do prédio. As molduras e sobrevergas das janelas das fachadas frontal e lateral direita, em argamassa, estão em bom estado de conservação, necessitando apenas de uma pintura. As janelas do primeiro pavimento são em uma folha de abrir com gradil metálico, que também estão em bom estado, apesar da pintura desgastada.		



Base da porta da diretoria degradada.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Vidro quebrado localizado acima da porta da diretoria.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





Janela modificada da cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Janela voltada para a Rua da Máquina no porão.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.

PISOS	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
pedra (lajeado, outro)	-	-	-
cimentado	70%	20%	10%
madeira	-	-	-
cerâmica	75%	5%	20%
outros	100%	-	-
elementos artísticos aplicados	-	-	-
danos verificados	Os pisos, em geral, estão em bom estado de conservação. Em uma das salas do porão, ao lado esquerdo da edificação houve aparentemente uma sobrecarga acarretando certo desnivelamento, e assim um novo assentamento das cerâmicas foi realizado. Em outro cômodo, pequena parte da cerâmica quebrou. O quarto com piso em cimento queimado do porão e a área no primeiro pavimento possuem pequenos desprendimentos de fragmentos. A cerâmica que reveste o piso do porão, dos banheiros e do pátio coberto encontra-se em bom estado de conservação, assim como o piso em ladrilho hidráulico da copa. Externamente, o cimentado apresenta trincas e fissuras, manchas superficiais e crescimento de vegetação entre as trincas.		





Piso em cerâmica parcialmente quebrado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Piso em cerâmica quebrado devido a sobrecarga.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Piso em cimento queimado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Forro em madeira tabuada.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Forro em telha vã.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





FORROS	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
esteira	-	-	-
madeira	90%	-	10%
gesso	-	-	-
laje	55%	15%	30%
outros (forro de pvc)	100%	-	-
elementos artísticos aplicados	-	-	-
danos verificados	O forro tabuado em madeira clara está em bom estado de conservação, com ressalva a algumas fendas na emenda com a parede. O forro da cozinha em pvc está em perfeito estado. Na copa o forro de telha vã encontra-se também em bom estado de conservação, embora com algumas telhas deslocadas formando pequenas aberturas, que podem permitir a entrada de água. No porão, a laje em vigotas com tijolo aparente pintado está seriamente degradada, na maior parte perto da parede, podendo causar sérios danos futuros a estruturação da edificação.		



Detalhe da laje de vigotas com tijolo pintado, quebrados.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Laje de vigotas com tijolo pintado.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





ELEMENTOS INTEGRADOS EXTERNOS / AGENCIAMENTO EXTERNO	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
balcão / sacada	-	-	-
varanda / alpendre / terraço	-	-	-
escada	80%	10%	10%
fechamento do lote / gradil / muro	65%	15%	20%
portada	-	-	-
agenciamento externo (jardim, quintal)	30%	20%	50%
outros	-	-	-
elementos artísticos aplicados	-	-	-
danos verificados	A escada externa apresenta fissuras e trincas no reboco e grande desgaste da pintura. O guarda-corpo encontra-se com certo enferrujamento pela ausência de pintura anti-oxidante. O fechamento do lote encontra-se em estado regular; não apresenta pintura e o reboco apresenta desprendimento e manchas de umidade em pontos isolados. No fechamento lateral esquerdo há lacunas, que tornam possível ver através do muro. A área permeável do terreno está abandonada, sendo utilizada atualmente como depósito de entulhos. Esta área já foi uma horta que ajudava no aprendizado das crianças e no preparo das refeições.		



Escada externa – detalhe corrimão.



Detalhe escada.



Detalhe lacunas no muro de fechamento.



Área permeável do terreno.



Área permeável do terreno.
FOTOS: Natália B.Campos, dez. 2007.





INSTALAÇÕES	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
instalação elétrica	70%	10%	20%
instalação hidráulica	70%	10%	20%
outros	-	-	-
danos verificados	A edificação apresenta parte das instalações elétricas improvisadas e aparentes, como na copa e na cozinha. É necessária a verificação das mesmas para que não ocorra curto-circuito ou outro acidente. Há vários canos da instalação hidráulica passando pelo lado de fora da edificação por ser uma construção em alvenaria autoportante com paredes extremamente espessas, e assim difíceis de serem adaptadas à nova tubulação.		



Pia localizada no porão ao lado da área de lavanderia.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe da tubulação que desce pelo lado externo da edificação.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe da fiação que passa na cozinha.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.



Detalhe da fiação que passa na copa.
FOTO: Natália B.Campos, dez. 2007.





EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
instalação de prevenção e combate a incêndio () SIM (x) NÃO	-	-	-
Sistema de segurança () SIM (x) NÃO	-	-	-

USOS

A edificação, erguida no início do século XX, como casa de morada para José Camilo teve seu uso modificado inúmeras vezes. Localizada na Praça João Eustáquio da Costa, já abrigou a Casa Bancária, a Companhia Mercantil e a Indústria Vivaldi, uma loja funerário, e os correios. Com a morte de José Camilo o imóvel passou para seu filho Oswaldo Costa que deu continuidade ao uso comercial, até que na década de 1980, a prefeitura sob a gestão de Gantus Nasser, o comprou e o transformou em Fundação de Assistência Daud Gantus Nasser (FASDAGAN), atualmente Associação. Apesar de mais de vinte anos sobre a guarda da prefeitura, e as inúmeras reformas que sofreu, o bem se encontra em regular estado de conservação e necessita de intervenção corretivas e de manutenção.

CONCLUSÃO

BEM CULTURAL	Estado de Conservação		
	Bom	Regular	Ruim, necessitando intervenção
Associação Daud Gantus Nasser	50%	20%	30%





13. DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO SOBRE O BEM TOMBADO E ENTORNO

Bem Tombado

Objetivando preservar e garantir o bom estado de conservação do edifício da Associação Daud Gantus Nasser, localizada na Praça João Eustáquio da Costa nº 201, foram traçadas as seguintes diretrizes de intervenção:

- Tratamento e imunização periódicos do madeiramento da estrutura do telhado, forros e esquadrias;
- Manutenção da fachada principal e preservação dos elementos artísticos, sem alteração das formas ou retirada de ornamentos;
- Recomposição da laje em beiral do coroamento das fachadas;
- Inspeção e avaliação detalhada por técnicos especializados das lacunas existentes na alvenaria autoportante e no forro do porão que podem vir a causar um dano estrutural;
- Recuperação, tratamento periódico e limpeza das esquadrias das portas e janelas;
- Recomposição do reboco nas paredes externas e muros, e aplicação de nova camada pictórica;
- Substituição de vidros quebrados;
- Manutenção constante das áreas ajardinadas externas;
- Inspeção e avaliação detalhada por técnicos especializados das instalações prediais, dando devida atenção à parte elétrica e às tubulações hidráulicas e sanitárias;
- Analisar futuros projetos de intervenção com o objetivo de impedir a descaracterização das fachadas do bem.

Entorno

Na área considerada de entorno de tombamento da Associação Nasser, as principais diretrizes de intervenção são pautadas pelo Plano Diretor de Paraguaçu aprovado em 2005. O bem cultural está inserido na *Zona Central (ZCE)* e em uma *Área de Interesse Cultural (AIC I)*, sendo que qualquer intervenção ocorrerá somente após aprovação do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural e do CODEMA (Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente). Encontra-se ainda circundado pela *Área de Interesse Ambiental (AIA)*, a Praça João Eustáquio da Costa, *Zona Mista (ZMI)*, que compreende o entorno





próximo, como parte da Rua Doutor João Pinheiro, pela *Zona de Expansão Urbana (ZEU)*, predominantes nos terrenos não ocupados próximos ao Ribeirão do Carmo. Estão definidos os seguintes parâmetros urbanísticos de ocupação e uso do solo:

- A morfologia urbana deve ser preservada, em especial a relação entre os espaços construídos e livres através da fixação da taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento e taxa de permeabilização;
- A taxa de ocupação - relação entre a área de projeção horizontal da edificação e a área do terreno - é de 50%;
- A taxa de permeabilização - área descoberta e permeável do terreno, em relação a sua área total, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e propicie alívio para o sistema público de drenagem urbana - deverá ser de no mínimo 10% da área total do lote.
- A escala volumétrica das edificações do entorno deve ser mantida, preservando o destaque conferido ao imóvel; para tanto, poderão ser construídos no máximo três pavimentos, desde que os lotes sejam iguais ou maiores que 360 m²;
- Objetivando garantir a ventilação e a insolação das unidades, os recuos laterais e de fundos, nas edificações de até 2 (dois) pavimentos, se existirem, são de, no mínimo, 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), e nas edificações acima de 2 (dois) e até 3 (três) pavimentos, exclusive pilotis e subsolo, os recuos laterais e de fundos são de, no mínimo, 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- Os recuos frontais são de 5,00m (cinco);
- Qualquer nova edificação deverá considerar, além da altimetria estabelecida, estudo de visada, ilustrando a inserção do imóvel no contexto urbano sem comprometer a visibilidade do bem tombado;
- É admitido o uso residencial econômico (comércio e serviços), misto e institucional, ficando vedado o uso industrial.

Além dos supracitados, propõem-se outras intervenções que devem, principalmente, ter a aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural:

- Os projetos de reforma e intervenções no entorno tombado da edificação, bem como casos de desmembramento e remembramentos de lotes, deverão ser analisados por órgão municipal competente e pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Paraguaçu a fim de coibir alterações na conformação das visadas a partir da rua e na ambiência urbana e paisagística;





- As edificações contíguas ao bem tombado deverão preservar o alinhamento frontal com a rua a fim de garantir o enquadramento visual da edificação;
- O uso dos elementos de comunicação visual deverá ser regulamentado para garantir a boa qualidade da paisagem urbana;
- Para a área do lote do imóvel tombado propriamente, deve-se ratificar que qualquer intervenção deverá passar por aprovação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Paraguaçu.





14. PARECER TÉCNICO SOBRE O TOMBAMENTO

Um imóvel assume um valor simbólico e cultural dentro de uma determinada comunidade em função de suas especificidades arquitetônicas e históricas. Trata-se da configuração de uma relação entre a população e um monumento, que remete a memórias, experiências e identidades. Preservando, portanto, lembranças que devem permanecer com as gerações futuras, para que um determinado ethos seja compartilhado.

A casa nº 201 situada na Praça João Eustáquio da Costa se integra a evolução do patrimônio edificado do município de Paraguaçu (MG). Trata-se de um bem inserido em uma ambiência privilegiada da cidade, pois foi naquele entorno que se formou um dos núcleos iniciais de crescimento do povoado. O bem imóvel se encontra próximo à Capela da Nossa Senhora da Aparecida e ao Museu Municipal, constituindo, portanto, um conjunto de estruturas que compartilham uma linguagem visual similar, integrando-se também como uma mesma paisagem urbana.

A arquitetura de Paraguaçu tem ramificações interessantes; o acervo que remonta a começos do século XX se relaciona a modificação das visões urbanas que acometeram as grandes administrações municipais do país. A renovação predial desse período é paradigmática dos novos entendimentos do que significaria ser moderno ou arcaico, urbano ou rural. A antiga casa de João Camilo da Costa se associa a essa etapa de alteração da ambiência citadina do município. No lugar de casas em estilo dito colonial (típicas do século XIX), o que temos é um bem que poderia remeter aos novos métodos construtivos.

Em termos históricos, a relevância do bem se articula ao fato não somente de ter sido propriedade de João Camilo da Costa, e de seu filho, Oswaldo Costa, figuras de destaque no cenário paraguaçuense fomentando o seu crescimento, incentivando fortemente o amadurecimento industrial e a diversificação de serviços, mas principalmente por ter sediado diferentes empreendimentos, imbricados nas transformações sócio-econômicas do município. Trata-se de um edifício que abrigou importantes serviços para a população, como bancos, correio, ala hospitalar e companhia telefônica. Acabou por se estabelecer uma tradição do seu não uso residencial – ao menos até onde permitiram avançar as pesquisas. O imóvel se inscreveu na lembrança da população como casa de comércio ou serviços, próximas ao cotidiano dos munícipes.

Pelas suas características arquitetônicas e históricas esse prédio já mereceria ser inscrito no livro do tomo que destaca os bens de valor pronunciado para a comunidade de Paraguaçu. Entretanto, ainda há outra faceta que deve ser ressaltada, a contextualização adquirida se tornar a sede da Fundação/ Associação Daud Gantus Nasser, instituição filantrópica comprometida com o desenvolvimento de crianças carentes, assegurando assistência alimentar e educacional.





O bem foi imerso em uma nova dinâmica, privilegiando o presente como foco de ação; não se trata de uma construção isolada e descarnada do contexto. Antes, o que se tem é um espaço de incentivo à cidadania e de proteção às crianças carentes. A associação se tornou um mecanismo de inclusão social, contribuindo para a minimização das desigualdades, já que fornece aos educandos subsídios para que estes desenvolvam suas potencialidades.

Contemporaneamente, discute-se sobre políticas de compensação e da necessidade de buscar meios de reparar as iniquidades cometidas no passado, contribuindo sobremaneira para o florescimento de uma sociedade mais equitativa.

Assim, tal bem salienta sua condição de patrimônio cultural, originado no passado e que, ao longo dos anos, pode comportar diferentes cargas valorativas, tornando uma das referências compartilhadas pelos moradores. Constituiu-se a partir de um processo histórico, ao assumir diferentes feições ao longo dos anos, mas finalmente encontrando uma função mais duradoura, a de reconhecer as injustiças do passado para combater os desmandos do presente, no sentido de assegurar uma sociedade futura mais justa.

Considero, portanto, útil ao bem comum o tombamento da atual sede da Associação Daud Gantus Nasser. O reconhecimento desse edifício como patrimônio cultural protegido de Paraguaçu (e por extensão de Minas Gerais) tende a valorizar ainda mais o esforço de preservação da memória local, como também incentivar o usufruto dos bens culturais entre a população. Por fim, essa medida legal, há de ser um incentivo a continuidade das atividades pedagógicas desenvolvidas pela instituição detentora do bem.

Davidson de Oliveira Rodrigues

Historiador

15-01-08





15. ANEXOS





CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO O TOMBAMENTO







PARECER DO CONSELHO SOBRE O TOMBAMENTO







**CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO OS PERÍMETROS DE
TOMBAMENTO E DE ENTORNO E AS DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO**







CÓPIA DA NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO







CÓPIA DO RECIBO DA NOTIFICAÇÃO DE TOMBAMENTO







EDITAL DE TOMBAMENTO PROVISÓRIO







**CÓPIA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO APROVANDO O TOMBAMENTO
DEFINITIVO**







CÓPIA DO DECRETO DE TOMBAMENTO







CÓPIA DA INSCRIÇÃO NO LIVRO DE TOMBO MUNICIPAL







CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DO ATO DE TOMBAMENTO







16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

- ACADEMIA PARAGUAÇUENSE DE LETRAS. 1911-2001: Paraguaçu, 90 anos. Paraguaçu/MG: 2001.
- _____. *A Educação em Paraguaçu*. Paraguaçu/MG: 2004.
- _____. *Logradouros Públicos de Paraguaçu*. Paraguaçu/MG: 2002.
- ADORNO, Teodor. *Indústria Cultural e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- ARAÚJO, Itamar Rodrigues. *Breve Histórico do Município de Paraguaçu – MG*, 2002.
- _____. Museu Municipal Alferes Belisário. Paraguaçu – Minas Gerais. Paraguaçu, 2005. (mimeografado)
- BASTOS, Cláudio. Instituições Financeiras de Minas (1819-1995). Belo Horizonte: Ilder AD Siqueira, 1997.
- Boletim de Informações Cadastrais da Prefeitura Municipal de Paraguaçu (18/09/2001).
- CHING, Francis D. K. *Dicionário visual de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 319p.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 8ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.
- CURY, Isabelle; INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (BRASIL). *Cartas patrimoniais*. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.
- CZAJKOWSKI, Jorge; RIO DE JANEIRO (RJ). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. 216p.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Comp. das Letras, 1990.
- FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Liv. Nobel: Ed. da USP, 1987. 296p.
- FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. *Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico*. Belo Horizonte: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Eletrônico - Século XXI*. Lexikon Informática Ltda, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JEUDY, Henri-Pierre. *O espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. *Le futur passé*. Paris: EHESS, 1990.





LEMOS, Carlos. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

MARINS, Paulo Cezar Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PRADO, Oscar Ferreira. *O sertão dos Mandibóias*. Paraguaçu: Oscar F. Prado, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU. *Plano Diretor do Município de Paraguaçu*. Lei Complementar nº 14, de 24 de dezembro de 2005.

SINGER, Paulo. *Cidadania para todos*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla; Bassanezi. (org). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto: 2003. p. 191-263.

VISCARDI, Cláudia M. R. *O teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

FONTES DOCUMENTAIS:

Autor desconhecido. *Calçamento iniciado*. “O Paraguassú”. 13/08/1944. P 1.

Autor desconhecido. *Desastre lamentável – Morre Maurílio Campos*. “A Voz”. 30/08/1970. P 2.

Autor desconhecido. *Notícia de falecimento*. “Paraguassu”. 30/06/1946. P 4.

BUENO, Júlio. *A próspera villa paraguassu*. “Paraguassu”. 13/02/1916.

DECRETO Municipal n.º 114 de 17/dezembro/ 2004.

Estatuto da Associação de Assistência Social Daud Gantus Nasser. Paraguaçu. Cartório do 2º Ofício de Notas e Registro de Títulos e Documentos de Paraguaçu no Livro 1º 1-A, fls. 12, n. 86, 1998.

Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Paraguaçu. Prefeitura Municipal de Paraguaçu (Minas Gerais). Departamento de Cultural e Educação. Abril de 2006 – Exercício de 2007.

Livro de Atas da Fundação de Assistência Social Daud Gantus Nasser. Paraguaçu, 1983-2007.

JORNAL:

A Voz (1975, 1980, 1987)

Informativo Acadêmico (n.º 1, nov/2001)





O Paraguassu (1943, 1946, 1947, 1948)

Paraguaçu Notícias (1986, 1988)

LEI Municipal n.º 1.017, de 02/agosto/1989.

MUSEU ALFERES BELIZÁRIO: Acervo particular.

PRADO, Esdras Olyntho. *História da saúde em Paraguaçu*. "A Voz". 30/08/1969. P 2.

PRADO, Mônica F. Monteiro. *João Evangelista Campos (Furriel)*. "A Voz". 12/03/1988. P 3.

PRADO, Oscar Ferreira. *Renovação*. "A Voz". 16/07/1972. P 1.

_____. *Rua Ferreira Prado*. "A Voz". 21/11/1981. P 2.

_____. *Sinais dos tempos*. "A Voz". 07/07/1979. P 3.

RODRIGUES, Sílvia R. Buttros. *Família Campos*. "Cidadão". 10/11/2000. P 2.

FONTES ELETRÔNICAS:

Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/hist_casaraio_3.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2005.

Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/AplicExternas/Enciclopedia/artesvisuais2003/>>. Acesso em: 13 mar. 2005.

PRADO, Guilherme. *Paraguaçu - Sua história, sua gente*. Cd-rom. Desenvolvido em Microsoft Visual FoxPro 8. Paraguaçu. 2004.

FONTES ORAIS:

ARAÚJO, Maria Aparecida Dias. Paraguaçu (MG), dezembro de 2007. Entrevista concedida a Davidson de Oliveira Rodrigues.

CAMPOS, Múcio Prado. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, José Antônio. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

FERREIRA, Miriam de Andrade Dias. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

ROCHA, Janete de Souza. Paraguaçu (MG), maio de 2006. Entrevista concedida a Carlos Eduardo Gomes.

RODRIGUES, Davidson de Oliveira. Encontro com funcionárias da Fundação Nasser. Paraguaçu (MG), dez 2007. Entrevista.





17. EQUIPE TÉCNICA

PREFEITURA DE PARAGUAÇU - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Prefeito: Evandro Barbosa Bueno

Setor Responsável: Secretaria de Educação e Cultura

Secretária: Eliza Helena Silva Dias

Rua Ferreira Prado, nº 138, Centro | Paraguaçu / MG | cep. 37.120.000

Tel.: (35) 3267.1664 | e-mail: educação.pmp@dominiumnet.com.br



MEMÓRIA ARQUITETURA LTDA

Rua Grão Pará, 85 / 1301 Santa Efigênia | Belo Horizonte / MG | cep 30.150-340

Tel.: (31) 3241.5594 | e-mail: memoria@memoriaarquitetura.com.br

site: <http://www.memoriaarquitetura.com.br>

Equipe técnica

responsáveis técnicos (arquitetos urbanistas)

Alexandre Borim

Joseana Costa

Patrícia Pereira

Viviane Corrado

estagiários (arquitetura e urbanismo)

Ana Maria Gomes

Anna Helena Massêo

Edílson Borges

Natália Campos

auxiliar administrativa

Maria Edna Coelho

Levantamento: Alexandre Borim (arq.) | Davidson de Oliveira (hist.) | Natália B. Campos (estag. de arq.)
Cirene Marques (Presidente do Conselho) | Itamar R. Araújo (Chefe Cadastro Incra)
data: dezembro de 2007.

Elaboração: Alexandre Borim (arq.) | Davidson de Oliveira (hist.) | Natália B. Campos (estag. de arq.)
data: dezembro de 2007 a janeiro de 2008.

Revisão: Memória Arquitetura
data: fevereiro de 2008.

Paraguaçu, 11 de fevereiro de 2008.

Alexandre Borim

Davidson de Oliveira

Eliza Helena

Cirene Marques

O grupo **Memória Arquitetura** agradece a gentileza da comunicação de possíveis falhas e/ou omissões verificadas neste documento.

